

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

ENAIDE TEREZA REMPEL

**Políticas Públicas Ambientais E Seus Nexos Com A Educação: Um Estudo
No Município De Sinop-Mt**

**São Leopoldo-RS
2011**

ENAIDE TEREZA REMPEL

**POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E SEUS NEXOS COM A EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SINOP-MT**

**Dissertação apresentada à Universidade
do Vale do Rio dos Sinos como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.**

**Orientador:
Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky**

**São Leopoldo
2011**

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

CDU 502.13/.17:37.02(817.2)
R3897p Rempel, Enaide Tereza.

Políticas públicas ambientais e seus nexos com a educação: um estudo no município de Sinop / Enaide Tereza Rempel. São Leopoldo: 2010.

183 f.

Orientador: Prof Dr. Aloísio Ruscheinsky.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2010.

1. Educação Ambiental. 2. Conflitos Ambientais. 3. Meio Ambiente, Políticas Públicas. 4. Sustentabilidade. 5. Sinop/MT. I. Ruscheinsky, A., Dr. II. Título. III. Título: um estudo no município de Sinop.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037.

Enaide Tereza Rempel

**POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E SEUS NEXOS COM A EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SINOP-MT**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Aprovado em: 18/05/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Marília Patta Ramos
Avaliador externo – UFRGS

Prof. Dr. José Luiz Bica de Melo
Avaliador interno – UNISINOS

Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky
Orientador - UNISINOS

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade desta iniciativa, pelo conforto e presença constante nos percalços desta caminhada;

Ao meu marido, Roberto Arruda, pelo carinho, estímulo e compreensão;

Aos meus filhos, Vitor Lucas e Vinicius Roberto, pelo incentivo;

Ao meu orientador, Aloísio Ruscheinsky, pela confiança, dedicação e contribuições;

Às professoras, Aline, Dailza, Márcia, Nilza e Silvana, pela presteza em ouvir e se dispor a compartilhar de conhecimentos e experiências de sua trajetória como educadoras;

Aos alunos do CJ (Coletivo Jovens) da Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino pela contribuição com os dados empíricos da pesquisa;

Aos gestores ambientais do IBAMA, SEMA-MT, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria da Cidade pela colaboração em compartilhar de suas práticas;

À UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso – pela parceria no Minter;

À FAPEMAT – Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso – pelo financiamento público do Mestrado.

RESUMO

A pesquisa tem como cenário investigativo os conflitos ambientais gerados no processo de colonização da região norte do estado de Mato Grosso. A extração madeireira, garimpeira, agropecuária e o agronegócio impulsionaram o desenvolvimento da região a partir de um modelo de produção capitalista, gerando o desenvolvimento desigual e degradante. Essa face conflitiva está diretamente ligada ao uso da terra, à produção de alimentos, à distribuição de renda e à fixação da população, no campo ou na cidade. Coube ao estudo interrogar sobre o nexos estabelecido entre as políticas públicas ambientais e as práticas pedagógicas que orientam as práticas sociais dos atores e os interesses conflituosos em curso. Coube também ao estudo observar como essas práticas sociais se articulam com esses atores, a fim de instrumentalizá-los em suas ações. A partir de depoimentos dos diversos atores envolvidos na problemática, realizou-se uma leitura sobre os conflitos ambientais e sua interligação com as políticas públicas e com a educação. Na perspectiva das ciências sociais, este trabalho objetivou, pois, compreender o processo social que originou essas transformações a fim de visualizar novos horizontes para as práticas de educação ambiental. A análise e o referencial teórico apontam as políticas ambientais como estratégias de ação política na mediação dos conflitos ambientais e, em particular, a educação ambiental como instrumento e estratégias na construção de valores e habilidades, que se constituem como base para um projeto de sustentabilidade ambiental para o contexto investigado. Os resultados obtidos demonstraram que a dimensão dos conflitos ambientais e sua abrangência na promoção de passivos ambientais e sociais resultam da progressiva predominância da defesa dos interesses econômicos em detrimento dos ecológicos e sociais. Em sendo assim, as políticas ambientais e a educação somam a favor de um projeto coletivo de desenvolvimento social e ambiental sustentável na medida em que possibilita a participação de diferentes setores da sociedade na tomada de decisões governamentais, na elaboração da legislação e na inovação de práticas em torno dos problemas ambientais.

Palavras-chave: educação ambiental; conflitos ambientais; políticas públicas; sustentabilidade

ABSTRACT

The research is set at an investigative scenery of environmental conflicts generated in the process of colonization of the northern of Mato Grosso state. The extraction of wood, gold mining, agriculture and agribusiness, has fueled the development of the region from a model of capitalist production, generating an unequal development and degrading. This conflictive face is directly related to the land use, food production, income distribution and settlement of people in the field or in the city. The meaning of this study is questioning the link established between the environmental policies and teaching practices that guide the social practices of the actors and the conflictuous interests ongoing. This study also observed how these social practices are linked with these actors in order to instrumentalize them in their actions. Based on interviews from several actors involved in the issue, it was held a lecture on environmental conflicts and their interconnection with public policy and education. In social science perspective, this study aimed, therefore, comprehend the social process which caused these changes in order to view new horizons for environmental education practices. The analysis and the theoretical references point of environmental policies and strategies of political action in the mediation of environmental conflicts and, in particular, environmental education as a tool to build values and skills, which constitute the basis for an environmental sustainability project to the investigated context. The results demonstrate that the scale of environmental conflicts and its extent of environmental and social liabilities result from the progressive predominance of the defense of economic interests instead of ecological and social. So, the environmental policies and education join in favor of a collective project of social and environmental development and as it allows the participation of different sectors of society in government decision-making in formulation of law and practices innovation about environmental problems.

Keywords: environmental education; environmental conflicts; public policy; sustainability

LISTA DE SIGLAS

ADESTEC - Associação de Desenvolvimento do Trabalho, Educação e Cultura
ATPF - Autorização para Transporte de Produto Florestal
ASA - Associação Norte-Americana de Sociologia
BASA - Banco da Amazônia
CAR - Cadastramento Ambiental Rural
CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CGEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental
CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso
CJMT - Coletivos jovens de Meio Ambiente em Mato Grosso
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
CODENORTE – Conselho de Desenvolvimento do Norte de Mato Grosso
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente
DETER - Detecção do Desmatamento em Tempo Real
DS - Desenvolvimento Sustentável
ECODAM - Associação de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Matogrossense
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEEMA - Fundação de Engenharia do Meio Ambiente
FUNDEPAN - Fundação de Desenvolvimento do Pantanal
GIEA - Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME - Modernização Ecológica
MEC - Ministério da Educação
MJ - Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Ministério Público
MT Legal - Programa Mato-Grossense de Regularização Ambiental Rural
ONU - Organização das Nações Unidas
PAEC - Projetos Ambientais Escolares e comunitários
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PIN - Programa de Integração Nacional
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PND I, II, III - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE - Plano Nacional de Educação
PNF - Programa Nacional de Florestas
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPCDQ - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas
PQA - Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
PROSANEAR - Modalidade do Programa Pró-Saneamento
PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste
ProMEA - Programa Mato-Grossense de Educação Ambiental
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras
PROBOR - Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural
REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental
REMTEA - Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental
RECICLANIP - Entidade de Coleta e Destinação de Pneus
SAAES - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SISSOLO - Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade do Solo
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
SNGRH - Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
ONU - Organização das Nações Unidas
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO - Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZSEE - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A QUESTÃO AMBIENTAL COMO UM PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	13
DO PERCURSO INVESTIGATIVO: OBJETIVOS DESENHADOS PARA A TRILHA	15
DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
1. A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO AMAZÔNICA: CONFLITOS E DEGRADAÇÃO	21
1.1 A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO PARA A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	22
1.2 A COLONIZAÇÃO PARTICULAR EM SINOP.....	28
1.3 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO COMO UM CAMPO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	36
1.4 A EXPLORAÇÃO E DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM FACE DO DESENVOLVIMENTO	43
2. A QUESTÃO AMBIENTAL E A SOCIOLOGIA.....	49
2.1 A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA	49
2.2 A FORMAÇÃO DAS TEORIAS SOCIAIS, A NATUREZA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS	52
2.3 A EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	56
2.4 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA	57
2.4.1 MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA: CONTESTAÇÃO OU CONCILIAÇÃO	61
2.4.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POLÊMICAS EM UM PERCURSO HISTÓRICO	66
2.4.3 TEORIA DA SOCIEDADE DE RISCO.....	71
3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	77
3.1. MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL	78
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS	83
3.3 PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS E DO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO	91
3.3.1 O DESFLORESTAMENTO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	96
3.3.2 CONSUMO, QUALIDADE DE VIDA E RESÍDUOS SÓLIDOS	100
3.3.3 CONSUMO DE ÁGUA, POLUIÇÃO HÍDRICA E SANEAMENTO BÁSICO	103
3.4 OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS E A GESTÃO DO MEIO AMBIENTE EM SINOP.....	106
3.5 O OLHAR DOS ATORES SOBRE OS CONFLITOS AMBIENTAIS	111
4. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS CONFLITOS AMBIENTAIS.....	122
4.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA GLOBAL E NACIONAL.....	123
4.2 A QUESTÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA EDUCATIVA	129
4.3 EA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	134
4.4 EA COMO POSSIBILIDADE DE UM NOVO PARADIGMA SOCIOAMBIENTAL	139
4.5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO MATOGROSSENSE.....	148
4.6 AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175
ANEXOS	182
A - ROTEIRO DE ENTREVISTA/ ÓRGÃOS AMBIENTAIS	182
B - ROTEIRO DE ENTREVISTA/ PROFESSORES	182
C - ROTEIRO DE ENTREVISTA/ ALUNOS	183

INTRODUÇÃO

A construção desta dissertação reflete a busca indispensável e a necessidade de uma compreensão comprometida das relações que se estabelecem entre sociedade e natureza, tendo como cenário uma região do Brasil rico do ponto de vista dos aspectos físico-biológicos, que nas últimas décadas vem sendo alvo do desenvolvimento econômico promovendo alterações profundas no ecossistema.

Nesse sentido, este trabalho objetiva, na perspectiva das ciências sociais, compreender alguns aspectos do processo social que originou as transformações em Sinop e região, a fim de que se possam visualizar novos horizontes que orientarão as práticas de educação ambiental. Essas práticas, introduzidas a passos lentos, são compreendidas como instrumento e estratégias na construção de valores e habilidades que se constituem a base de um projeto de sustentabilidade ambiental para o contexto investigado.

O interesse pela temática ocorreu a partir da reflexão sobre a prática e a responsabilidade de promover as mediações de aprendizagem entre os diferentes saberes, dentre eles, o saber ambiental. Após um período de atividades profissionais junto ao ensino público fundamental e médio, percebeu-se como oportuno avançar na análise das circunstâncias, dos propósitos e dos desafios suscitados pelas questões ambientais.

O contato com a temática ambiental por meio das disciplinas de ciências naturais e a necessidade premente de abordar questões relacionadas à problemática ambiental presentes no município de Sinop e região foram os elementos que confluíram para a concretização deste estudo, considerando ser a educação um instrumento indispensável para a transformação da consciência ambiental. Entende-se que uma abordagem, a partir das ciências sociais, representa um avanço qualitativo na compreensão dos propósitos e das práticas sociais dos atores.

A questão ambiental tem-se inserido no espaço social nas últimas três décadas, na agenda governamental, nas investigações científicas, nas práticas sociais de organizações civis e também no campo educacional. O sistema educacional brasileiro tem sido desafiado, nos últimos anos, pela proposta de inserir um debate sobre meio ambiente em seus conteúdos curriculares e de abordar a educação ambiental de forma transversal, seja como diálogo entre os saberes, seja entre os atores sociais nos diferentes espaços.

Nesse sentido, a educação ambiental tem-se configurado como importante estratégia na busca de uma sociedade que tenha como base a perspectiva sustentável (LOUREIRO, 2008). Assim, vem se consolidando como prática educativa em amplos ou diversos espaços da convivência cotidiana e das relações sociais. Essa visão do papel da educação tende a se gestar em conformidade com os diversos empreendimentos de mobilização por interesses particulares ou coletivos e por ações referidas em todos os níveis da sociedade.

Os eventos e o processo a ser observado se deram em torno da atuação dos professores no processo educacional, a partir das atividades promovidas em sala de aula ou extraclasse, que envolvam questões ambientais. O desenvolvimento da região norte do estado do Mato Grosso iniciou-se na década de 1970, e se deu pelo processo de colonização, a partir de concessão de beneficência pelo poder público federal e pela especulação imobiliária feita por empresas privadas, que se deslocaram da região sul para comercializarem os lotes de terras (SANTOS, 1993). A apropriação das terras por esses imigrantes de diferentes regiões do país se deu por meio de incentivos do Governo Federal no intento de distribuir a população, que estava concentrada nas regiões sul e sudeste, para ocupação e exploração dos espaços vazios da Amazônia; e de estratégia política de controle dos conflitos agrários nessas regiões.

Esse processo colonizador, que abriu glebas de pequeno porte, teve, por parte do governo, uma dupla face: exaurir os conflitos agrários em outras regiões e atrair força de trabalho para o espaço da frente de expansão.

Os agentes dessa frente de expansão, que se deslocaram em busca de novas oportunidades, introduziram mudanças na paisagem local regional sob os pontos de vista econômico, social e ambiental, permeadas por conflitos, constituindo um campo de disputas e contradições (MARTINS, 1997). A extração madeireira, garimpeira, agropecuária e o agronegócio impulsionaram o desenvolvimento da região a partir de um modelo de produção capitalista, gerando o desenvolvimento desigual e degradante. Essa face conflitiva está diretamente ligada ao uso da terra, à produção de alimentos, à distribuição de renda e à fixação da população no campo e na cidade.

Constitui-se um imenso desafio para a sociedade, agregar à geração de empregos, a difusão de práticas ambientais sustentáveis. Igualmente, provoca a criatividade dos profissionais da educação e dos ambientalistas na tentativa de alargar o nível de consciência sobre os problemas ambientais, por meio da ampliação das possibilidades da população

participar dos processos decisórios, como meio de fortalecer a sua co-responsabilização na fiscalização e controle das políticas socioambientais.

A questão ambiental como um problema de investigação

O tema ambiental há algumas décadas, vem se inserindo nas questões voltadas às preocupações sociais e políticas e na perspectiva do conhecimento e da sociologia ambiental. A reflexão acerca da temática dos conflitos ambientais conduz à gênese das políticas ambientais e das proposições da Educação Ambiental, dentro do horizonte das estratégias de busca de uma sociedade sustentável. Considerando a educação ambiental inerente à temática social, parece inevitável perceber a presença dos atores sociais - de um lado a sociedade civil e do outro o Estado - como principais provedores de políticas públicas nessa área.

O município de Sinop pertence à região norte do estado de Mato Grosso, sendo que seu território integra o bioma da floresta amazônica. A sua recente história de ocupação por migrantes, realizada pelo processo de colonização particular, promoveu uma significativa transformação dos espaços fomentados pelas atividades madeireiras e agropecuárias que resultou numa intensa exploração dos recursos naturais. Entende-se que essas alterações provocadas pelos seres humanos sobre o ambiente produzem consequências que afetarão a vida cotidiana das pessoas refletindo nos aspectos sociais, econômicos e ecológicos.

Nesse cenário, foi proposta a seguinte questão de pesquisa: interrogar o nexo estabelecido entre as políticas públicas ambientais e as práticas pedagógicas que orientam as práticas sociais dos atores e os interesses conflituosos em curso e perceber como essas práticas sociais se articulam com esses atores, a fim de instrumentalizá-los em suas ações.

A partir dos depoimentos dos diversos atores envolvidos na problemática, pretendeu-se obter elementos necessários para realizar uma leitura sobre os conflitos ambientais e sua interligação com as políticas públicas e com a educação. As políticas ambientais como estratégias de ação política na mediação dos conflitos ambientais e, em particular, a educação ambiental como instrumento de construção e consolidação da cidadania e da sustentabilidade ambiental. Elementos que permitem compreender como o campo da educação tem sido informado pelas políticas públicas ambientais a fim de conduzir as práticas pedagógicas de educação ambiental.

Na perspectiva das ciências sociais, buscou-se identificar e compreender os problemas sócio-ambientais que afetam a comunidade local, resultantes do desenvolvimento

e da degradação ambiental na região norte do estado do Mato Grosso. A partir de um diagnóstico socioambiental, identificaram-se os elementos que podem se constituir em objetos da prática pedagógica que levem a suscitar intervenções dos atores sociais, visando ao bem-estar de todos e do meio ambiente e ao exercício da cidadania.

Na perspectiva deste estudo, as políticas públicas ambientais podem ser compreendidas como estratégias de ação política na mediação dos conflitos ambientais, em que estão presentes oposições e contradições de interesses e em que se esbanjam, pelo uso perdulário, os recursos naturais. As políticas ambientais manifestam o modo como o conflito pode ser negociado e regulado por instituições políticas, a fim de reduzir os antagonismos e projetá-los em um movimento positivo para ampliação de direitos.

Da mesma forma, como as políticas ambientais, de um modo geral, situam-se na confluência de conflitos, também a educação ambiental enuncia e manifesta as tensões que a sociedade se propõe a diluir por meio de práticas sociais conseqüentes. Nesse sentido, o estudo se constitui uma reflexão sobre o papel que cabe à educação ambiental como mediadora dos conflitos socioambientais e sua contribuição para suscitar mudanças em direção à cidadania e à ética ambiental. Essa dimensão permite analisar as matizes, os alcances e os instrumentos pedagógicos gerados tanto por parte das Políticas Públicas, quanto pela desenvoltura de atores sociais na realidade local.

As políticas ambientais, como as demais políticas públicas, são oriundas de demandas de setores da sociedade e suas ações conduzem a um tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. Entendidas na perspectiva da demanda e outorgamento como “uma relação processual entre sujeitos e grupos sociais onde uns pressionam e demandam e outros outorgam e integram”. (PASTORINI, 1997, p. 98).

O projeto da pós-modernidade insere o ator social como capaz de construir sua autonomia firmada no individualismo e na subjetividade. O dinamismo dos sujeitos atores é visto em termos culturais de confronto de valores e de reconhecimento nas diferenças. Nesse sentido, Souza (2006) explicita que as políticas contemporâneas são implementadas a partir dos atores que estão na constituição das demandas nos processos reivindicatórios. Portanto, a centralidade na construção das políticas públicas é a demanda outorgada, na qual os atores se mobilizam e lutam para institucionalizar a agenda de interesses em termos de demandas que não se limita ao trabalho e a produção, mas, sobretudo, a interesses culturais.

A noção de “crise ambiental” tem sua origem em conflitos de interpretação e se fundamenta na crise também econômica, política, institucional, energética e sociocultural. Os atores socioambientais e uma ação educativa centrada no campo do ambientalismo exprimem uma reversão da relação entre sociedade e natureza, em que o foco central seria o de potencializar a transformação simultânea do indivíduo, da realidade social e ambiental.

Do percurso investigativo: objetivos desenhados para a trilha

A pesquisa, em sua dimensão empírica, foi desenvolvida na cidade de Sinop/MT e consistiu em coletar depoimentos dos diversos atores envolvidos na problemática ambiental, a fim de obter elementos necessários para realizar uma leitura sobre os conflitos ambientais e sua interligação com as políticas públicas e com a educação.

Nesse sentido, foi delimitado o objetivo fundamental a intuito de verificar de que forma as políticas públicas ambientais orientam as práticas pedagógicas de educação ambiental nas escolas. Além disto, na sua especificidade e complementaridade a) compreender de que forma as políticas públicas ambientais dialogam com o campo da educação ambiental informando e orientando as práticas sociais dos atores em face da realidade socioambiental da região investigada; b) identificar a visão dos atores sociais locais com relação aos conflitos ambientais, às práticas referentes à proteção da biodiversidade local e às possibilidades de ação junto aos conhecimentos formais nas escolas; c) Analisar as proposições levadas a efeito no âmbito institucional que se referem à gestão dos conflitos ambientais, e como tais conflitos repercutem na perspectiva da educação ambiental.

Dos Procedimentos Metodológicos

Neste item, serão apresentadas as estratégias dos procedimentos metodológicos delineados para a pesquisa que fundamenta e subsidia esta dissertação. Os procedimentos metodológicos descrevem o caminho percorrido na realização da pesquisa, a coleta, tratamento e análise dos dados. Utilizou-se a abordagem da metodologia qualitativa, partindo-se do princípio de que essa ótica favorece a compreensão das relações complexas que envolvem os atores e suas ações num determinado fenômeno social. A partir de uma perspectiva subjetiva as percepções são analisadas a partir das suas expressões das práticas e dos elementos discursivos (BAUER e GASKELL, 2005).

A partir das narrativas dos atores que, direta ou indiretamente, encontram-se envolvidos na trama de conflitos ambientais, que se estabelecem na região investigada, pretendeu-se verificar as condições em que as propostas de educação ambiental estão sendo engendradas nas instituições de ensino, além do acompanhamento das atividades relacionadas ao tema meio ambiente na região por meio dos órgãos ambientais.

Constituem-se elementos de exploração empírica os atores que integram os órgãos¹ responsáveis pela implementação de políticas públicas ambientais no estado de Mato Grosso (MT), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e as Secretarias municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretaria da Cidade.

O levantamento dos dados ocorreu a partir da observação de campo, das noções apreendidas das leituras em ciências sociais, da aplicação das técnicas de entrevista, análise documental, sendo que ambos os instrumentos somam a favor do objetivo de obter uma descrição detalhada sobre a visão da interface entre os atores com relação à situação a ser investigada.

Inicialmente, numa fase exploratória, foram identificados e selecionados os órgãos e instituições e seus respectivos atores para comporem o estudo. Esse procedimento exigiu um mapeamento dos órgãos ambientais e suas atividades na região e na cidade de Sinop, sua estrutura física e os recursos humanos numa estrutura hierárquica e seus compromimentos. Concomitantemente, procedeu-se a um levantamento das escolas² estaduais e municipais a fim de localizar os projetos de educação ambiental que se constituiriam objetos de estudo.

A proposta de realizar o estudo com a participação da rede municipal e estadual se deu por se compreender que favoreceria o estudo se se obtivesse um panorama geral de como acontece às práticas de educação ambiental no ensino formal do município. Nessa fase, foi possível observar que muitas escolas municipais não estavam desenvolvendo atividades ou projetos na área ambiental, sob a alegação de que, por se tratar de início de ano letivo, os professores se encontravam no trabalho de construção de novos projetos, ou de reestruturação de projetos já desenvolvidos no ano anterior. Essa situação levou à investigação dos projetos já desenvolvidos em anos anteriores, revelando estratégias de planejamento e a interrupção periódica de atividades. Nas escolas estaduais, a situação foi

¹ A caracterização e atuação dos órgãos ambientais responsáveis pela execução das políticas ambientais no estado de Mato Grosso e no município de Sinop estão descritas no capítulo III deste trabalho.

² A caracterização e as práticas de educação ambiental das escolas selecionadas para este estudo estão descritas no capítulo IV deste trabalho.

parecida, mas foi localizado um projeto recentemente implantado, identificado ainda como projeto piloto e que se encontra em fase de estruturação.

A principal técnica de investigação aplicada foi da entrevista³ semi-estruturada com questões que versam sobre o cotidiano da atividade exercida, sobre a efetividade das políticas ambientais e sobre os principais conflitos ambientais da região. Atentou-se para a visão dos atores sociais sobre os conflitos ambientais e os conhecimentos formais levados a efeito pelas políticas públicas da educação ambiental.

A seleção dos entrevistados decorreu dos objetivos propostos e se constituíram em entrevistas individuais com analistas ambientais e coordenadores dos órgãos governamentais e educadores de duas instituições escolares. Foram realizadas ao todo onze (11) entrevistas gravadas, sendo cinco (05) delas com professores que deram depoimentos sobre sua experiência na prática educativa no desenvolvimento de projetos ou atividades que envolvem temas ambientais; cinco (05) com analistas ambientais e coordenadores que atuam na área da gestão ambiental nos órgãos públicos responsáveis pelo controle ambiental no Estado e uma (01) com alunos.

Na entrevista com alunos, foi utilizada a técnica de grupo focal, em que um grupo de seis alunos respondeu questões relativas à participação e envolvimento em projetos e atividades de educação ambiental. A seleção dos alunos deveu-se ao fato de eles estarem integrados ao projeto “Coletivo Jovem”, da escola estadual em Sinop. O projeto é composto de alunos dos 2º e 3º anos do ensino médio.

No conteúdo das entrevistas, foi possível identificar conceitos centrais da temática ambiental para obter a “visão dos atores” sobre os conflitos socioambientais, oriundos do modelo de colonização implantado na região e nas “práticas de educação ambiental” efetivadas no ensino formal.

Outro recurso utilizado foi a observação direta como técnica complementar à coleta dos dados, especialmente das experiências de educação ambiental nas escolas e suas interfaces com a rede social. Com a utilização da técnica de observação, foi realizado o acompanhamento das atividades da Campanha de Educação, Prevenção e Combate às Queimadas “SINOP SEM FOGO”, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a qual consistiu na realização de palestras nas escolas municipais e estaduais.

³ O roteiro das entrevistas encontra-se no espaço destinado aos anexos neste trabalho.

A observação nas escolas selecionadas para a pesquisa ficou prejudicada pelos seguintes motivos: primeiro, porque os projetos de educação ambiental da escola da rede municipal de ensino analisado neste estudo foram desenvolvidos em 2009. Optou-se por essa estratégia, porque a escola não desenvolvia no período de levantamento dos dados nenhum projeto de educação ambiental. Segundo, porque, na escola estadual, o projeto investigado teve suas atividades práticas suspensas e em outras ocasiões adiadas por diversos fatores.

A análise documental permitiu a verificação de como ocorre a incorporação de conteúdos ambientais ao currículo da escola e às propostas de educação ambiental dos órgãos ambientais favorecendo uma maior compreensão do objeto de estudo. Os documentos verificados foram os Projetos Políticos Pedagógicos e os projetos de educação ambiental nas escolas e os programas de educação ambiental desenvolvidos pelos órgãos ambientais como instrumento da gestão ambiental.

Os procedimentos de registro, análise e interpretação dos dados seguiram orientação com base em Creswell (2007), observando que a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa, o que exige do pesquisador a capacidade identificar temas e categorias de análise que lhe permitirão fazer a interpretação e tirar conclusões sobre seu significado.

Para o registro dos dados, optou-se pelo diário de campo para a descrição do cenário físico e relato de eventos ou atividades. Em trabalho contínuo e paralelo à coleta dos dados, procedeu-se a transcrição das entrevistas que, posteriormente, foram lidas e interpretadas de onde se extraiu uma lista de tópicos que deram origem às categorias, as quais foram organizadas em planilhas para facilitar a visualização dos padrões recorrentes das falas dos entrevistados.

A organização dos tópicos obedeceu à seguinte ordem de agrupamento: primeiro, as práticas dos gestores ambientais referente à proteção da biodiversidade local; segundo, a visão dos gestores ambientais sobre os conflitos e a degradação ambiental; terceiro, ações dos órgãos ambientais com relação à educação ambiental; quarto, as práticas de educação ambiental nas escolas; quinto, a visão dos educadores sobre as questões ambientais locais.

A partir dessa classificação, iniciou-se a codificação⁴ para gerar as principais categorias ou temas que constituíram o estudo. Para a transmissão dos resultados da análise,

⁴ Processo de análise que, segundo Creswell (2007, p.196), “envolve tomar os dados em texto ou imagens, segmentar as frases (ou parágrafos) ou imagem em categorias e rotular essa categorias com um termo, geralmente baseado na linguagem real do participante (conhecido como *in vivo*)”.

optou-se pelo método da passagem narrativa, e, como passo final da análise, foi feita a interpretação dos dados que se constituiu no corpo teórico-reflexivo do objeto investigado.

O trabalho se encontra estruturado em quatro capítulos. O primeiro trata de breve contextualização histórica e política do cenário que compõe o tema desta pesquisa, levantando alguns aspectos da política governamental para a colonização da região amazônica. Esses aspectos permitem a compreensão da dinâmica social e seus diversificados arranjos produzidos a partir de diferentes formas de ocupação dos espaços e de políticas públicas viabilizando a expansão de áreas produtivas.

O segundo capítulo refere-se às contribuições da sociologia ambiental para este estudo, focando o debate em torno dos discursos e reflexões referentes à relação sociedade-natureza, partindo do princípio de que os problemas ambientais teriam raízes em processos sociais. São objetos de discussão as correntes teóricas da sociologia ambiental contemporânea e suas diferentes percepções da relação sociedade natureza que resultam na antropização dos espaços.

No terceiro capítulo, buscou-se contextualizar as políticas ambientais e a educação ambiental, levantando aspectos importantes de suas trajetórias no contexto socioambiental que possibilitaram a sua institucionalização como instrumentos de gestão dos recursos naturais. São descritas e analisadas as ações e percepções dos gestores ambientais sobre a problemática ambiental e a efetividade das estratégias de ação política na mediação dos conflitos ambientais.

No quarto e último capítulo, abordou-se o campo teórico da educação ambiental, identificando seus fundamentos e conceitos estruturantes. São objetos de análise e reflexão os eventos e o processo em torno da atuação de professores e alunos no processo educacional, a partir das atividades promovidas em sala de aula ou extraclasse, que envolvem questões ambientais. O confronto com os dados do campo empírico resultou numa reflexão sobre o papel que cabe à educação ambiental como mediadora dos conflitos socioambientais.

A investigação pretende contribuir com o processo teórico-metodológico das práticas de educação ambiental aprimorando a reflexão sobre como os conflitos ambientais podem convergir para a construção de uma pauta social, gerando demandas que constituam políticas públicas; e sobre qual o papel da educação ambiental na ampliação do espaço político de participação e defesa dos interesses coletivos de bem-estar e de proteção ambiental.

Reflete-se sobre a educação ambiental como uma prática possível de levar ao alargamento do conceito e da conquista da cidadania, problematizar as formas de utilização dos espaços e seus recursos naturais e as conseqüências resultantes do desenvolvimento e da degradação ambiental na região investigada. Além disso, é possível subsidiar as estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, em termos de políticas públicas educacionais e de gestão dos recursos naturais locais fundamentados nos princípios da racionalidade ambiental.

1. A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO AMAZÔNICA: CONFLITOS E DEGRADAÇÃO

O povoamento e desenvolvimento dos municípios da região norte de Mato Grosso se insere no contexto político e econômico nacional que caracteriza o cenário de expansão do capitalismo na Amazônia no período ditatorial promovido por empresas colonizadoras a partir de incentivos governamentais. Foram desenvolvidas políticas de ocupação e valorização da Amazônia Legal⁵, ampliando as condições de o capital privado atuar naquele espaço e multiplicando as condições de exploração da natureza com a reprodução das frentes de expansão.

Pretende-se, pois, neste capítulo, a contextualização histórica e política do cenário que compõe o tema desta pesquisa. Para tanto, são levantados alguns aspectos da política governamental para a colonização da região amazônica, os quais permitirão compreender a dinâmica social e seus diversificados arranjos produzidos a partir de diferentes formas de ocupação dos espaços e de políticas públicas viabilizando a expansão de áreas produtivas.

Nesse sentido, o povoamento e a ocupação de novas terras na região Centro-Oeste e Norte do Brasil, a partir da década de 1940, constituem-se estratégias de interiorização do desenvolvimento cuja finalidade foi promover o progresso através do uso de recursos naturais para gerar crescimento econômico e a integração da região no território nacional. Para Martins (1997) o fator econômico foi o principal motor da construção de políticas públicas para a viabilização do processo de colonização. Santos (1993) enfatiza que populações marginalizadas oriundas de conflitos agrários e de problemas sociais das regiões densamente povoadas do país transformam-se na principal mão-de-obra que conduziu o processo de intensa exploração dos recursos naturais para consolidar o desenvolvimento capitalista.

A perspectiva deste capítulo é de que o processo de colonização instaurado na região norte de Mato Grosso nos moldes do mercado capitalista, além de ser responsável por grandes alterações nos espaços e nos recursos naturais, é considerado também como um campo gerador de conflitos, os quais são alimentados por lutas e tensões entre grupos sociais

⁵ A “Amazônia Legal” compreende os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, uma parte do Maranhão e de Goiás, e os territórios de Rondônia, Roraima e Amapá; alvo de políticas de expansão para a integração da região à economia nacional

em torno da apropriação e do uso do meio social e natural. Essa apropriação e uso do meio social e natural causou impactos ambientais e sociais, inserindo a região num projeto econômico que leva à subordinação do homem e da natureza ao processo de desenvolvimento.

1.1 A política de colonização para a ocupação da Amazônia

As estratégias encontradas para a ocupação e exploração da Amazônia foram elaboradas por meio do processo de colonização agrícola⁶, instituído nos moldes de uma nova estrutura agrária que, de acordo com Ianni (1984), apresenta padrões “racionais” de administração e produção diretamente vinculadas à expansão do capitalismo no campo, a qual atinge e modifica as formas de exploração do trabalho, constituindo-se de relações sociais complexas permeadas por conflitos. Esse processo “[...] é composto por grupos e forças sociais em tensão e em conflito, por causa de suas práticas econômicas, sociais e políticas, e de suas representações ideológicas” (SANTOS, 1993, p.14).

A partir da revolução de 1930, a política de Vargas promoveu a interiorização através do processo de colonização, com a finalidade de estender a fronteira econômica para regiões menos desenvolvidas e, para tanto, investiu em infraestrutura necessária à abertura da nova fronteira como condição para a viabilização da construção de Brasília e das rodovias de integração Nacional. De acordo com Santos (1993), a colonização demarca a passagem da sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial no Brasil contemporâneo.

No período correspondente à Segunda República entre 1930 e 1937, uma nova política de imigração é criada impedindo a imigração estrangeira e incentivando as migrações internas das populações nacionais. Há, nesse período, uma reorganização das agências governamentais encarregadas da colonização, mediação e distribuição das terras da nação. Entre as diversas agências, pode-se citar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); o Departamento Nacional de Povoamento (1931) e o Serviço de Imigração, reflorestamento e Colonização (1934). Ressalta-se que a Constituição de 1934

⁶ De acordo com o decreto 59.428 de 27/10/66 “Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas” (Art.5 Apud SANTOS, 1993, p.47).

garante direitos à colonização em terras públicas, dando preferência aos habitantes de zonas pobres e aos sem trabalho (SOUZA, 1993, p. 25).

Seguem-se a essas políticas de colonização diversas outras, entre elas, destacam-se as políticas favoráveis à expansão da fronteira⁷ agrícola de iniciativa do governo federal denominada de a “Marcha para o Oeste” do governo de Getúlio Vargas em 1937, a qual se identifica com o Movimento Bandeirante, mantendo a mesma ideologia deste, para uma decisiva ocupação político estatal do Oeste.

Afirma Souza que “[...] era necessário promover uma arrancada de desenvolvimento sob todos os aspectos e com todos os métodos, fazendo coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas” (2004, p.30). Para viabilizar a ocupação, o Estado investiu na construção de estradas, saneamento, educação e transportes e esse investimento passou a atrair pessoas de diversas regiões do país para a Amazônia.

O Estatuto da Terra (Lei n. 4505 de 30 de novembro de 1964) expressa a intenção da reforma agrária e, ao mesmo tempo, favorece a concentração da terra por grandes empresas rurais “considerando-as formas legítimas de exploração da terra”. Nesse sentido, “[...] a colonização estava associada à expansão das fronteiras agrícolas e à ocupação dos vazios demográficos do território brasileiro” (SANTOS, 1993, p.45). Enquanto principal documento que expressa à regulamentação da política agrária do país, O Estatuto da Terra, cuja finalidade era promover a reforma agrária, na verdade tornou-se um importante instrumento que viabilizou o projeto de expansão capitalista para a região e, por outro lado, minimizou as tensões em áreas de conflito.

Como estratégia de ocupação dos espaços, foi criada a “Amazônia Legal” (Lei n. 5.173, de 27 de outubro de 1966) para compor a natureza jurídica da colonização. A criação da “Amazônia Legal” passa a ser alvo das políticas de colonização, cuja finalidade é a de integrar a região ao modelo econômico através de projetos agropecuários e extrativistas. A região torna-se, portanto, alvo para o desenvolvimento de vários programas de colonização controlados pelo Estado, e com a participação de cooperativas e empresas particulares que distribuem e comercializam a terra e conduzem o processo de exploração dos recursos naturais e de produção e comercialização da produção, favorecendo o mercado produtivo nacional em processo de expansão.

⁷ Definição de fronteira como sendo o espaço onde ocorre o encontro de povos com diferentes concepções de vida e visões de mundo, cenário caracterizado por lutas étnicas e sociais (MARTINS, 1997).

As condições para a exploração dos recursos naturais e expansão do capital foram proporcionadas pelo próprio Estado a partir de incentivos fiscais e créditos concedidos por órgãos criados para essa finalidade. O Programa de Integração Nacional – PIN, criado em 1970, foi um dos incentivos que pretendia tornar possível a ocupação do Oeste para torná-lo viável economicamente. Com esse Programa, pretendia-se ocupar os espaços vazios por meio da colonização, a qual traria o desenvolvimento para a região.

Para demonstrar a ocupação fundiária realizada pelo governo nas décadas de 70 e 80 em Mato Grosso, Souza afirma que

[...], sob a bandeira “Integrar para não entregar”, a partir do Governo do presidente Emílio G. Médici, criou-se o PIN que entre outros motivos era destinado a construir as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, juntamente com a colonização e reforma agrária na faixa de cem quilômetros de cada lado das novas rodovias. Criou-se o INCRA, tendo como objetivo maior a promoção e execução da reforma agrária e a direção dos destinos da colonização, o desenvolvimento do cooperativismo e formas de associativismo. (2004, p.71)

O objetivo do Estado em estender as fronteiras econômicas para as regiões menos desenvolvidas através do processo de migração apresenta-se como uma política desenvolvimentista de adequação à economia capitalista para atender à demanda de consumo da população urbana e ampliar o mercado interno. Souza (2004) afirma que, nesse contexto, Mato Grosso foi incorporado ao processo produtivo nacional como importante fornecedor de matéria prima de origem agropecuária para abastecer o mercado das regiões que se industrializavam e absorver os produtos industrializados e o excedente populacional das regiões mais desenvolvidas.

Sobre a colonização promovida pelo Estado impulsionado por interesses capitalista Picoli declara que

O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborado pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do Sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Esse projeto foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais. Nasceu com a finalidade de colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial e, por intermédio dos militares, internacionalizar a região com a expansão de grandes conglomerados capitalistas. (2006, p. 49)

Verifica-se, a partir da década de 70, que a região norte do Estado de Mato Grosso, e mais especificamente os núcleos urbanos instalados às margens da BR 163, passa a receber um grande contingente de imigrantes vindos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Souza (p.71-72) destaca que “os migrantes que passaram a ocupar a região, eram, na origem, pequenos proprietários rurais, posseiros, sitiantes que vendiam suas terras

no Sul para se tornarem em Mato Grosso, dependendo do valor da terra, pequenos ou médios proprietários”.

O mesmo autor destaca também a importância de outros projetos criados pelo Governo Federal com a finalidade de financiar as obras de infraestrutura que permitiriam a integração da região amazônica à economia nacional, tais como o I PND (1972-74) e o II PND (1975-79) e III PND (1980-85). Todos esses Projetos são políticas governamentais consideradas fundamentais para promover o estímulo à ocupação e à exploração nos municípios da Amazônia Matogrossense.

As políticas de colonização dirigidas na década de 70 tiveram como objetivos, segundo o PIN (Plano de Integração Nacional), deslocar a fronteira agrícola para as margens do Rio Amazonas; criar condições para incorporar à economia de mercado amplas faixas da população, antes pulverizadas na economia do setor de subsistência; reorientar a migração de mão-de-obra do Nordeste em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se a sua transferência para as áreas das metrópoles superpovoadas do Centro-Sul. (CASTRO, 2002, p.43)

Por meio das políticas de incentivos governamentais, foram criados, nas décadas de 70 e 80, diversos órgãos e instituições financeiras, juntamente com uma política de créditos, incentivos fiscais e subsídios, cuja finalidade era promover as condições para a ocupação e exploração dos recursos naturais na região.

Dentre os programas criados, destacam-se o PROTERRA, que tinha a finalidade de promover o acesso do homem a terra, criando condições de emprego da mão-de-obra no campo; fomentar as agroindústrias nas regiões de atuação da SUDAM E SUDENE, e atender a projetos de colonização particular, empréstimos fundiários, financiamentos da agroindústria e assistência técnica à modernização das propriedades rurais, através do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil; O PRODOESTE que visava integrar a Região Centro-Oeste às demais áreas consideradas desenvolvidas, colocando infraestrutura para atividades agropecuárias, abertura de estradas vicinais e saneamento básico; O POLAMAZÔNIA, órgão responsável pela política de ocupação da Amazônia legal a partir do aproveitamento das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, sob a coordenação do Ministério do Interior, em 15 áreas selecionadas na região. Esse órgão objetiva apoiar os colonos e orientar as aplicações dos investimentos em projetos de infra-estrutura econômica e social, além de ordenar a ocupação espacial de acordo com a vocação e condições ecológicas regionais; O POLONOROESTE, que fora criado não só para promover a adequada ocupação demográfica e econômica de pequenos produtores da região,

favorecendo a redução das disparidades de desenvolvimento, mas também assegurar a preservação do sistema ecológico e proteção das comunidades indígenas.

Historicamente as intervenções estatais foram realizadas nas mais diferentes dimensões da vida social, comumente ligadas ao interesse geral, numa multiplicidade heterogênea de interesses. E as políticas públicas passaram a ser uma elaboração de intervenção do Estado na sociedade em crise de legitimidade ou uma estratégia para inserir um pouco mais de equidade na sociedade da livre concorrência.

As condições para a exploração dos recursos naturais e expansão do capital foram proporcionadas pelo próprio Estado, por meio de incentivos fiscais e créditos concedidos pelos programas acima citados, atraindo assim para a região grupos econômicos que foram beneficiados com os programas e incentivos do Estado, proporcionando a eles condições para usufruir dos recursos minerais e florestais abundantes na região, podendo assim colonizá-la.

“Com essas estratégias, criaram mecanismos para viabilizar a concentração econômica através da expansão dos grupos organizados e colocar a região à disposição do mercado mundial” (PICOLI, 2006, P.37). Efetivou-se, assim, a expansão na nova fronteira da agropecuária, do extrativismo e da industrialização da região, promovida pela ditadura militar após 1964. “[...] se ela é uma estratégia de dominação cujos contornos ainda não se definiram, ela se exerce tanto pela adesão quanto pelo constrangimento, tanto pela criação de um consenso como pela força.” (SANTOS, 1993, p.16). Para Picoli,

A idéia era fazer com que a empresa privada participasse do desenvolvimento da Amazônia. Assim, o binômio Estado/empresas privadas, nacionais e internacionais, conseguiu fazer a parceria certa com a finalidade de internacionalizar a Amazônia brasileira, bem como garantir a sobrevivência do sistema capitalista através do Estado ditatorial (2006, p.47).

As estratégias de ocupação que resultaram no deslocamento de migrantes em parte com condições técnicas e financeiras de colonização em meio à mata, todavia em sua maioria em pobres em busca de terras e trabalho, revela a intenção do Estado em promover a reforma agrária espontânea, a fim de minimizar os conflitos agrários e problemas sociais. Os estados da região Amazônica tornam-se historicamente uma alternativa para populações marginalizadas, pois passam a ser ocupados por uma população de indígenas, posseiros, peões, vaqueiros, grileiros e colonos que buscam trabalho e formas de sobrevivência.

Há uma novidade com o processo de colonização agrícola na interpretação de Santos (1993). Diz ele que esse processo deve ser compreendido enquanto conjunto de formas e

relações sociais conflitivas através das quais a natureza é subordinada pela técnica e o espaço é ocupado. O referido autor em sua obra “Matuchos exclusão e luta”, explica a trajetória dos camponeses do Sul para o Centro-Oeste e Norte esclarece,

O processo de colonização aparece então em todas as suas dimensões (econômicas, sociais, ideológicas e políticas) e como resultante não só do Estado e das forças sociais dominantes, dos capitalistas e dos proprietários de terras, mas ainda da intervenção do campesinato; e em particular, do campesinato do Sul, a procura de seu próprio projeto social e definindo sua própria cidadania (SANTOS, 1993, p.18).

Os autores mencionados são unânimes em afirmar, em suas análises sobre a política de colonização, colocadas em andamento no regime militar, que a colonização teve o papel de solucionar os conflitos sociais e agrários e de reivindicações de trabalhadores e camponeses pela terra. Santos enfatiza que as ações de regulamentação da questão agrária efetivada a partir de 1964, não resultaram em políticas de reforma agrária, mas de uma efetiva política de colonização que prevaleceu até o fim do regime ditatorial.

Verifica-se, desse modo, que o projeto da colonização se sobrepõe ao da reforma agrária. O Estado institucionaliza uma política agrária favorecendo a apropriação das terras por empresas comprometidas com a expansão de um modelo agrícola de mercado, e através de um processo de convencimento, recruta a mão-de-obra que se desloca de diferentes regiões do país. O interesse do Estado não estava em fixar o homem onde mora, mas transferi-lo para as áreas de colonização a fim de favorecer a expansão do capital.

Nesse sentido, os diferentes autores concordam que se promoveu uma contra-reforma agrária, ou seja, não foi realizada a redistribuição das terras já ocupadas, os conflitos sociais não foram solucionados nos locais em que ocorreram, os atores envolvidos foram retirados de seus locais de origem e transferidos e inseridos numa estrutura político-administrativa onde seriam controlados e manipulados pelo Estado, pelas cooperativas e empresas de colonização.

Ianni (1984), ao analisar a sociedade brasileira, traz importantes contribuições que permitem a compreensão das forças concentradoras de poder que se originam na sociedade agrária e se articula com a urbana, constituindo as classes sociais que são a base do poder estatal no Brasil. Esse autor atribui à longa permanência de um Estado oligárquico no Brasil à manipulação dos excedentes de trabalhadores que só é possível pela extensão territorial do país que permite a transferência de contingentes populacionais através da migração. Sentencia ele que

O poder estatal pode ser razoavelmente autoritário porque existe uma fronteira, existe uma flexibilidade interna que possibilita que excedentes populacionais das áreas-problema, de tensão, sejam transferidos para áreas de certo modo territórios “livres”; fronteiras com possibilidades de construir fazenda, latifúndio, sítio, posse, colônia e assim por diante. E essa flexibilidade, inegavelmente, ajuda as classes governantes a não- resolução do problema do Nordeste; à não-resolução do problema do Rio Grande do Sul (IANNI, 1984,p.144).

Por outro lado, é possível perceber, segundo Ianni, que o processo de colonização, ao promover o desenvolvimento extensivo do capital no campo pela migração, apropriação dos espaços e pela disputa da terra enquanto mercadoria de valor revela uma etapa final do processo de acumulação primitiva que gera os conflitos, tensões e lutas que ocorrem nesses espaços. “Pouco a pouco, as terras estão se transformando em propriedades, monopolizadas, como ‘reservas de valor’” (IANNI, 1984, p.147). O fim do processo de acumulação primitiva pode levar ao esgotamento da fronteira de expansão impedindo a transferência e manipulação de excedentes populacionais e, com isso, forçar os governos a enfrentar os problemas nas áreas de tensão.

O modelo econômico hegemônico avança produzindo altos níveis de exclusão social; em contraponto, políticas sociais são aplicadas em socorro às necessidades dessa população excluída. Apesar de alguns avanços sociais, não se pode, ainda, considerar estes feitos como satisfatórios para se transformar o Brasil num país com efetivas possibilidades econômicas e sociais sustentáveis, especialmente do ponto de vista da cidadania.

Nos itens que se seguem, serão demonstrados os esforços levados a efeito pelo governo ditatorial no tocante à questão agrária e à modernização da agricultura, intensificada no Estado do Mato Grosso entre as décadas de 70 e 80 como parte das estratégias para integrar a região amazônica à lógica de reprodução capitalista.

1.2 A colonização particular em Sinop

Na década de 60, intensificam-se as migrações com a abertura das estradas Cuaibá-Santarém (BR 163) e Cuabá-Porto Velho (BR 364), as quais, cortando a Amazônia, proporcionaram a ligação entre os Estado do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas. A abertura dessas estradas foi considerada um dos mais importantes empreendimentos dos governos militares a fim de integrar a região centro sul à região Centro-Oeste e Norte, pois facilitou a penetração de grandes organizações empresariais que passaram a praticar a agricultura, a pecuária e a explorar minérios, fibras vegetais e alimentos. A abertura da BR-

163 ocorreu em 1971, como projeto que integrou as metas do Plano de Integração Nacional do Governo Federal. A pavimentação asfáltica da rodovia só foi concluída em 1984.

O município de Sinop é fruto de um projeto de colonização particular denominado de “Gleba Celeste”, criado em 1974, assim como muitos outros espalhados pelo Estado de Mato Grosso. Sinop está localizado ao norte do Estado, às margens da BR 163, a 500 km de Cuiabá, capital do Estado, entre as coordenadas geográficas 11º50’53’’ S e 55º38’57’’ W. Paralelamente foram constituídos mais três núcleos coloniais: a cidade de Vera (o primeiro núcleo implantado, em 1972); Santa Carmem (1974) e Cláudia (1978).

O projeto denominado de “Gleba Celeste” abarca uma área de 645.000 hectares de terra adquirida pelo então empresário do ramo imobiliário e identificado como colonizador e fundador das cidades, Sr. Ênio Pipino. Dos três municípios implantados, através do projeto de colonização particular, Sinop, situada na altura do km 500, no sentido Cuiabá-Santarém, foi a que mais se desenvolveu por se localizar em ponto estratégico às margens da BR -163. O município leva o nome da empresa colonizadora que significa Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), na época com sede em Maringá no Paraná, onde havia implantado diversos núcleos urbanos. O município de Sinop foi elevada à categoria de distrito no dia 3 de dezembro de 1976, pela Lei n. 3.817 pertencendo ao Município de Chapada dos Guimarães, mais tarde tornou-se município pela Lei n. 4.150 de 17 de dezembro de 1979.

Como já foi mencionado, a colonização se constitui numa estratégia que parte do poder público do Estado nacional como alternativa na solução dos problemas sociais e econômicos do país, relacionados à pressão demográfica no campo; à modernização da agricultura e à concentração da terra que deu origem a diversos conflitos pela posse da terra. A colonização particular ganha espaço na medida em que a colonização oficial, promovida pelo Estado, recua e passa a incentivar e conceder benefícios para a aquisição e regulamentação de terras públicas a empresas agrícolas e empresas de colonização.

Nesse sentido, os projetos de colonização dirigidos pelo Estado e os promovidos por empresas particulares, como é o caso de Sinop, representam obstáculos a uma efetiva distribuição de terras nos moldes da reforma agrária já desenhada no Estatuto da Terra como proposta de acesso à terra. Há a intensificação da concentração de terras que envolvem interesses em minimizar as tensões em áreas rurais do centro sul do país; ocupação extensas áreas do território brasileiro privilegiando as classes proprietárias, configurando-se como processo seletivo e excludente.

Nesse processo, verifica-se a participação direta do Estado na transferência de terras ao capital⁸, incentivando a concentração da terra, a especulação imobiliária e a exploração dos recursos naturais, as quais se justificam mediante o discurso de ocupação dos espaços vazios. Essa ocupação levaria o progresso e conseqüentemente o desenvolvimento para a região. Todavia, esse desenvolvimento se apresenta agressivo e prejudicial aos povos originários dessa região, indígenas e posseiros expropriados de suas terras e explorados na sua força de trabalho.

O processo de colonização e o modo capitalista de produção não reconhecem os direitos desses povos sobre seus territórios, são arregimentados como mão-de-obra na produção agrícola e, quando não se enquadram nessa condição, formam o exército de desempregados e marginalizados nos centros urbanos das cidades.

Entre os anos de 1976 e 1978, foi organizado um sistema em que Estado e iniciativa privada se uniram para implantar os programas de colonização estruturando cooperativas agropecuárias, orientadas agora para outra clientela, os pequenos proprietários do sul do país. O INCRA regularizou a parceria, destacando que “a cooperativa atuaria junto aos associados a serem transferidos visando a promover o reagrupamento do minifúndio pela alienação de suas terras aos proprietários que permanecerem na área” (SANTOS, 1993, p.57).

Nos anos seguintes, o sistema de colonização foi aperfeiçoado e nele o INCRA e as cooperativas de colonização propõem ações conjuntas no sentido de reassentar os camponeses transferidos ou atraídos do Sul para a região Amazônica. As cooperativas de agricultores nos processos de colonização têm a função de “forçar os trabalhadores rurais a submeterem-se a uma organização burocrática, criada de cima para baixo, à margem do sindicato, para servir aos interesses dos fazendeiros, latifundiários e usineiros, nas épocas de maiores demandas de força de trabalho” (IANNI, 1984, p.156).

As propostas de colonização inicialmente estiveram voltadas para a produção familiar ou produção de subsistência, compreendida enquanto fenômeno social em que as unidades de produção são organizadas com base no trabalho familiar. Para Castro (2002), a pequena produção gera processos sociais relacionados à produção de mercadorias agrícolas e

⁸ Segundo Santos (1993), a política agrária do governo Geisel definiu as normas para legalizar a posse de terras devolutas apropriadas por particulares. A legalização a favor de grandes empresas particulares foi concedida através de uma resolução do Conselho de Segurança Nacional. “[...] esta resolução possibilitou a legalização fundiária de grandes extensões de terra que tinham sido apropriadas por particulares, certamente através de meios ilícitos, sem haver necessidade, daí em diante, de aprovação do Senado, como era previsto por lei até então” (SANTOS, 1993, p.56).

força de trabalho que leva a constituição de uma categoria social diferenciada das geradas pelo desenvolvimento capitalista. Diz ele que

- a) as unidades de produção familiar operam na base do trabalho familiar, incorporando a dimensão dupla de produtores e consumidores de sua produção, viabilizando uma reprodução enquanto classe social;
- b) a produção camponesa se dá num contexto de pouca disponibilidade de terras, insuficiência dos demais recursos produtivos e condições ecológicas diversas;
- c) o processo produtivo é voltado parcialmente para a subsistência e parcialmente para o mercado;
- d) finalmente, as unidades camponesas dificilmente geram um processo significativo e continuado de acumulação de capital, em vista das condições objetivas dos mecanismos de articulação com o setor capitalista (2002, p.20-21).

Para Santos (1993), essa parceria entre poder público e órgãos privados na efetivação dos projetos de colonização particular, concretiza-se sob um rigoroso controle sobre o espaço e os homens a fim de garantir o domínio político e econômico. Nesse contexto, concentraram-se em Mato Grosso, nas décadas de 70 e 80, vários programas para a implantação de projetos de colonização por meio de parcerias entre empresas privadas, tais como: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso, responsáveis pelo ordenamento e regulamentação das terras e aprovação dos projetos de colonização.

Os projetos de colonização particular, sob novas diretrizes, propuseram os Projetos de Assentamento Conjunto - PAC - entre o INCRA e as cooperativas. O PAC inicia, assim, por meio da difusão e propaganda do sucesso alcançado por esse tipo de colonização, um processo de convencimento dos colonos que se encontravam em dificuldades no Sul do país, motivando o deslocamento de milhares de famílias para as regiões mato-grossenses.

Esse fenômeno da migração pode ser explicado pelos seguintes motivos: primeiro, a expulsão de milhares de trabalhadores de suas propriedades devido à expansão da grande propriedade modernizada; segundo, a desarticulação da atividade cafeeira e da pequena propriedade de tradição na produção familiar; terceiro, fatores ligados aos processos mais gerais de transformação nas estruturas agrárias do país e na economia mundial a partir da instauração do Estado ditatorial.

Além desses motivos, muitos colonos aceitaram a transferência da região Sul para o estado de Mato Grosso, por acreditarem na proposta da colonização, na qual vislumbravam a oportunidade de se transformarem em proprietários da terra ou ainda com possibilidades de ampliar suas posses e garantir terras para seus filhos. Outros, embora discordassem das propostas feitas pelas empresas de colonização questionando “por que investir no Mato Grosso e não no Sul?”, devido à forte propaganda de terras férteis em abundância e melhores

condições de produção, acabaram por vir também para a região mato-grossense. Assim, através dos projetos de colonização particular em Mato Grosso, foram criados diversos municípios, entre eles, Sinop, Alta Floresta, Colider e Canarana (CASTRO, 2002).

Segundo Souza (2004), a colonização particular obedeceu à lógica da especulação fundiária, pois a região contava com abundância de terras devolutas, sendo a sua aquisição facilitada pelos preços baixos e pela burla da lei entre outros mecanismos considerados ilícitos no processo de acesso à terra em Mato Grosso.

Nesse período, segundo o mesmo autor, houve um acelerado processo de implantação de núcleos urbanos em Mato Grosso, os quais, em pouco tempo, tornaram-se municípios. Afirma Souza (2004, apud MORENO, 1998, p. 111) que foram formados “61 municípios, todos emancipados, sendo quase a metade resultante da colonização privada. Isto significa que até o início de 1970 o Estado contava apenas com 34 municípios. Terminou a década de 80 com 95 e, em 1997, com um total de 126 municípios”.

Os núcleos urbanos, situados às margens da BR 163, foram os que mais receberam imigrantes, por se encontrarem em local estratégico e rota de passagem, com isso obtiveram maior desenvolvimento urbano e demográfico. Entre os municípios que mais se desenvolveram estão: Alta Floresta, Colider, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop.

A partir de 1972, a empresa Sinop transferiu seus trabalhos de colonização do Paraná para a região norte de Mato Grosso e com a participação do INCRA incentivaram colonos dos três estados da região sul a migrarem para o norte de Mato Grosso. As primeiras picadas foram abertas junto à BR-163 dando origem à sede do município, organizado com infraestrutura básica composta por lotes urbanos onde a empresa construiu escolas, praças, lugares para festas e reuniões. Foram doados terrenos para construção de igrejas, e o perímetro rural espaço destinado às chácaras constituindo um “cinturão verde” para a produção de alimentos.

De acordo com Souza (2004), ainda em 1972, começaram a chegar as primeiras famílias para se instalarem na “Gleba Celeste”, imbuídas de espírito aventureiro e desbravador, viam na região uma oportunidade de aumentarem suas posses e seus rendimentos. As famílias chegavam em caravanas e se alojavam em meio à mata em instalações precárias até se organizarem em suas terras e iniciar as atividades de cultivo da terra. O mesmo autor relata as dificuldades vividas pelos migrantes após se instalarem nas terras em Mato Grosso. Diz ele que, no processo de re-territorialização, os colonos tiveram

problemas relacionados ao clima quente e úmido, às doenças, à mata de floresta densa e aos solos fracos que exigiam correção para o plantio.

Em Sinop, a empresa colonizadora viabilizou a infraestrutura dos núcleos com verbas financiadas por órgãos públicos, oferecendo ao colono os recursos para o desmatamento, preparo da terra e cultivo. Da mesma forma, os núcleos urbanos foram estruturados com infraestrutura necessária para se constituir a sede burocrática de assistência e controle dos colonos e de sua produção que contava com bancos, escolas, postos de saúde, igrejas, comércio de produtos e serviços. Picoli destaca que

A Colonizadora Sinop S.A. é empresa que atua desde 1938 em vendas de terras para a colonização, tendo sua origem no Noroeste do Paraná. O empresário Enio Pipino colocou na cidade o mesmo nome da empresa de colonização e, através de experiência em especulação imobiliária da terra, foi autorizado a desenvolver o projeto. Com sua equipe, ele fundou, em 20 anos, 18 cidades. Além das várias criadas posteriormente a 1985, outras vieram em consequência dessa colonização. (2006, p.64).

A vasta experiência em colonização a partir das experiências obtidas no Paraná, onde por meio do comércio imobiliário fundou diversos municípios, contribuiu para que o empresário estendesse suas atividades para a região amazônica, adquirindo vastas extensões de terras dentro do programa governamental de ocupação e valorização da Amazônia, negociando-as com pequenos proprietários migrantes da região sul. Com a finalidade de tornar o projeto de colonização um negócio rentável economicamente, as estratégias de venda consistiam em dividir as terras em lotes rurais e urbanos a partir de um projeto de ocupação e urbanização e com implantação de infraestrutura. Todos esses benefícios eram incorporados ao preço do lote.

De acordo com Souza (2004), os lotes eram comercializados por etapas e, na medida em que ocorria a valorização da área, passavam a ser comercializados por valores mais elevados. A infraestrutura básica composta de demarcação da área a ser colonizada e a construção de estradas juntamente com uma infraestrutura social, constituída por escolas, igreja, postos de saúde e construção do perímetro urbano, perfaziam as exigências do órgão fiscalizador - INCRA - para a aprovação dos projetos de colonização às empresas.

Atuando em conjunto com outros órgãos como EMATER, CIBRAZEM, Banco do Brasil, Prefeitura municipal e Instituições religiosas, a Colonizadora Sinop é reconhecida pela sociedade como empresa idônea e de sucesso por ter oportunizado a realização dos desejos de brasileiros de terem suas terras e por viabilizar a expansão da fronteira agrícola da Amazônia Mato-grossense.

Os estímulos oferecidos pelos mais diversos órgãos que atuaram junto às empresas colonizadoras atestam a forte presença do Estado no sentido de manter a propriedade privada da terra privilegiando os setores da sociedade como fazendeiros, empresários, madeireiros que consolidariam os objetivos de incorporar à Amazônia a economia brasileira.

Nos anos 70, o processo de colonização adota características diferenciadas dos anos anteriores ao incorporar metas de distribuição de terras, o que justifica o fenômeno da migração que ocorreu, sobretudo, nas regiões Centro-Oeste e Norte. No entanto, ao incentivar a migração para novas áreas, torna-se explícito a intenção de manter inalteradas as questões referentes à questão agrária e ao acesso à terra, bem como efetivar a desmobilização dos setores sociais que lutavam pela reforma agrária nos seus locais de origem.

O modelo de colonização particular e as práticas sociais que decorrem dele são questionados por Schaefer, quando ele afirma que

A maneira pela qual a empresa particular de colonização se organiza em forma de cooperativa agropecuária por imposição governamental, tende a transformar o colono num dependente dos caprichos e interesses da empresa. As condições de produção, preferência por determinadas culturas e a comercialização dos produtos passam a depender das condições estabelecidas pela empresa, acabando por se reproduzirem na nova situação as mesmas condições de exploração que estes colonos enfrentaram no Nordeste e no Centro-Sul do país (1985, p.97).

O desenvolvimento de Sinop é, assim, atribuído ao “sucesso da colonização particular” relacionado às condições de infraestrutura social e econômica, como estradas pavimentadas, energia elétrica e meios de comunicação, oferecidas pelo poder público e também ao entusiasmo e à coragem dos imigrantes que buscavam a realização de seus sonhos e projetos de vida, atraídos pela propaganda divulgada pela empresa colonizadora que resultou também na transferência de empreendimentos particulares para a região.

Como principal atividade econômica, incentivada num primeiro momento e desenvolvida pelos colonos instalados em Sinop, consta, além da atividade de extração da madeira, o cultivo do café e da mandioca e a pecuária. O cultivo do café não prosperou devido às dificuldades de adaptação da cultura ao clima tropical. A empresa colonizadora investiu então num projeto Agroindustrial na produção de álcool a partir da mandioca a fim de assegurar a permanência dos colonos em suas propriedades ou como forma de proporcionar acumulação de capital regional e garantir a legitimidade e a continuidade dos projetos da empresa com o comércio de vendas de terras.

A ideologia dos colonizadores era atrair gente para um espaço vazio e fixar o homem no campo, no intuito de agregar mão de obra gratuita para arrasar a mata e abrir caminho para o agronegócio. Fato que explica a necessidade das colonizadoras em criar diferentes estratégias econômicas a fim de impedir o retorno dos pioneiros às suas terras de origem. No entanto, tais medidas não surtiram os efeitos desejados, a falta de estrutura e as precárias condições de trabalho acrescidas aos fatores acima mencionados fizeram com que uma leva considerável de colonos voltasse para a região sul.

Conforme assinala Schaefer (1985), com financiamentos do Banco do Brasil e do Programa Pró-álcool, construiu-se uma usina, a dez quilômetros da sede do município, a qual alcançou uma produção de 65 toneladas diárias de ração, equivalente a 50 toneladas de milho integral para movimentar a usina, juntamente com cerca de 20 toneladas diárias de lenha, apresentando uma produção diária de 150 mil litros de álcool, tendo a usina mercado para o consumo diário de 850 toneladas de mandioca. No entanto, desde o início de sua colonização, o município tem como atividade econômica principal a extração e beneficiamento da madeira retirada da mata virgem das áreas que o circundam. Na primeira década, o município atingiu o número de 150 serrarias, número que alcançou um total de 400 serrarias na década de 90.

Na medida em que o processo de colonização particular alcança seus objetivos que é o de atrair pessoas para a aquisição de terras no norte de Mato Grosso, a economia do município é aquecida e a infraestrutura, em termos de comércio e serviços, tem um considerável impulso. Já em 1981, de acordo com Schaefer (1985), o município contava com os seguintes estabelecimentos: sete hospitais, um posto de saúde, nove farmácias, quatro agências bancárias, três postos de gasolina, oito açougues, um cinema, 61 empresas de prestação de serviços, duas linhas aéreas, 15 hotéis e dormitórios, 17 restaurantes e quatro supermercados.

O sentido dado à política de ocupação dos espaços vazios, promovida pelo Estado e empresas colonizadoras no norte de Mato Grosso, constitui-se não só numa estratégia de crescimento econômico, que levaria ao desenvolvimento⁹ da região, mas, sobretudo, de uma estratégia de controle do espaço amazônico. “É importante observar que esse modelo de

⁹ Para uma leitura mais abrangente sobre o processo de colonização e desenvolvimento da região norte do Estado de Mato Grosso e o caso de Sinop, consultar as dissertações de LACERDA, NATALÍCIO PEREIRA. L131 **Meio ambiente, desenvolvimento e seus efeitos na Amazônia Mato-Grossense: caso Sinop.** – Cáceres, 2008; e VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos, 1965 - Ordem e Progresso. **Colonização e desenvolvimento em Mato Grosso: o caso de Sinop.** Uberlândia, 2003. 182f.

urbanismo rural, além de suas características técnicas, urbanísticas, organizatórias e funcionais, teve uma evidente conotação de controle social” (SOUZA, 2004, p.128).

Esse controle implicaria a atuação sobre as ações dos diferentes atores que comporiam o cenário aqui descrito e analisado numa perspectiva de manter inalterados os reais objetivos traçados para o processo de colonização que era de garantir as estruturas de posse legal da terra aos novos agentes econômicos que foram ocupando os espaços de acordo com os interesses dos agentes no controle. Para tanto, os espaços foram reconfigurados obedecendo aos imperativos do progresso e do desenvolvimento em projetos agropecuários, áreas de colonização, extrativismo, reservas ecológicas e reservas indígenas.

1.3 O processo de colonização como um campo de conflitos socioambientais

O caráter de exploração comercial e capitalista da colonização promoveu a devastação ambiental da Amazônia, em sua fase inicial através da exploração da borracha e da castanha-do-pará no final do século XIX e início do século XX, nos Estados do Pará, Amazonas e Acre. Nesse período, a Amazônia recebeu grande contingente de trabalhadores vindos do nordeste para a extração do látex, ocasião em que foi construída a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para a escoação da produção.

Segundo Cardoso (1977) e Martins, (1997), com o declínio da produção da borracha, provocado pelo fim do monopólio brasileiro na exportação, pois passou a ser cultivada em outros países da Europa e da Ásia, a Amazônia, a partir dos anos 20/30, concentra as atividades de extrativismo florestal e mineral, seguida de uma invasão das frentes pioneiras¹⁰ agropecuária. A colonização em Mato Grosso, que se inicia nas décadas de 40 com a finalidade de expandir a fronteira geográfica para a ocupação e povoamento, chega aos nossos dias a cumprir a função de expandir a fronteira agrícola do país. Torna-se importante fonte de matéria prima e produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e externo.

Segundo Ianni (1986) e Cardoso (1977), as florestas, os cerrados e campos são alvos também da exploração realizada por empresas e pelo mercado internacional, o que leva o

¹⁰ Espaços territoriais e sociais sobre os quais se desenvolvem novas concepções de vida e mudança social, tendo como referência a modernização e o processo civilizatório. Refere-se “a realidades sociais substantivas, modos singulares de organização da vida social, de definição dos valores e das orientações sociais” (MARTINS, 1997, p. 154).

Estado brasileiro a desenvolver ações no sentido de afirmar sua soberania diante da exploração estrangeira, resultando em políticas que sugerem um novo ordenamento para o devassamento da Amazônia.

O fator econômico é o principal motor da construção de políticas públicas para a viabilização do processo de colonização. Ele está voltado para a expansão de áreas produtivas para o abastecimento interno e exportação, que alimenta o desenvolvimento capitalista. Para Ianni (1984), a produção no campo, nessa perspectiva, deve abastecer o mercado consumidor em expansão e se enquadrar no modelo econômico que transforma a terra em mercadoria e a subordinação das diferentes formas de trabalho às exigências da produção capitalista.

Na medida em que os espaços vão sendo reordenados para se enquadrar à economia nacional, com uma ajuda substancial do Estado, são inseridas novas modalidades de trabalho permitindo que haja uma articulação entre o campo e a cidade. Segundo o mesmo autor, a expansão do capitalismo no campo ocorre, sobretudo, pela introdução de novas tecnologias aplicadas à produção. Esse processo favoreceu o surgimento de uma nova classe operária no campo, de especialistas engenheiros agrônomos, administradores, supervisores e economistas constituindo-se dentro das outras classes sociais.

Razão pela qual o recente desenvolvimento da produção do agronegócio é um resultado da sobreposição do espaço da cidade sobre o rural, da subserviência da agricultura à indústria química e à tecnologia. Por outro lado, nessa conformação, tem-se também o aumento do proletariado rural constituído de trabalhadores assalariados temporários que representam uma nova categoria em substituição aos trabalhadores permanentes, aos peões e aos operários agrícolas, compondo o cenário do desenvolvimento das classes sociais da sociedade nacional que se erige sob o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo. Isso pode explicar de alguma forma as manifestações e protestos urbanos na cidade de Sinop por ocasião da fiscalização ambiental ou das ações do MP e IBAMA em face da exploração da mata pelas madeireiras.

A história de ocupação da Amazônia não está relacionada somente aos diferentes mecanismos de produção econômica impulsionada pelo mercado, mas a diferentes formas de utilização dos espaços e de diferentes formas dos atores se relacionarem com o meio natural. “[...] a colonização é uma forma de produção do social num certo meio natural: é um verdadeiro processo social em si [...]” (SANTOS, 1993, p.13). Neste sentido os conflitos

socioambientais são constituídos por processos que envolvem lutas sociais em torno do acesso e uso dos recursos naturais.

A definição de conflito socioambiental, neste texto, aponta para as relações sociais que envolvem embates e tensões entre grupos sociais em torno da apropriação e uso do meio social e natural, disputas associadas à inter-relação do meio social com o meio físico. “[...] constituído por lutas sociais em torno do acesso e formas de uso dos bens materiais [...]” (CARVALHO, 2000, p.60). Para a autora, muitos conflitos ambientais são expressos por lutas em torno dos bens materiais a partir dos quais estão em disputa interesses públicos e privados sobre o patrimônio natural.

Os estudos dão conta de que os conflitos ambientais gerados pela desigual ocupação e apropriação dos espaços e pela distribuição também desigual dos recursos naturais podem ser reconhecidos e agrupados enquanto conflitos explícitos e implícitos, e classificados de três formas. Primeira, como fundiários, que se referem ao uso e posse da terra, onde os atores reivindicam a legalização de títulos ou a manutenção e reintegração de posse; segunda, como conflitos gerados pelo direito à exploração dos recursos naturais, que implica em problemas ambientais ou impactos ambientais, como é o caso do desflorestamento, da monocultura e do uso de agrotóxicos; terceira, como questões ambientais associadas aos problemas urbanos de crescimento sem planejamento e a carência de estruturas que propicie melhor qualidade de vida.

Os conflitos ambientais integram as incertezas e inseguranças de uma modernidade em crise, em que os atores sociais buscam e travam lutas nos diferentes espaços públicos, a fim de conquistar sua própria autonomia, orientados por uma lógica onde procuram se afirmar a si mesmos como tal. Segundo Touraine (2001), o que está em jogo é a capacidade de os atores se comportarem como sujeitos no sentido de traçar e de percorrer seu próprio caminho, de transformar sua história.

Martins (1997) aponta alguns elementos para compreender a realidade social da fronteira. Diz ele que a fronteira é o lugar dos desencontros tanto em relação ao outro quanto em relação à natureza, configurando-se como um local de disputas e conflitos próprios da constituição do humano a partir de uma nova sociabilidade onde é considerada vítima aquele que é dominado e subjugado por quem o explora.

As reivindicações em torno dos sujeitos mobilizam as questões sociais postas na esfera pública num determinado momento histórico, político e econômico. Na perspectiva dos conflitos gerados no processo de colonização, promove um movimento de resistência, de

revolta e protesto onde se fazem presentes lutas étnicas e sociais (MARTINS, 1997), proporcionando aos atores se defenderem dos ataques que ameaçam sua presença ou participação e sua capacidade de se perceberem como sujeitos integrados e participantes na atividade econômica.

Os conflitos, por sua vez, revelam também a luta entre atores, com diferentes posições sociais ocupadas na estrutura da economia agrária do país, pelo acesso à terra e aos bens produzidos nela. “Elas exprimem formas distintas de produtividade do trabalho, ou, mais precisamente, graus diversos de apropriação do produto da força de trabalho” (IANNI, 1984, p.104). Para Santos,

Como processo social complexo, a colonização é conflitiva: são diversos os atores sociais e as forças sociais que dela participam, cada qual com seus específicos interesses econômicos, suas decisões políticas e seus projetos. Por via de conseqüência, explode um conflito social: por haver grupos e forças sociais que se afrontam em torno de uma questão comum – a ocupação humana de novas terras no Brasil – e porque cada qual encara de modo diferente a forma social que esta ocupação vai tomar, o processo de colonização agrícola será necessariamente um fenômeno de tensão social, de dominação, como também de projetos sociais alternativos e até mesmo de lutas sociais e de sonhos de sociedade (1993, p.14-15).

Ao se analisar as tensões e os conflitos sociais gerados nas relações sociais que se estabelecem a partir da ocupação e exploração da terra e dos recursos naturais e da diversificação do trabalho para a produção e consumo dos bens e recursos gerados nesse processo, constata-se que as migrações internas e a colonização têm conexão direta com a expansão da fronteira de exploração capitalista dos bens naturais.

São inúmeros os conflitos e tensões geradas no processo de ocupação da Amazônia, o qual envolve diferentes interesses quanto à exploração dos recursos naturais, dos quais serão abordados alguns que ajudarão a compreender como o capital, ao investir em políticas públicas de expansão, insere a região num projeto econômico que resulta na subordinação do homem e da natureza a um sistema perverso de desenvolvimento. Nas palavras de Picoli,

O processo de colonização da Amazônia nas últimas décadas foi realizado de forma extensiva, agressiva e repressiva, pois foi promovido pela burguesia nacional e internacional, apoiados pelo Estado brasileiro, dizimando grande quantidade dos povos originários. Mas através da estratégia capitalista implantada na região, fez-se necessário transformar os povos originários em mercadoria, que venha a vender sua força de trabalho aos projetos ali existentes, mesmo que esses projetos se instalem em suas próprias terras (2006, p.79).

Na medida em que ocorria a expansão demográfica na região, intensificavam-se os conflitos entre os novos donos das terras e as populações originárias¹¹, índios e demais povos

¹¹ Optou-se por não aprofundar a questão dos conflitos ambientais envolvendo os povos originários. Este tema poderia constituir-se objeto de nova pesquisa.

habitantes da floresta. Inclusive com a remoção antecipada das aldeias indígenas para o parque do Xingu etc. Em outros termos, o processo civilizatório dessa colonização não reconhece ou não negocia com obstáculos ou “inimigos” a sua frente: seja de população, seja de entraves naturais. Isso revela o quanto o impacto ambiental lhe é algo estranho em sua agenda ou em seus propósitos.

No contexto da frente de expansão, a fronteira é o limite da imposição da presença do branco civilizado sobre os índios que resultou em mudanças e rearranjos espaciais, como o deslocamento de tribos para outros territórios, o que implica não só a perda de suas terras como também de suas vidas (MARTINS, 1997). Os povos originários das florestas foram as grandes vítimas dos processos de colonização que se deu sobre suas terras de forma violenta levando a agressão e espoliação desses povos. Martins assegura que

Há mesmo casos de tribos originárias de um ambiente ecológico específico que, em decorrência dessas migrações, deslocaram-se para ambientes completamente diferentes, o que as obrigou, em alguns casos com sucesso e em outros sem sucesso, a reelaborarem sua relação com a natureza, sua cultura e suas concepções (1997, p.172).

Pela sua extensão, qualidade e localização, as terras tribais tornaram-se o alvo de apropriações por parte de empresas e do latifúndio, muitas vezes autorizadas pelo poder público e sem um devido controle pelo órgão responsável - a FUNAI. “A catequese, a evangelização, o extrativismo, a pecuária, a agricultura sob as mais diferentes formas, estenderam à sociedade e à comunhão nacionais pelas terras, comunidades e culturas indígenas” (IANNI, 1986, p. 186).

O índio torna-se obstáculo à exploração do mercado capitalista e, portanto, é desvalorizado em sua forma de se relacionar com o meio em que vivem, por isso, suas terras são invadidas, ocupadas e griladas, reduzindo-se as áreas demarcadas com a finalidade de atender aos interesses da propriedade privada. “[...] a questão indígena aparece como um problema menor, secundário, ou não antropológico, em face da força de expansão das fronteiras econômicas [...]” (IANNI, 1986, p.190).

Fazem parte das categorias exploradas nos projetos econômicos da região, os posseiros e indígenas, que, na medida em que foram sendo expulsos de suas terras, tornaram-se mão-de-obra barata em trabalhos permanentes e temporários, tanto na zona rural quanto na zona urbana das cidades. Os posseiros, que, no início do século XX, foram os responsáveis por promover a reforma agrária espontânea, com as colonizações oficiais e particulares, passaram a ser amplamente perseguidos por fazendeiros que detinham a posse legal da terra, mas que não usufruíam desta, mantendo-a apenas com finalidade especulativa,

para obter os benefícios dos subsídios governamentais ou para aplicações no mercado financeiro.

Segundo Santos (1993), nesse contexto, intensificaram-se também as lutas sociais no campo, e a resistência contra a expropriação da terra e exploração do trabalho feita por latifundiários e empresários, o que resultou na organização do movimento camponês em prol da reforma agrária, tendo como principal apoio a Igreja Católica, especialmente com a medida da criação da CPT – Comissão Pastoral da Terra.

Abaixo, serão abordadas algumas questões que caracterizam os conflitos e tensões sociais nas áreas de colonização da região norte-matogrossense, que se aplicam também às demais frentes de expansão na região Centro-Oeste e na Amazônia Legal. Inicialmente, destaca-se o aspecto da exploração da força de trabalho voltado para a produção regional, que permite a acumulação de capitais por parte dos proprietários de terras, latifundiários e empresas ligadas ao setor agroindustrial, submetendo o trabalhador a jornadas intensas de trabalho com salários reduzidos e com precárias condições de trabalho. Em outros termos, a frente de colonização tem como característica possuir como alavanca uma empresa e que, pela propaganda real ou enganosa, atrai mão-de-obra para alterar o território para as atividades do agronegócio.

Na medida em que a região recebia a infra-estrutura dos projetos de colonização a partir das décadas de 50 e 60 como estradas, eletricidade e a presença de cooperativas, as ameaças e a violência contra os posseiros se intensificam constituindo-se em um problema agrário, o qual, em face da legislação fundiária e de seus instrumentos legais, não teve empenho por parte dos órgãos responsáveis para resolver o problema. Assim, essa categoria de trabalhadores rurais continuava sendo violentamente despejada de suas propriedades, tendo suas roças e casas destruídas, sendo tratados e reconhecidos como invasores de terras.

Os conflitos ambientais têm sua gênese nas questões fundiárias, as quais são responsáveis pelas pendências e pelas tensões entre diversos segmentos explorados pela população pelo uso e posse da terra, como registra Procópio, neste trecho,

Nada, entretanto é mais perverso do que as paixões e lutas que existem na Amazônia entre seus mais explorados grupos sociais: o índio, o posseiro, o colono e o garimpeiro. São rivalidades bem orquestradas, fomentadas pelos grupos dominantes, que inteligentemente vislumbram perigo na união destes deserdados segmentos. (1992, p.33)

É responsável por focos de tensões na região de Mato Grosso a situação social e econômica dos colonos que migraram das regiões Sul e Nordeste para se estabelecerem nos projetos de colonização. O fracasso de alguns projetos de colonização, por ocasião da

ausência de infraestrutura e condições de trabalho nas colônias, forçaram os colonos a venderem suas terras e voltarem às regiões de origem, ou migrarem para a cidade, ou a seguirem em frente em busca de novas terras, ou até mesmo a se tornarem peões nas propriedades de latifundiários ou do agronegócio.

Considera-se ainda como fator responsável por conflitos na região mato-grossense o desmantelamento das formas de economia de subsistência e da produção familiar, provocadas pela expansão da economia de mercado, submetendo o pequeno produtor a exploração e dependência da empresa agrocapitalista (CARDOSO 1977 e SANTOS, 1993). A expansão do capitalismo, nesse contexto, é responsável pela expropriação e exploração do trabalhador rural, resultando na sua proletarianização, como expressam os autores Cardoso e Santos. Dizem eles que

Exploração e progresso, semi-servidão e grande capitalismo, violência e crescimento econômico não se separam como água e óleo, senão que se fundem para permitir o devassamento da fronteira, a utilização da mão-de-obra local ou migrante, com baixo nível de tecnologia e pouca utilização de máquinas, o protecionismo estatal, a coerção privada sobre a mão-de-obra etc.(1977, p.9)

Entende-se que o processo de colonização da Amazônia, decorrente de uma política nacional que visava solucionar as questões fundiárias do país, acaba por se tornar uma contra-reforma agrária, onde vastas extensões de terras se transformaram em novas regiões de expansão agrícola, atraindo camponeses e trabalhadores. As condições em que a migração dessa população se deu, movida por conflitos agrários nas regiões de origem e por falhas dos programas de colonização, somados ao rigoroso controle e fiscalização do Estado e das empresas colonizadoras sobre os colonos e sua produção nas áreas de colonização, levou a uma resistência ao processo de colonização. Sobre essas pendências e conflitos pela apropriação e pelo uso da terra, afirma Ianni que,

Nesse contexto de rearranjo da estrutura fundiária, intensifica-se e generaliza-se o processo de transformação das terras devolutas tribais ou ocupadas em domínios, isto é, propriedade privada juridicamente estabelecida. Nesse contexto, os posseiros, antigos e recentes, e os índios são pressionados ou expulsos das suas terras. Daí as freqüentes fraudes, pendências e lutas que se generalizaram em diversas partes da Amazônia (1986, p.166).

As mais diversas formas de violência estão presentes nas relações sociais de produção, na desapropriação e reapropriação de terras envolvendo posseiros, grileiros, camponeses, fazendeiros e latifundiários em terras devolutas e áreas indígenas. Mato Grosso registra grande incidência de conflitos agrários, da qual há destaque para a “grilagem de terras”, que consiste na expulsão de índios e posseiros de suas terras por empresários,

fazendeiros e latifundiários. Referindo-se às famílias expulsas da reserva de Nonoai em Santa Catarina e trazidas para Mato Grosso na década de 80, Ianni assim se posiciona:

Dessa maneira o INCRA consegue transformar mais um conflito de terras em um negócio de terras, favorecendo a formação de empresas ou cooperativas de colonização, nas quais os posseiros são manipulados contra os seus interesses; submetendo-os à colonização dirigida. Muitas famílias reconhecem que ao aceitar a promessa de formar lavouras na Amazônia estarão ajudando a ditadura a escamotear a questão da reforma agrária (1984, p.157).

No contexto da integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional, a região mato-grossense é vista “como uma vasta ‘fronteira’ que se converte num espaço de grandes negócios fundiários, em detrimento de camponeses, índios e operários do campo” (IANNI, 1984, p.158). Os conflitos e as tensões resultantes da ocupação desses espaços, da apropriação dos recursos naturais e das relações sociais que se estabelecem são a expressão da luta por justiça social no que diz respeito à posse da terra e à organização democrática das relações econômicas e políticas.

Nesse cenário de conflitos, o campo de forças que permeia as relações no contexto da política econômica favorável ao capitalismo, coloca em confronto o pequeno proprietário, colono da agricultura familiar com a massa do grande empresariado que expande a monocultura de exportação no âmbito da produção comercial que, no caso da região norte de Mato Grosso, inclui o cultivo da soja e do milho.

A interferência humana de forma abusiva e voltada para interesses unicamente econômicos promoveu a devastação ambiental em termos de agressão à biosfera e alteração dos ecossistemas, os quais modificam a dinâmica natural do meio ambiente. Nesse processo, a região comporta hoje grandes áreas de florestas e de cerrados devastados de forma irreversível, acarretando grande ônus ecológico e social ao meio ambiente (PROCÓPIO, 1992).

1.4 A exploração e degradação dos recursos naturais em face do desenvolvimento

Entre as atividades econômicas fomentadas no processo de colonização de Sinop e região na década de 70 e que se estende até os dias atuais, destacam-se a extração e transformação da madeira a partir da exploração de áreas florestais nativas, realizadas de forma primitiva e sem controle sob seus grandes impactos ambientais.

A indústria madeireira, como atividade inicial, abre caminho para as monoculturas e a pecuária favorecendo a abertura da região ao mercado mundial, onde ambas as atividades contribuem para a devastação definitiva dos recursos naturais cuja finalidade é gerar lucro ao capital. “As madeireiras da Amazônia brasileira, no atual estágio de desmatamento, são as principais causadoras da interferência do homem no meio ambiente local. Elas chegam primeiro, para depois instalarem-se os projetos agropecuários de forma definitiva” (PICOLI, 2006, p.154).

Os impactos ambientais relacionados à devastação dos ecossistemas naturais provocados pela interferência inconstante do homem, movido por interesses estritamente econômicos, revela o lado negativo do processo de colonização face aos conflitos sociais e aos altos custos ecológicos que produz.

São inquestionáveis os benefícios da agricultura para o desenvolvimento econômico do país, a geração de renda e emprego e da melhoria da qualidade de vida, no entanto da forma como vem sendo praticada, sem o devido respeito à natureza, torna-se incompatível com os princípios da sustentabilidade ambiental e social.

Entre os problemas ambientais produzidos pelo modelo de desenvolvimento imposto à região, destacam-se o desmatamento e a destruição dos ecossistemas e sua diversidade, o envenenamento dos rios por pesticidas e agrotóxicos utilizados nas monoculturas, também por mercúrio utilizado nos garimpos, o crescente número de focos de queimadas ocasionando diversas doenças respiratórias. Tem-se, assim, o ciclo de vida e a reprodução dos animais e vegetais alteradas, o que resulta em danos irreparáveis ao próprio homem que integra a cadeia ecológica natural. Picoli é categórico ao afirmar que,

Da forma como se efetiva a degradação ambiental na região, não podemos nos iludir que algum capitalista venha a fazer algo para evitar uma catástrofe ambiental na Amazônia, ou seguir as orientações da Constituição Federal, que orienta sobre o equilíbrio do meio ambiente. Quando entram em jogo os ecossistemas e as várias formas de apurar lucros, o poder econômico sempre opta pela convivência do momento, acumular e reproduzir-se dentro dos princípios capitalistas, mesmo que a destruição da natureza seja a consequência imediata (2006, p.133).

A alteração nas modalidades de cultivo representa outro importante fator de destruição da diversidade animal e vegetal dos ecossistemas amazônicos, isto é, a intensificação de áreas de plantio com uma única cultura, no caso de Mato Grosso, sobressai-se o cultivo do arroz, soja e milho, incentivado e subsidiado por uma política agrícola de valorização da produção comercial. São tímidos os incentivos e o apoio à diversificação de culturas como forma de recuperar a fertilidade do solo por meio da rotação de culturas.

No que se refere aos danos ecológicos provocados pela monocultura da soja na região norte de Mato Grosso, está a preocupação com o uso indiscriminado de agrotóxicos fabricados por multinacionais que veem na região um mercado promissor para introduzir seus produtos. É pouco conhecido o efeito negativo do herbicida, fungicida e inseticida para a saúde humana, animal e meio ambiente. Entretanto, Procópio assegura que

Tais venenos permanecem no solo. Levados pela chuva para córregos e rios, provocam a rotineira cena de toneladas de peixes em decomposição, boiando, rolando pelas águas espumosas dos rios poluídos. Muitos pássaros, ao ingerirem insetos envenenados, morrem depois de poucas horas. Já sua ação no organismo humano costuma ser mais lenta. Às vezes demora meses o aparecimento dos primeiros sintomas. (1992, p.52)

A soja, juntamente com outras monoculturas e a criação de gado, constitui uma ameaça indireta ao ecossistema amazônico e ao cerrado, sendo considerados impactos e riscos socioambientais decorrentes dessas culturas o uso em larga escala de insumos sintéticos, degradação do solo e redução dos níveis de fertilidade, o desflorestamento, destruição da diversidade de espécies da flora e fauna e a poluição dos recursos hídricos. Nesse aspecto, cabe ressaltar que a modalidade de produção denominada de agronegócio é o responsável direto pela devastação dos ecossistemas de floresta e cerrado no estado de Mato Grosso. “Muito do que acontece hoje no cenário de destruição da região Amazônica está relacionada à expansão do cultivo da soja” (PROCÓPIO, 1992, p.42).

A problemática ambiental é intensificada pelas queimadas florestais que abrem espaços para a expansão da pecuária de corte e da soja, associada a uma crescente degradação do solo pelo uso intensivo de máquinas e contaminação dos rios pelos insumos e agrotóxicos utilizados para a correção do solo e controle das pragas nas plantações.

O modelo do agronegócio força o homem do campo a mudar sua forma tradicional de trabalho com a terra. “Seu modo costumeiro de plantar e lidar com a lavoura tem que ser mudado para se adaptar à moderna cultura da soja” (PROCÓPIO, 1992,44). E, na medida em que não ocorrem esses enquadramentos aos novos perfis da produção moderna, há um processo de expropriação dos meios de produção do pequeno agricultor que, em muitos casos, leva a proletarianização ou à migração para os centros urbanos. O sistema de monocultura, além dos impactos causados à natureza, tem a prerrogativa de provocar impactos sociais negativos, como alerta Procópio

São impactos socialmente negativos, não obstante resultados econômicos aparentemente positivos. O Centro-Oeste, por exemplo, continua sendo uma região onde a população rural é extremamente pobre, mas em seus cerrados a soja está com os maiores índices de produtividade do ocidente (1992, p.45).

De acordo com Ianni (1984), o processo de proletarização do trabalhador, resultado da modernização do campo, faz com que as relações de produção sofram alterações, ocorrendo a valorização das técnicas e das máquinas em detrimento da mão-de-obra humana. Nesse sentido, a modernização agrícola voltada para a produção de grandes excedentes para a exportação torna-se antissocial, pois beneficia alguns segmentos da sociedade enquanto que, por outro lado, uma grande massa da população se torna dependente das novas formas de produção e marginalizada.

Em face do acelerado processo de apropriação dos recursos naturais fomentado pelo desenvolvimento, os conflitos ambientais e o controle e monitoramento das atividades passam a ser objetos de políticas públicas e de legislação específica. No entanto, observa-se que a aplicação desses instrumentos pelos órgãos ambientais apresenta incongruências tanto na explicitação dos conflitos quanto no controle de ações predatórias das atividades econômicas sobre a natureza.

A ação contra a extração da madeira na região norte de Mato Grosso é intensamente combatida, entretanto, a preservação da mata ciliar, das nascentes, a questão dos agrotóxicos e o comércio ilegal de produtos retirados da Amazônia, tem recebido a mesma atenção dos órgãos competentes? No contexto em debate, nota-se a predominância de determinadas ações de fiscalização que tendem a focar determinados aspectos da degradação e destruição do ambiente natural e a desconsiderar, ou dar menos importância, a outros aspectos. Os dados demonstram que na última década a aplicação da legislação nas áreas de floresta da região concentrou-se na mitigação dos danos ambientais resultantes do desmatamento. Os órgãos ambientais locais se mantêm em constante alerta fazendo vistorias, aplicando multas e agindo com maior rigor na liberação de licenciamentos.

Considerando os aspectos negativos em termos ambientais e sociais que resultam do modelo de colonização imposto à região, as relações conflitivas e as lutas sociais por justiça ambiental e melhores condições de sobrevivência se estendem também ao meio ambiente urbano. A cidade estabelece com o campo uma conexão no sentido de se constituir no centro da organização que promoverá o controle e a fiscalização sobre a massa de trabalhadores na condução do processo produtivo.

No contexto da política de colonização da região norte mato-grossense, a infraestrutura urbana implantada nos núcleos colonizados e o seu acelerado crescimento devem ser compreendidos à luz das transformações políticas, econômicas e sociais pelos quais essas regiões e o processo produtivo neles gerados são incorporadas ao capital e às suas diretrizes

de mercado (SOUZA, 2004). Os centros urbanos e sua organização refletem a influência das migrações na produção desses espaços.

No caso de Sinop, a agricultura está na origem da constituição da economia urbana, inicialmente com a cultura do café e da mandioca, economia baseada na pequena propriedade de produção familiar. Na medida em que o espaço territorial passa a incorporar o latifúndio em atendimento aos interesses do mercado, o campo passa a se constituir em um ramo subordinado à economia urbano ou industrial.

Há dessa forma uma relação e ao mesmo tempo uma subordinação do campo à cidade. “[...] a agricultura se constitui como ramo da indústria. Do mesmo modo que se desenvolvem as classes sociais no campo, também cresce e multiplicam-se os laços entre as classes sociais rurais e urbanas.” (IANNI, 1984, p.161). Na constituição das classes sociais pela diversificação das relações de produção, o campo é importante fornecedor de mão-de-obra que forma o exército de reserva, ajudando a manter regulado o fluxo da força de trabalho para a indústria nas cidades.

A partir desta conformação ocorre uma crescente proletarização das áreas pioneiras da Amazônia, caracterizada pela expropriação das populações que compõem esse cenário, posseiros, sitiantes, caboclos e índios que, no processo, muitas vezes são obrigados a se deslocarem para os centros urbanos em busca de emprego, provocando o inchaço das cidades e conseqüentemente sofrem também com a ausência dos serviços básicos nas periferias destas. Ao se referir à urbanização da fronteira mato-grossense e suas implicações sociais, Souza esclarece que

A expansão da fronteira em termos autoritários e oligárquicos não se reduz a um fenômeno agrícola. É necessária uma base logística para dar sustentação ao projeto de rápida ocupação e à expansão das várias atividades. O núcleo urbano é condição chave da ordenação do espaço territorial e social (2004, p.187).

Nesse sentido, os núcleos urbanos dos projetos de colonização na Amazônia foram planejados pelo Estado e empresas colonizadoras para absorverem o fluxo de imigrantes e suas formas de organização social, e para se transformarem também no *locus* do poder e do controle sobre essas populações. Na medida em que ocorre a divulgação positiva da região mato-grossense, baseada nas oportunidades de conquista da terra há uma procura crescente por áreas de colonização, e os municípios passam a receber um grande contingente de pessoas de diversas classes e categorias.

Nem todos têm condições de adquirir terras e, por isso, buscam oportunidade de trabalho nas diversas frentes de produção, fator que contribuiu para expansão descontrolada

das cidades fazendo com que se avolumem as contradições e os conflitos urbanos nessas regiões. Os centros urbanos com suas funções político-administrativas econômicas e sociais conformam diferentes atores, os que constituirão as categorias sociais dominantes como empresários, comerciantes e profissionais liberais, e os colonos, posseiros, garimpeiros, peões e funcionários que compõem a classe baixa, a qual, nas cidades, desempenha outras atividades.

Dessa forma, as periferias dos centros urbanos crescem sem a devida infraestrutura urbana de saneamento básico, asfalto entre outros. Os problemas ambientais se agravam na medida em que as cidades se expandem, e as pessoas se concentram nas regiões periféricas, locais com precárias condições de infraestrutura, o que vem interferir diretamente na saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

A exploração dos recursos naturais na Amazônia em seus diversos ciclos tanto de extração mineral, vegetal e fase agropecuária que propiciou o desenvolvimento, mostrou-se um processo incontestavelmente contraditório envolvendo interesses estritamente econômicos, desconsiderando o meio ambiente e a possibilidade de uma relação harmoniosa do homem com a natureza como requer o artigo 225 da Constituição Federal. As conseqüências do uso predatório da natureza, sem a devida atenção à capacidade de reposição do ecossistema, bem como a permanência da exploração do homem pelo homem resultam em altos custos sociais e ecológicos.

2. A QUESTÃO AMBIENTAL E A SOCIOLOGIA

A relação sociedade/natureza passou a ser objeto de discussão nos diversos movimentos e organizações sociais e também no campo acadêmico, isto se deve a preocupação com a degradação ambiental acelerada pela ocupação territorial intensiva e pelo desenvolvimento industrial com degradação ambiental. Por sua vez, as ciências sociais contemporâneas, ao incorporar as questões ecológicas, tornaram-se importante referencial teórico na tentativa de compreender as origens da problemática ambiental e os impactos que as práticas sociais causam ao meio ambiente. A contribuição da sociologia ambiental para este estudo tem o foco voltado para o conjunto de discursos e reflexões referentes à relação sociedade-natureza, partindo do princípio de que os problemas ambientais teriam raízes em processos sociais. Nos itens que se seguem, serão objetos de discussão as correntes teóricas da sociologia ambiental, os quais apresentam diferentes percepções da relação sociedade natureza que resultam na antropização dos espaços.

2.1 A relação entre sociedade e natureza

O processo histórico de ocupação do território, seja em centros urbanos, seja no norte do MT, tem demonstrado que o domínio sobre a natureza vista tão somente como fonte de recursos para a produção de bens materiais chegou ao nível de comprometimento dos ecossistemas. A capacidade de renovação dos recursos não acompanha a intensificação da exploração intensa para o consumo alargado, o que pode levar a um colapso até na produção por falta de matéria prima¹², mas, sobretudo, impacta a qualidade de vida. Esse quadro de exploração múltipla empreendido sobre a natureza levou a um reconhecimento de uma crise ambiental em face da degradação e dos riscos ambientais que podem comprometer a riqueza da biodiversidade. Esse reconhecimento levou diversos setores sociais a se preocuparem em criar alternativas para diminuir os impactos ambientais.

¹² A espécie humana sempre contou com fartos recursos oferecidos pelo meio natural para a satisfação das suas necessidades primárias de alimentação, abrigo, vestuário, etc. Da mesma forma, usufrui dos serviços ou da energia gratuita oferecidos pela natureza como a ação dos ventos, processo de renovação dos ecossistemas e das reservas de recursos naturais.

O consumo representa uma enorme gama de percepções relativas ao conforto e bem-estar, portanto as práticas sociais do consumo tendem a ser avaliadas como fator principal da redução das reservas de recursos naturais. Essa redução se intensifica com as práticas perdulárias ou ostensivas na medida em que as populações aumentam ou alargam-se as condições de consumo por parte das populações pobres.

Nas últimas décadas, houve um agravamento da crise ambiental resultante do domínio do mercado e da economia na sociedade contemporânea, a qual “A sociedade de consumo tem por base a premissa de satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar” (BAUMAN, 2007, p.106). Em outros termos, fazem-se presentes de modo intenso no cotidiano os sonhos de consumo, as formas de distinção social e o imaginário.

Considerando as inúmeras facetas que envolvem a crise ambiental que vem se transformar numa crise socioambiental ou civilizatória, pois “[...] os problemas ambientais que estamos enfrentando na atualidade teriam raízes em processos sociais” (LENZI, 2006, p. 19). Esses problemas atingem a sociedade como um todo e podem ser percebidos tanto nos problemas locais como a poluição gerada pelas indústrias nos centros urbanos, os resíduos sólidos, a ausência de infra-estrutura básica de água e esgoto, a contaminação dos alimentos pelos agrotóxicos até nos globais representados pela indústria química, acidentes nucleares, clima, camada de ozônio, etc.

A crescente degradação das condições de vida reflete a crise ambiental. “Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea” (JACOBI, 2003, p.190). A ação de ocupação do território no norte de Mato Grosso provocou alterações significativas ao meio ambiente e requer novas pautas de ação e intervenção no plano político, econômico e social. Faz-se necessário uma revisão dos padrões de relação do homem com a natureza a fim de que essa relação se torne sensível e possibilite o desenvolvimento tendo como parâmetro a sustentabilidade socioambiental.

A tentativa de compreender as origens da problemática ambiental e os impactos que as práticas sociais causam ao meio ambiente marca o envolvimento das ciências sociais com as questões ambientais. Alguns eventos ocorridos a partir do final do século XX expressam a emergência da mobilização ambiental e apontam as diretrizes da perspectiva de avanços em direção a uma sociedade sustentável. Um exemplo desse avanço foi *A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, realizada em 1972, em Estocolmo (Suécia).

Entretanto, o relatório substancial só foi publicado em 1987 e nele está escrito que o desenvolvimento deve buscar estratégias de defesa e melhoria do meio ambiente que garantam a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de renovação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Nesse sentido, aponta entre outros requisitos o papel primordial a ser desempenhado pela educação ambiental enquanto instrumento de conscientização dos problemas que afetam o meio ambiente, bem como a busca da conciliação entre desenvolvimento econômico com proteção ambiental.

Bem mais próximo de nós, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada em 1992, no Rio de Janeiro (Brasil), avança nas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento, reafirmando os compromissos estabelecidos em Estocolmo (1972) e elabora os princípios de promover por meio de parcerias o envolvimento local e global em defesa dos interesses de um sistema global de meio ambiente e desenvolvimento.

No campo de interesse mais específico da presente dissertação, a *Carta de Belgrado*¹³, documento de referência para a educação ambiental, definiu as metas, objetivos e diretrizes dos programas de educação ambiental, estabelecendo os fundamentos para um programa mundial de educação ambiental, tendo como meta da ação ambiental “*Melhorar todas as relações ecológicas, incluindo a relação da humanidade com a natureza e das pessoas entre si*”.

As questões e os conflitos ambientais se fazem presentes em todos os âmbitos da sociedade ou em todos os espaços, embora nem sempre percebidos dessa forma pela visão que a população tem da sociedade. Com o aumento das populações urbanas, as cidades enfrentam os desafios “da degradação ambiental e o aumento da tensão urbana provocada pela crescente desigualdade de seus moradores” (FERREIRA, 2004, p.24). Os problemas ambientais urbanos exigem por parte do poder público políticas de gestão urbana que minimizem os impactos da falta de habitação, transporte e saneamento básico.

¹³ “Texto adaptado, por unanimidade, no ‘Colóquio sobre Educação Ambiental’, organizado pela UNESCO e pelo PNUA, em Belgrado, de 13 a 22 de Outubro de 1975, onde foram formulados os princípios e traçadas as diretrizes da Educação Ambiental, em todo o mundo”. Finalidade da Educação Ambiental: A finalidade da Educação Ambiental é: Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os seus problemas. Uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permitam trabalhar individual e coletivamente na resolução das dificuldades actuais, e impedir que elas se apresentem de novo. (Coleção Educação Ambiental – Textos Básicos)

2.2 A formação das teorias sociais, a natureza e as questões ambientais

A relação entre o social e o natural na teoria sociológica tem originado um amplo debate que se estendeu também entre as demais áreas das ciências sociais que, ao incorporarem a problemática ambiental ao estudo da sociedade, mais precisamente os efeitos da degradação do ambiente na sociedade, produziram diferentes percepções dessa relação, as quais se traduziram numa pluralidade de perspectivas teóricas no campo da sociologia ambiental.

Discussões envolvendo natureza e sociedade tem marcado espaços na teoria sociológica mesmo em épocas em que não havia ainda preocupação com os impactos ambientais sobre as relações sociais e a qualidade de vida. É o caso da teoria social clássica, representada pelas contribuições de Durkheim, Weber e Marx, as quais, para alguns teóricos, são consideradas referências tanto para críticas, por considerarem os enfoques da relação natureza e sociedade muito superficiais e imaturos, quanto para sua valorização como fonte de inspiração para uma teoria contemporânea dos problemas ambientais.

A tríade Durkheim, Marx e Weber não se caracteriza por uma produção teórica significativa na área ambiental. Afirma Loureiro (2000) que eles negam o determinismo biológico e tendem a colocar a dimensão ambiental em segundo plano, uma vez que todos possuem um comprometimento epistemológico com o progresso da sociedade moderna.

Consideram-se, neste momento, alguns aspectos a partir da formação das teorias sociais os quais podem conduzir a reflexões sobre o relacionamento entre sociedade e natureza, abordagens que, mesmo de forma implícita, encontram-se presentes nos legados teóricos desses autores. As contribuições de Durkheim para a sociologia ambiental aparecem num suposto viés naturalista presente em sua teoria ao reconhecer que os fatos sociais apresentam características semelhantes aos fenômenos naturais. “É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior” (DURKHEIM, 1978, p.52).

Os fatos sociais e sua capacidade de coerção levariam a sociedade a desempenhar suas funções à semelhança de um organismo na natureza. “Para o sociólogo citado, a natureza não era socialmente produzida, mas, como fato social que impõem constrangimentos ao indivíduo, seria também um objeto de investigação científica (LOUREIRO, 2000, p.15).

Considerando as especificidades da sociologia¹⁴ distintas das outras ciências da natureza como a biologia, química e psicologia, Durkheim impõe a esta a função de explicar a estrutura social, as instituições sociais e a integração dos membros na sociedade através de padrões comportamentais. Contudo, sua teoria não nega as qualidades semelhantes que pode haver entre os fatos sociais e os fatos naturais, fator que levou a uma posição de defesa da proximidade metodológica entre as ciências naturais e humanas (LENZI, 2007).

A posição sociológica de Durkheim sobre a relação entre sociedade e natureza é notada também na obra *Da divisão do trabalho social* em que reconhece o valor social desse fenômeno, do qual decorre a solidariedade orgânica fundamental para propiciar a integração social. Na divisão do trabalho, está “a condição essencial da vida social” (DURKHEIM, 1978, p.65). Nessa obra, de acordo com Lenzi (2007, p.02), “Durkheim se utilizou de argumentos ecológicos que sugeriam que o aumento da população ao longo da história teria suscitado uma tensão entre população e oferta de recursos”. A distribuição de recursos implica relações de solidariedade entre os membros da sociedade.

Na análise de outros escritos desse sociólogo, realizada por Lenzi, é possível perceber a interligação entre sociedade e natureza, considerando a natureza como parte da sociedade, sem, contudo, estabelecer uma distinção rígida entre fatos sociais e fatos naturais. Para Hannigan (2009), apesar de suas contribuições, Durkheim é, entre os teóricos clássicos da sociologia, o que apresenta menor possibilidade de ser reconhecido como um autor ambientalista. Evidencia-se que, mesmo de forma tímida e instável, as ideias de Durkheim sobre sociedade e natureza representam de alguma forma referências importantes para o campo da sociologia ambiental.

Na teoria da sociologia compreensiva de Max Weber, encontramos componentes importantes para pensar do ponto de vista ecológico a relação entre sociedade e natureza, visão compartilhada por autores como Hannigan (2009) fazendo referência ao conceito de “racionalização técnico-científica”.

Entende-se que a racionalidade¹⁵ da ação social promove o domínio e a capacidade de manipulação da natureza pelo homem, os interesses econômicos capitalistas e o individualismo. A preponderância das regras do mercado favorece a uma dinâmica que levaria a uma irracionalidade ecológica: “indústria e governo são controlados por um aparato

¹⁴ Para Durkheim, o objeto da sociologia é o “fato social” e sua unidade empírica o “grupo social”. Trata-se de um campo com caracteres próprios e que deve por isso ser explorado através de métodos apropriados.

¹⁵ Conceito fundamental da sociologia compreensiva, enquanto unidade analítica diz respeito à ação racional dos atores, a ação tem como base a técnica fornecida pela ciência ou uma racionalidade instrumental.

burocrático com o propósito de atingir um alto nível de eficiência (2009, p.23)”. A racionalidade econômica estaria acima da racionalidade ecológica, trazendo consequências destrutivas e impactos negativos à natureza que vão desde desastres tecnológicos, como os acidentes nucleares ou riscos ordinários com defensivos agrícolas, até os impactos como poluição, esgotos urbanos e resíduos sólidos.

Nesse aspecto, Weber fornece elementos importantes que subsidiam o debate atual sobre ciência, tecnologia e risco que atribui à atual crise ambiental ao processo de industrialização, ao incremento da alta tecnologia ou à irracionalidade do consumo suntuoso ou conspícuo no capitalismo avançado.

Já Marx é considerado por muitos ecologistas e ambientalistas como aquele que mais se preocupou com a produção material promovida pelo trabalho, defendendo o progresso e o desenvolvimento como forma de suprir as necessidades de uma classe menos favorecida economicamente. Todavia, dentre os três pioneiros da sociologia, é o autor que mais se aproxima das discussões envolvendo questões ambientais ou uma explicação para o progresso a qualquer custo. Críticas e defesas ao marxismo e sua postura com relação às questões ambientais foram traduzidas em diversas obras publicadas no final do século XX.

Foster (2000) destaca alguns autores que compõem o debate em torno dos diferentes posicionamentos quanto à teoria de Marx e suas contribuições para o ambientalismo. Entre eles Benton, (1996), que compartilha com os ecologistas suas críticas ao marxismo; Schmidt (1961), ao publicar a obra *O conceito de natureza em Marx*, apesar da linguagem dialética, não apresenta a consciência da gravidade dos problemas ambientais que seriam evidenciados nos anos posteriores; em 1991, foi publicado o livro de Grundmann intitulado *Marxism and ecology*. “O trabalho de Grundmann constitui uma leitura humanista dos textos de Marx, e faz grande ênfase na tecnologia, uma das questões centrais na discussão ambiental. Porém, não foi suficientemente discutido nos meios ecologistas e ambientalista (FOLADORI, 2000, p.97)”. Essa não discussão se deve, em parte, à perspectiva interdisciplinar das abordagens ambientalistas.

Essas obras, no seu conjunto, contribuem para inserir o marxismo, fundamentalmente por meio do método do *materialismo histórico e dialético*, como uma teoria crítica da sociedade contemporânea, nas discussões sobre as ciências físico naturais, relacionando-as às ciências sociais. Ao fazer tal relacionamento haveria a possibilidade de reflexão sobre o processo que envolve a compreensão do real, quando o indivíduo, através de suas ações

(trabalho, na relação produtiva), transforma a natureza e a sociedade com a finalidade de suprir suas necessidades materiais, o que resultaria também a transformação dos indivíduos.

Em sendo assim, as ações dos sujeitos, potencializadas pela ação-reflexão, podem levar à superação da visão antropocêntrica da relação homem/natureza e ao incremento de alternativas que favoreçam a transformação da realidade socioambiental. Para essa vertente dialética, as relações capitalistas e a racionalidade técnico-científica produziram a alienação dos indivíduos do meio social e natural, bem como a exploração do homem e de sua força de trabalho leva a degradação do meio natural. Lenzi afirma que:

O trabalho, portanto, nos remete às mudanças ambientais de uma forma direta. É por meio dele que os homens, ao mesmo tempo em que estabelecem relações entre si, projetam sua ação em direção à natureza. Nesse quadro, o trabalho não é apenas um fenômeno estritamente social, mas de alguma forma interliga a natureza com a condição orgânica do homem. (2007, p.6).

As tensões e contradições que emergem das relações sociais se movimentam no sentido da mudança social mediante um projeto político de humanização da sociedade, que inclui a humanização da natureza. A produção da vida material se constitui no motor da história e a natureza “onde as relações sociais envolvem não só interações entre indivíduos, grupos ou classes, mas compreendem as relações desses com a natureza” (LOUREIRO, 2000, p.16). Uma análise complementar a respeito do processo dialético sociedade-natureza será desenvolvida no item referente à educação ambiental.

As possibilidades analíticas das contribuições dos clássicos para a sociologia ambiental não é compartilhada de forma universal, pois vários autores as consideram insuficientes como parâmetro para o pensamento ambientalista. Limitações que, segundo Loureiro (2000), decorrem basicamente de três motivos. Primeiro, esses autores desenvolveram suas teorias contemporaneamente ao surgimento das ciências sociais, “[...] buscaram uma interpretação da vida social de maneira independente dos modelos biologizantes e determinísticos¹⁶ (LOUREIRO, 2000, p. 14)”; segundo, a questão ambiental inexistia ou se encontrava presente de forma marginal na produção intelectual da época, compreensível pelo fato de que não havia um processo de degradação dos espaços naturais e do meio ambiente nos moldes que encontramos hoje; terceiro, as manifestações coletivas em defesa dos recursos naturais não tinham um caráter de movimento social, as ações preservacionistas eram de cunho conservador.

¹⁶ Teorias geográficas e biológicas do desenvolvimento social que atribui à supremacia do meio ambiente físico para a análise dos fenômenos sociais. Os conceitos de “evolução”, “seleção natural”, desenvolvidas por Darwin, entram no discurso sociológico conservador dessas correntes teóricas.

A sociologia ambiental ganha um caráter de especificidade no estudo das divergências e conflitos envolvendo a problemática ambiental e as suas conseqüências para o social a partir dos movimentos contestatórios dos anos 60 na Europa, que se configuravam enquanto lutas sociais por liberdade e expressividade cultural. Nesse contexto, o ambientalismo assume o caráter de movimento social e é incorporado à agenda governamental, aos órgãos internacionais ou às corporações por meio das certificações, ao mesmo tempo em que as questões ambientais passam a ser preocupação dos sociólogos e da academia.

2.3 A emergência da sociologia ambiental e os conflitos socioambientais

Na década de 70, visualiza-se uma discussão sociológica que se pautou em torno do esforço em refletir sobre a emergência e as conseqüências da problemática ambiental na contemporaneidade, integrando contribuições de diferentes áreas que já discutiam a questão ambiental: a sociologia rural, a ecologia humana, a psicologia social e a antropologia. A partir dessas reflexões, a sociologia ambiental progressivamente constitui-se como disciplina acadêmica buscando elaborar um corpo teórico e um objeto empírico que conduzisse a uma compreensão distinta do relacionamento entre sociedade e meio ambiente. A produção científica e acadêmica acompanhou os movimentos de contestação social a partir dos anos 60 e da intensificação da degradação ambiental impulsionada pelo industrialismo (FERREIRA, 2004). Sentencia Ferreira que:

A sociologia ambiental assume então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre os diferentes usos da natureza (entendida aqui em seu sentido mais amplo, ou seja, tanto o ambiente natural quanto o construído) e as causas e a extensão dos problemas ambientais e os diversos atores envolvidos. (2004, p.78)

Na gênese da sociologia ambiental, iniciada nos Estados Unidos, está a proposta de superação da visão *antropocêntrica* (centrada no ser humano) da relação homem-natureza para uma visão mais *ecocêntrica* (os seres humanos são apenas uma das muitas espécies que habitam a Terra) (HANNIGAN, 1995). Essa inversão se traduz numa mudança de paradigmas que traria implicação para a própria sociologia. Essa mudança de paradigma consiste em ultrapassar a supremacia humana do seu deslocamento e independência da natureza para uma proposta que incluiria o ambiente físico como uma das variáveis do sistema social. Enquanto disciplina acadêmica, a sociologia ambiental teria a função de refletir sobre o ambientalismo como movimento de contracultura favorecendo a construção

de novos valores a partir da percepção dos problemas ambientais que despontavam na sociedade de consumo e de risco.

A emergência de debates envolvendo temas ambientais se intensificou nos anos posteriores, sobretudo, pelas iniciativas dos novos movimentos sociais e pela atuação de organizações não governamentais engajadas em combater a visível degradação da natureza resultante da intensificação do processo de industrialização. Diferentes atores sociais passaram a mobilizar a sociedade e a cobrar do Estado uma atuação em favor da causa ambiental, razão pela qual emerge um ordenamento para as práticas socioambientais.

A definição do termo sociologia ambiental é atribuído aos autores norte-americanos Catton e Dunlap como sendo o estudo das interações entre sociedade e meio ambiente ou as interações socioambientais (GUIVANT, 2005). As origens e eventos que marcaram o surgimento da sociologia ambiental no mundo são relatados por Herculano. Diz ele

Nascia nos Estados Unidos, segundo Dunlap & Catton (1994), como uma reflexão sobre o despontar da percepção de problemas ambientais na mesma época. (Percepção que ficara manifesta na instituição do Dia sobre o Ambiente Humano, 1972; nos movimentos ambientalistas, etc...) Ao final da década de 70, a seção sobre Sociologia Ambiental da ASA (Associação Norte-Americana de Sociologia) já contava com 321 pesquisadores-membros. Após um declínio no início dos anos 80, devido a mudanças políticas internas daquele país, a Sociologia Ambiental norte-americana e mundial se revitalizou, na medida em que a percepção dos problemas ambientais se aprofundou: em lugar da degradação ambiental ser percebida como um problema estético, passou a ser vista como ameaça à saúde e ao bem-estar e enquanto um risco tecnológico (o lixo tóxico em Love Canal, os acidentes nucleares de Three Mile Island, de Bhopal e de Chernobyl, a descoberta da destruição progressiva da camada de ozônio, tudo isso passou a ser visto como indícios de ameaças definitivas à sobrevivência humana e planetária) (2000, p. 46).

No contexto da sociedade contemporânea, a crise socioambiental assume características específicas decorrentes das relações complexas que se estabelecem nesse novo cenário entre sociedade e ambiente. O desenvolvimento tecnológico em função do novo padrão de produção, numa economia globalizada, produziu o debate envolvendo a produção de riscos (Giddens, 1991), relativos à mutação genética e contaminação química. O capitalismo avançado acelerou o processo da crise em termos de pobreza e exclusão, sobretudo, nos países periféricos. Esse processo se evidencia através da fome, miséria, subnutrição e da ausência de serviços básicos como água potável, esgoto e falta de tratamento do lixo.

2.4 Perspectivas teóricas da sociologia ambiental contemporânea

A sociologia ambiental contemporânea recebeu importantes contribuições dos movimentos ambientalistas, as quais incluíam a preocupação com problemas ambientais relacionados à crise energética e a escassez de recursos. As discussões acerca dos problemas ambientais favoreceram a criação de um campo teórico próprio da sociologia ambiental cujo foco é direcionado para a importância das relações entre as sociedades industriais modernas e o meio ambiente físico que elas habitam. Os diferentes enfoques teóricos do campo da sociologia ambiental e as diferentes interpretações sobre as interações entre os ambientes físicos e a organização social indicam que não há um consenso sobre uma única definição geral de sociologia ambiental

Considerados por alguns autores da área como fundadores da sociologia ambiental norte-americana, os teóricos Dunlap & Catton deram suas contribuições à nova disciplina a partir da década de 70, realizando críticas ao antropocentrismo do pensamento sociológico. Com a finalidade de incluir no pensamento sociológico uma posição teórica que superasse a visão antropocêntrica, os autores propuseram um novo paradigma ecológico (NEP) (HANNIGAN, 2009), defendendo a inclusão do ambiente físico como variável do sistema social, incluindo o homem como parte da natureza: “o homem é apenas uma espécie dentre as demais; a cadeia de vida biológica da natureza tem conseqüências na ação humana; o mundo é finito, tendo limites físicos e biológicos” (HERCULANO, 2000, p.03).

A proposta de Catton e Dunlap para a sociologia ambiental, na interpretação de Lenzi (2006), apresenta seu foco mais para uma relação específica entre sociedade e “ambientes naturais” do que para o estudo da relação entre sociedade e meio ambiente. “A sociologia ambiental veio a expressar, então, uma tendência a ver os estudos sobre a escassez de recursos “naturais”, os desastres “naturais” e as áreas “selvagens” como mais importantes do que os estudos sobre, por exemplo, “ambiente construído” (LENZI, 2006, p.29). O pensamento sociológico que reduz a idéia de ambiente à idéia de “ambiente simbólico” ou “social” ou ambiente socialmente construído desconsidera as “leis naturais” que influenciam a vida social ou servem de amparo para a construção da organização social.

Na tentativa de romper com o reducionismo sociológico das teorias clássicas e contemporâneas, esses autores acabam por estabelecer um reducionismo ecológico, concebendo a sociologia ambiental a característica de conservadora na medida em que vem priorizando a preservação da natureza intocável e selvagem e impondo limites aos impactos do homem sobre a natureza. Para Lenzi,

A tentativa de ecologizar a sociologia por parte de Catton e Dunlap fez-se através da tentativa de incorporar diretamente, no arcabouço conceitual da sociologia, idéias especificamente associadas ao pensamento ambiental, assim com conceitos provindos das Ciências Biológicas (2006, p.37).

Apesar das fortes críticas ao paradigma ecológico por identificar o foco central da sociologia ambiental na ciência ecológica, não impede o reconhecimento de que a análise teórica desenvolvida por Catton e Dunlap foi a grande influenciadora na área da sociologia ambiental, e integra na atualidade, juntamente com as demais abordagens emergentes, o campo da nova ecologia humana.

Nas três últimas décadas do século vinte, a problemática ambiental ganha visibilidade dentro do campo das ciências sociais, considerando que os impactos ambientais, mesmo em sua abrangência, atingem de maneira desigual as diferentes nações e grupos sociais. Como a crise é considerada global, passa a haver uma preocupação por parte das diferentes nações, retórica, legal ou real, em sua organização política e econômica no sentido de encontrar, de forma conjunta, alternativas que reduzam os impactos e danos ambientais.

No bojo dessas discussões, envolvendo a questão ecológica tanto no plano do discurso acadêmico e científico quanto no interior das organizações civis e dos movimentos de caráter coletivo que defendem o ambiente natural, é que o campo da sociologia ambiental é constituído como um conjunto de reflexões e discursos com o foco na relação sociedade-natureza.

Entre os esforços desprendidos pela sociedade no sentido de juntar prosperidade econômica e cuidado ambiental, destaca-se também o Relatório Brundtland de 1987, intitulado *Nosso futuro comum* produzido e divulgado pela ONU.

A ciência e a tecnologia aliadas ao desenvolvimento e ao progresso na sociedade contemporânea revelam-se contraditórias, porque promoveram um crescimento econômico sem limites e conseqüentemente uma demanda maior por recursos naturais a fim de suprir a demanda por consumo. Se, por um lado, houve melhora na qualidade de vida, proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico, por outro, é responsável por transformações que produziram impactos negativos de conseqüências imprevisíveis à sociedade.

Ao analisar as conseqüências da modernidade, Giddens (1991) aponta a dissolução de “narrativas” compreendidas como sendo discursos que prometiam, por meio do progresso, construir uma ordem social na qual o ser humano teria uma vida segura e feliz, identificando o caráter triunfalista ou otimista da ideologia da modernidade.

A sociologia ambiental contempla na atualidade uma pluralidade de abordagens teóricas, de acordo com Guivant (2005), o que vem dificultar o consenso em torno de uma definição geral de sociologia ambiental. “[...] a Sociologia Ambiental não trata meramente das dimensões sociais do meio ambiente, mas sim, (...) remete à incorporação do ambiente dentro da discussão sociológica” (2005, p.10). As diferentes vertentes teóricas da disciplina e suas divergências ou convergências identifica um maior ou menor envolvimento da teoria sociológica como parâmetro para o debate que envolve a análise e compreensão da relação sociedade-natureza.

Do entrelaçamento da teoria social com a ciência natural foi possível delimitar e compreender as transformações resultantes da modernidade. “Com isto, a Sociologia Ambiental deixa de ser entendida como mais uma área para passar a ocupar um papel-chave na compreensão das especificidades dos conflitos, dos processos de transformação e das formas de fazer política de nossa época” (GUIVANT, 2005, p15).

De acordo com Hannigan (2009), a sociologia ambiental emergente abre um vasto campo de debates que envolvem o interesse sociológico na compreensão dos problemas ambientais e passa a constituir o campo ambiental concentrando áreas distintas identificadas como: ecologia humana, economia política, construcionismo social, realismo crítico, modernização ecológica, teoria da sociedade de risco, justiça ambiental, teoria ator-rede e ecologia política.

Dentre as vertentes identificadas, três delas serão apresentadas nos tópicos que se seguem com o propósito de possibilitar uma melhor compreensão dos conflitos socioambientais, os quais constituem a categoria empírica desta pesquisa: a *modernização ecológica*, a *sociedade de risco* e o *desenvolvimento sustentável*. Os *riscos tecnológicos* envolvem valores e percepção de riscos, distribuição social de riscos e construção de argumentações, em cujo contexto se atribui a crise ambiental ao desenvolvimento científico e tecnológico; e a *política ambiental* quanto às regras de uso, preservação e conservação dos recursos naturais, as prioridades e a definição do limite quanto aos usos desses recursos; e o jogo de interesses presentes nas relações políticas de poder que permeiam os conflitos ambientais.

Busca-se demonstrar como as diferentes perspectivas teóricas da sociologia ambiental são interpretadas à luz do contexto econômico e cultural, político e social em que ocorre o desenvolvimento da região norte do estado de Mato Grosso, cujos desdobramentos

resultam em adversidades tais como a degradação ambiental e tensões geradas entre interesses coletivos e interesses privados.

2.4.1 Modernização ecológica: contestação ou conciliação

Os problemas ambientais contemporâneos, principalmente os do período da virada do milênio - conhecidos como aquecimento global, aumento da emissão de gases tóxicos, destruição da camada de ozônio e a consciência dos riscos das armas químicas - constituem a “crise ambiental” de repercussão mundial que se tornaria pauta de discussões de governos, entidades e organizações. De acordo com a ótica da modernização ecológica, esses âmbitos estariam em busca de alternativas que tornassem compatível desenvolvimento e proteção ambiental.

Essa perspectiva pretende garantir a continuidade do processo de desenvolvimento em curso reduzindo os impactos dos recursos e serviços prestados pelo meio natural. Utilizando-se da modernização tecnológica e de medidas voltadas para o incremento das políticas públicas ambientais, passou a ser a alternativa proposta como viável de resolução para tal crise. A perspectiva em análise está fundamentada nos pressupostos do Relatório de Bruntland, que define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de às gerações atenderem as suas necessidades”, acredita-se ser possível o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

A base fundamental da ótica da modernização ecológica no Brasil está no trabalho de Spaargaren e Mol. A partir deles, Hannigan (2009, p. 47) define a modernização ecológica como sendo “uma troca ecológica do processo de industrialização em uma direção que leva conta a manutenção da base de sustentação existente”. A compatibilização entre produção nos moldes da industrialização moderna e redução da degradação ambiental seria alcançada através do desenvolvimento sustentável.

Nesses termos, a tecnologia tem a função de racionalizar o uso dos recursos naturais e aperfeiçoar o processo de produção e consumo das economias ocidentais que passariam por uma ecologização com a introdução da microeletrônica, tecnologia genética, ambas consideradas tecnologias “limpas”. Analisando a posição de Udo Simonis sobre os elementos estratégicos da modernização ecológica, Hannigan explicita que

Uma conversão abrangente da economia para harmonizá-la com os princípios ecológicos, a reorientação da política ambiental para o “princípio de prevenção” (procurando um melhor equilíbrio para evitar a poluição antes que ela aconteça e para limpá-la depois) e uma reorientação ecológica da política ambiental, especialmente substituindo probabilidade estatística por causalidade de “prova-além-da-dúvida” nos processos legais contra poluidores (2009, p.48).

Essa vertente concorda com um ambientalismo que atue no campo de mudanças de atitudes, comportamentos e estilos de vida, novas formas de produção e utilização dos recursos por meio de medidas verdes¹⁷. No entanto, não atenta para a mudança de estrutura econômica e social do sistema capitalista e de seu modo de consumo. Os argumentos da modernidade ecológica é a de que é possível resolver a crise ambiental utilizando-se das novas tecnologias, principalmente, a partir de práticas de produção verde ou dos processos de certificação.

Lenzi (2006) apresenta duas visões distintas de Modernização ecológica, uma que a considera como um discurso¹⁸ ecológico e outra que a compreende como uma teoria sociológica. A partir dos trabalhos de Weale (1991) e Hajer (1995), o autor contextualiza o surgimento da modernização ecológica enquanto discurso ecológico nos anos 80 e afirma que sua emergência se deve ao processo de crítica e reflexão sobre as políticas, leis e regulações que tratam das questões ambientais elaboradas no bojo da onda ambientalista, consideradas ineficazes em função do modelo econômico que se configurou nesse período e que provocou uma mudança de perfil do movimento ambientalista.

Entre as mudanças que levaram a uma emergência da modernização ecológica está a característica de ambiguidade de sentimentos que atingiu o ambientalismo, conduzindo-o em direções opostas. Uma indicava a necessidade de dar espaço à ciência e à tecnologia como aliadas do processo econômico e que poderiam ser incorporadas aos mecanismos de preservação e conservação ambiental e outra se configurou em oposição à primeira elaborada enquanto crítica à sociedade de consumo e às inovações tecnológicas, discussão amparada na obra *Limites do crescimento* (Meadows, 1972).

Existem ainda outros fatores que contribuíram para firmar a tendência da modernização ecológica como discurso político e econômico e em que a problemática

¹⁷ Medidas que adotam a introdução de novas tecnologias na produção, como tintas com baixo nível de solvente orgânico (a química orgânica é o estudo científico de substâncias químicas, as quais contêm carbono, incluindo substâncias artificiais como plástico) até novos instrumentos corporativos, tais como relatórios ambientais anuais, auditorias ambientais e sistemas de certificação ambiental. (HANNIGAN, 2009, p.50)

¹⁸ “Hajer define discurso como “um conjunto de idéias, conceitos e categorizações que é produzido, reproduzido e transformado numa série particular de práticas, e através das quais o significado é dado a realidades físicas e sociais” (HANNIGAN, 2009, p.61)

ambiental passa a ser vista por uma nova ótica no interior das organizações ambientais e do governo, por isso, Lenzi afirma que:

Na medida em que o tema econômico ressurgiu com toda a sua força na agenda política, os grupos ambientais foram forçados a encontrar um meio de reconciliar reestruturação econômica com proteção ambiental a fim de reconquistar a credibilidade pública de seu discurso. A partir daí, tornou-se importante para o movimento ambiental ver a economia de mercado e a proteção ambiental como parceiros e não como inimigos (2006, p.55).

A perspectiva da modernização ecológica considera o Estado um importante agente na elaboração e na condução de leis e políticas ambientais que propiciem um padrão mais ecológico de produção (LENZI, 2006). O discurso da modernização ecológica assinalou a ruptura com a política ambiental dos anos 70 e introduziu mudanças onde a proteção ambiental deixa de ser obstáculo à economia. O autor destaca alguns aspectos dessa mudança. Diz ele

SOMA POSITIVA. Busca por soluções e soma positiva entre crescimento econômico e proteção ambiental. Eficiência através da redução da poluição e do desenvolvimento de tecnologia de controle de poluição. ACUMULAÇÃO E LEGITIMIDADE. Reconhecimento de que a manutenção do meio ambiente é uma condição essencial da acumulação econômica e para a legitimidade do Estado. PRECAUÇÃO. Adoção do princípio de precaução para decisões que vão para além da ciência. ABORDAGEM INTEGRADA. São necessárias abordagens sistêmicas ao controle da poluição para superar o deslocamento da poluição. AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO: Esforço para incluir grupos ambientais na formação da política ambiental. Novo padrão de corporativismo e processos de resolução de disputa objetivando a administração eficiente de conflitos por meio do Estado. INSTRUMENTOS DE ESTADO. Experimentação com mecanismos e abordagens de mercado. DÉFICE DE IMPLEMENTAÇÃO. Reconhecimento do problema de “défice de implementação”. REGIME INTERNACIONAL. Proposta de criação de regimes ambientais internacionais. Emergência de novos padrões de oportunidade política e restrições se ampliando nos níveis regional, nacional e global (LENZI, 2006, p. 59).

A modernização ecológica como teoria sociológica ambiental mantém a ênfase no processo de industrialização e modernização como base de sustentação da sociedade capitalista. Nesse sentido, a tecnologia de ponta passa a viabilizar a compatibilidade crescimento econômico com proteção ambiental. “Moldado no espírito do Relatório de Bruntland, a modernização ecológica como desenvolvimento sustentável indica a possibilidade de transpor a crise ambiental sem deixar o caminho da modernização” (HANNIGAN, 2009, p.47).

Sob esta ótica, a sustentabilidade ambiental se concretiza a partir de uma intervenção maior do Estado no que se refere à elaboração de políticas de controle, incentivo e fiscalização do processo de produção, a fim de estabelecer mudanças nas relações da economia com o meio ambiente nas sociedades pós-industriais. “[...] a ME volta-se para o

processo de emancipação ecológica”. Essa noção alude a crescente independência da racionalidade ecológica *vis à vis* outras racionalidades, especificamente a econômica” (LENZI, 2006, p.61).

No entanto, o que se coloca hoje como desafio para a sociologia ambiental, a partir do desenvolvimento social moderno e dentro da perspectiva da modernização ecológica, é em que aspectos os desdobramentos econômicos, políticos e sociais das discontinuidades favorecem ou dificultam uma redefinição da relação entre economia e meio ambiente que possa resultar numa reestruturação ecológica da sociedade pós-industrial. Ou seja, como manter os padrões de produção e consumo em crescimento conforme as exigências do mercado, sem utilizar os recursos naturais para além dos limites de sua recomposição, evitando assim os impactos ambientais?

Nesse sentido, o conceito modernização ecológica, suas variantes e incongruências teóricas podem ser consideradas relevantes para o estudo em questão, no que se refere à compreensão das relações econômicas que envolvem o uso dos recursos naturais utilizando-se das tecnologias, que, nessa perspectiva, é considerada instrumento com possibilidades de garantir a eficiência econômica mantendo certo controle sobre as atividades impactantes do meio ambiente. As políticas ambientais e a educação são os instrumentos pelos quais se efetiva na prática tais mudanças.

Mesmo se revelando contraditória em alguns aspectos da relação entre economia contemporânea e proteção ambiental, essa abordagem, neste estudo, pode contribuir para apontar alternativas que conduzem a mudanças estruturais a fim de diminuir as conseqüências da exploração das riquezas naturais e dos conflitos socioambientais produzidos a partir da implantação de uma política de ocupação dirigida para os interesses de empresas agropecuárias e de colonização, bem como para a gestão do espaço urbano com os seus diversos atores sociais.

Numa perspectiva da modernização ecológica, acredita-se que a problemática socioambiental, gerada em decorrência da ocupação dos espaços e dos conflitos advindos da exploração dos recursos naturais, que envolvem o desflorestamento de grandes áreas da floresta amazônica, usado para o avanço do agronegócio na região norte do estado de Mato Grosso, abordados neste trabalho, pode ser solucionada a partir da racionalização do sistema produtivo e de sistemas industriais e tecnológicos eficientes (LENZI, 2006).

A modernização ecológica tenta responder a essas questões, mostrando que, com o advento da modernidade, houve mudanças sociais resultantes de um processo de

diferenciação funcional e de racionalização, próprios do dinamismo das instituições sociais, o qual levou à crescente independência da esfera ecológica em relação às esferas econômica, política e socioideológica constituindo-se na idéia de “emancipação da ecologia” (LENZI, 2006). Com base nos trabalhos de Janicke e Gouldson e Murphy, Lenzi (2006) argumenta que

A “emancipação ecológica” a que a teoria da ME faz alusão, engloba dois processos distintos que influenciam diretamente na relação entre economia e ecologia: o processo de “*ecologizing the economy*” (ecologizar a economia) e o de “*economizing the ecology*” (ecologizar a economia). Embora isso nem sempre seja declarado, pressupõe-se que esses dois movimentos acabem resultando num crescimento econômico ecológico. O primeiro processo envolve uma mudança de teor tecnológico e organizacional nas atividades econômicas. Quanto a esse ponto, ME significa substituição de tecnologias curativas por tecnologias preventivas. (...) A *economization of ecology* implica, por sua vez, a introdução de conceitos, mecanismos e princípios econômicos dirigidos para proteger o meio ambiente (2006, p.71).

Para que a meta proposta pela modernização ecológica de promover uma ecologização do crescimento econômico seja efetivamente alcançada, é necessário viabilizar “mudanças de caráter estrutural da economia nas sociedades mais industrializadas” (LENZI, 2006, p.71), o que significa substituir o modo tradicional de produção de bens materiais baseado no volume e quantidade de bens produzidos por um modelo de produção centrado no crescimento econômico voltado para a utilização de recursos renováveis e da produção de tipo não material de informação e serviços.

Outro aspecto destacado por Lenzi (2006, p.72) que compõe o modelo de crescimento qualitativo proposto pela modernização ecológica diz respeito ao “papel central da mudança tecnológica e organizacional no nível das empresas”. O sistema de produção passa a incorporar as tecnologias ambientais compostas de mecanismos que reduzem o impacto do processo produtivo sobre o meio ambiente. (LENZI, 2006). Mudanças que, segundo alguns autores, só se efetivam se houver a participação do Estado no controle e na regulação das atividades do mercado.

Segundo Hannigan (1995, p. 32), “[...] o Estado deverá, cada vez mais, equilibrar o seu duplo papel, como facilitador da acumulação de capital e de crescimento econômico, e o seu papel como regulador e apoiante e lutador ambiental”. Lenzi assegura que:

Para que essa eficiência ambiental seja alcançada, torna-se necessária uma mudança estrutural e técnica da economia, a fim de manter os impactos ambientais dentro dos limites requeridos pelo ambiente. Essa mudança abarcaria todo o ciclo econômico e deveria atingir seis tópicos centrais: 1) recursos renováveis; 2) recursos não renováveis; 3) redução da poluição; 4) processo de produção; 5) produtos; 6) consumo. Então, as possibilidades de diminuir o impacto ambiental do crescimento econômico já estariam acessíveis. (2006, p.69).

A dimensão das consequências da exploração das riquezas naturais e dos conflitos socioambientais produzidos a partir da implantação de uma política de ocupação dirigida para os interesses de empresas agropecuárias e de colonização, ancoradas no crescimento econômico e na economia de mercado revela que compatibilizar crescimento econômico e proteção ambiental no capitalismo representa visualizar os impactos e suas consequências como resultante do processo conflitual inerente aos dois aspectos. Razão pela qual a modernização ecológica pode se apresentar ou se coadunar com os discursos dos agentes sociais e com os processos em curso na região da presente investigação. Nesse sentido o setor produtivo do agronegócio encontra sustentação promovendo o discurso do desenvolvimento tendo como suporte políticas públicas e novas tecnologias que favorecem sua expansão e consolidação.

2.4.2 Desenvolvimento sustentável: polêmicas em um percurso histórico

Os problemas socioambientais se agravam dia-a-dia, a partir do consumo excessivo dos recursos naturais, dos desperdícios e da poluição; do crescimento populacional e da infraestrutura urbana desordenada; do “desaparecimento” de florestas e da biodiversidade; da erosão do solo e do uso de defensivos agrícolas que contaminam o ambiente; da emissão de gases e do aquecimento crescente do planeta. Diante desse quadro de agressão ao meio ambiente, entende-se a urgência de pensar iniciativas com a finalidade de produzir novos conhecimentos que produzam mudanças de práticas socioambientais e de consciência socioambiental, sobretudo, em torno da produção, da cultura e do consumo ambientalmente sustentável, produzindo o que se consome sem altos custos para a natureza.

A degradação do meio ambiente e os altos índices de má qualidade de vida da população no planeta se constitui hoje a crise ecológica e social que afeta diretamente a população marginalizada ou excluída do processo de produção e de distribuição equitativa das riquezas produzidas pelo sistema. No entanto, o problema toma a proporção de crise generalizada, porque seus diferentes elementos possuem uma interação e inter-relação constante atingindo a todos. De acordo com documento elaborado pela UNESCO (1997), os problemas e preocupações em termos sociais e ambientais vividos pela humanidade atualmente são decorrentes de múltiplos fatores interligados a saber:

O rápido crescimento da população mundial e a troca em sua distribuição; a persistência da pobreza generalizada; as crescentes pressões sobre o meio ambiente devido à expansão da indústria em todo o mundo e o uso de modalidades de cultivo novas e mais intensivas; a negação contínua da democracia, as violações dos

direitos humanos e o aumento de conflitos e violência étnica e religiosa, assim como a desigualdade entre homens e mulheres; e a própria concepção de “desenvolvimento”, seu significado e como se mede (UNESCO, 1997, p. 10) [tradução da autora].

O documento esclarece ainda que os fatores acima mencionados devam ser considerados sintomas e não causas dos problemas e são decorrentes de valores, atitudes e práticas ligadas aos aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos, tornando, assim, o mundo insustentável. Essa insustentabilidade está relacionada ao aumento do consumo mais do que ao incremento populacional que exige a expansão da oferta cada vez maior dos recursos naturais, os quais convergem para acelerar a degradação ambiental, bem como o acesso a serviços de educação, saúde e a demais serviços sociais. Tudo isso implica pressões e conflitos de natureza diversa oriundos da concentração populacional de zonas urbanizadas.

Entende-se que, no cerne dos problemas sociais e ambientais, está a ausência de distribuição equitativa dos recursos. O maior problema ambiental é a condição humana a que são submetidos milhões de pessoas, sobretudo, em áreas urbanas que não possuem acesso aos serviços essenciais de infraestrutura como saneamento básico, moradia, assistência à saúde e à educação.

A degradação ambiental está relacionada à excessiva exploração dos ecossistemas, o que traz como consequência inúmeros riscos à população. O uso de combustíveis fósseis, como componente de produtos de uso agropecuário, utilizado em grande escala em regiões dependentes de produtos industrializados, é responsável por alterações do solo, destruição de espécies vegetais e animais, contaminação de rios e fontes. Pode ser mencionada ainda como causa da degradação do meio ambiente a acumulação de gases de efeito estufa que eleva a temperatura e o nível dos oceanos em todo o mundo.

Neste cenário de crise em que as agressões ao meio ambiente têm tomado proporções alarmantes configurando-se como um problema de múltiplos fatores envolvendo aspectos sociais, econômicos e ecológicos, que se apresentam como ameaças a continuidade da vida no planeta, surge a preocupação com a sustentabilidade. Para Leff (2009, p. 15), “a sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”.

O conceito de sustentabilidade surge na década de 60 e se expande a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Nesse documento, reconheceu-se a necessidade de impor limites ao crescimento econômico como forma de enfrentar o desafio de combater a degradação ambiental em curso, sugerindo o reordenamento do crescimento econômico e fazendo com que o processo

de produção reconheça e valorize os aspectos ecológicos, a partir do reconhecimento dos limites e potencialidades dos ecossistemas e de sua capacidade de suporte. Leff considera que

A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (LEFF, 2009, p. 15).

Nessa perspectiva, o termo preconizou uma crítica ao modelo desenvolvimentista e ao processo de modernização, fazendo emergir o conceito de ambiente como uma nova visão de desenvolvimento humano (LEFF, 2009), ao propor a substituição da racionalidade econômica por uma nova racionalidade, a “racionalidade ambiental”¹⁹, fundada em novos valores éticos e na articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais.

No entanto, a nova ordem mundial de uma economia globalizada, colocada em curso a partir da década de 80, representou ameaça às idéias do paradigma da racionalidade ambiental. Com isso, surgiram, nos governos e nos programas neoliberais, diversas estratégias de resistência a mudanças na ordem econômica. Como parte das estratégias que permitiriam manter em curso o desenvolvimento econômico sem produzir as mudanças de bases ecológicas preconizadas pelos ideais da sustentabilidade, elaborou-se um novo conceito o do “desenvolvimento sustentável”²⁰. Para Leff (2009), o termo surge enquanto um discurso capaz de promover a ecologização da economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza.

O termo “desenvolvimento sustentável” recebe na literatura sociológica inúmeras críticas negativas que o identificam como um conceito dúbio, impreciso e, portanto, contestável, ou ainda absorvido pela lógica institucional. Como termo amplamente utilizado e debatido na atualidade, está relacionado às discussões que envolvem a luta por um novo modelo de desenvolvimento econômico, político e social, baseado numa racionalidade ecológica que visa à proteção e à conservação dos recursos ambientais considerados essenciais à sobrevivência e à satisfação das necessidades básicas do ser humano.

¹⁹ Está relacionado à produção de conhecimento e saberes ambientais com vistas a problematizar as bases científicas e econômicas do desenvolvimento e da razão tecnológica, apontando para a construção de novos paradigmas fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana (LEFF, 2009).

²⁰ O termo é reconhecido e legitimado a partir do Relatório Brundtland, também conhecido como *Nosso futuro comum*, em conferência realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde se propuseram uma mobilização mundial definindo-o como: (DS): “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

Os conceitos de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento sustentável”, em sua forma discursiva²¹, são objetos de uma pluralidade de interpretações e suas definições consideradas específicas em função do tempo e local, o que faz com que o conteúdo deles mude, quando aplicado a contextos diferentes. Não se encontra uma definição única e consensual desses conceitos e, portanto, não podem ser avaliados por um único critério, mas por vários. Nesse sentido, Lenzi argumenta:

Desenvolvimento sustentável é um conceito contestável, ao lado de muitos conceitos das Ciências Sociais como democracia, justiça, liberdade, poder, responsabilidade, interesse entre outros. O que há de comum em boa parte desses conceitos é o fato de eles se mostrarem como conceitos centrais para a vida política (2006, p.92).

Os problemas do novo século, reiterados por Gutiérrez e Benayas (2006, p.22), como a desigualdade exponencial, mudança climática, esgotamento dos recursos, perda da diversidade natural e cultural, alteração dos ciclos naturais e contaminação dos ecossistemas, constituem-se o escopo do pensamento sustentável e “exige rigor nos compromissos sociais, na mesma medida que a que se investe nos compromissos estritamente naturais”.

O conceito de desenvolvimento sustentável é estruturado em seus pressupostos teóricos a partir da Conferência de Estocolmo que passa a ser referência para se pensar um desenvolvimento que possa enfrentar a crise ecológica e seus desdobramentos nas sociedades contemporâneas.

O desenvolvimento sustentável, na prática, remete à preocupação com a construção de um novo modelo de desenvolvimento que prime pela prudência ecológica, enquanto aspecto de sustentação das práticas sociais e culturais visando à reversão de práticas insustentáveis presentes nas ações cotidianas das sociedades modernas. “A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em *desenvolvimento sustentável*”. (SACHS, 2004, p.214).

O debate envolvendo a sustentabilidade como alternativa aos impactos do desenvolvimento e seus reflexos sociais e ambientais encontra seus pressupostos em orientações sobre a necessidade de construção de padrões de conduta que revelem o compromisso em relação à preservação do meio ambiente. Da mesma forma, pode-se

²¹ “[...] O discurso é uma série interligada de enredos que interpretam o mundo ao nosso redor e que se tornam profundamente entranhados nas instituições sociais, nas pautas e demandas do conhecimento” (HANNIGAN, 2009, p.61)

destacar a Agenda 21²² em que o desenvolvimento sustentável encontra suas bases consolidadas fundamentado no

Uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar disponíveis às gerações que ainda virão. A este desenvolvimento, que não esgota, mas conserva e realimenta sua fonte de recursos naturais, que não inviabiliza a sociedade mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados, que não é movido apenas por interesses imediatistas mas sim baseado no planejamento de sua trajetória e que, por estas razões, é capaz de manter-se no espaço e no tempo, é que damos o nome de desenvolvimento sustentável. (MMA/PNUD, 2000).

O Desenvolvimento Sustentável, como orientação ou enfoque, busca o consenso entre meio ambiente e o desenvolvimento. Processo que, ao propor a integração entre interesses econômicos e proteção ambiental, por um lado, deve se preocupar com a exploração dos recursos naturais e de alteração dos padrões de consumo, e, por outro, com os déficits sociais no enfrentamento da situação de desigualdade social e de acesso aos recursos. Para Jacobi,

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como ecológica. Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável leva à necessária redefinição das relações sociedade humana/natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório (1999, p. 178)

Segundo o autor, esse argumento expressa uma noção de sustentabilidade ancorada no processo que implica impor restrições à exploração dos recursos naturais, à orientação do desenvolvimento tecnológico e ao marco institucional, à superação dos déficits sociais e às alterações dos padrões de consumo.

Pensar na construção de um processo de elaboração de alternativas que resultem em práticas sustentáveis requer uma análise sobre que fatores políticos, econômicos, sociais e culturais darão suporte a tal proposta. A discussão sobre sustentabilidade parte, pois, da indagação do que se constitui o alvo a ser sustentado, para benefício de quem e a que custo (LENZI, 2006).

No âmbito desse estudo, uma proposta de desenvolvimento sustentável se propõe a conduzir a mitigação dos processos de uso e exploração dos recursos naturais nos ecossistemas da região, os quais são compostos pelo cerrado e a floresta amazônica; com a racionalização técnica das atividades produtivas e de uso do solo exploradas na modalidade

²² Documento contendo uma série de compromissos acordados pelos países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, em que assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios que desde já os colocavam a caminho do desenvolvimento sustentável. A implementação da Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência por todos os indivíduos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade e exige, portanto, a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro.

do agronegócio, que envolve a agricultura e pecuária; com o uso sustentável dos recursos florestais pela indústria madeireira de forma que não comprometa a capacidade de suporte na oferta da matéria prima.

Da mesma forma, uma proposta de desenvolvimento sustentável se compromete a abranger os problemas sociais decorrentes do projeto de desenvolvimento proposto à região ligada à concentração da terra, à proletarização da população rural, e aos problemas urbanos oriundos do crescimento desordenado das cidades. Nesse sentido, entende-se que a sustentabilidade como paradigma sociológico avança na construção de sociedades sustentáveis, que tenham como parâmetro a justiça social. Processo que exige o envolvimento da sociedade como proponente de políticas públicas voltadas para a inclusão social acrescida de proposições voltadas para a conservação e proteção da biodiversidade local.

2.4.3 Teoria da sociedade de risco

A sustentabilidade ambiental requer um processo de eficiência ambiental que acompanhe a produção e o consumo, observando-se que o maior desafio está em estabelecer políticas públicas que assegurem o uso mais eficiente dos recursos, exigindo das empresas um compromisso com a diminuição dos impactos ambientais gerados pelas atividades econômicas. O desenrolar dos anos recentes sugerem a transformação radical da sociedade no que se refere ao fator econômico e social, identificado por alguns teóricos como um novo tipo de sistema social denominado de “sociedade de informação” ou “sociedade de consumo”, ou “sociedade líquida”, entre outros.

Nesse contexto, as mudanças que se operam na vida cotidiana atingem níveis de abrangência e profundidades nunca vistas em períodos precedentes da história. Giddens (1991), ao analisar as transformações operadas no modo de vida da sociedade moderna, compreende que estas não obedecem a uma lógica evolutiva com princípios unificadores, em que o processo histórico se desenrola como que num enredo, mas atenta para o aspecto da descontinuidade que caracteriza o desenvolvimento social nos diferentes períodos históricos ou em diferentes territórios, com as respectivas diferenças regionais.

A descontinuidade enfatiza que a história humana não tem uma forma homogênea de desenvolvimento e pode ser marcada por grandes impactos devido às transformações que se operam de um período para outro, como as verificadas nos últimos séculos. O *ritmo de*

mudança é uma característica da descontinuidade presentes na era da modernidade evidenciada no desenvolvimento tecnológico; outra descontinuidade é o *escopo da mudança* em que se verifica a interconexão virtual entre as diferentes áreas do planeta através da tecnologia da informação.

Ao analisar a modernidade e suas instituições, Giddens (1991, p. 13) revela que “atingimos um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”. As transformações nela ocorridas produziram condições para uma vida segura e confortável, revelando o lado positivo do desenvolvimento, mas, na análise dos sociólogos clássicos, também apresenta o seu lado sombrio. Em seu aspecto negativo, o desenvolvimento industrial moderno é considerado como principal responsável pelo processo de degradação do ambiente natural e do ser humano.

Hoje, as preocupações ecológicas apresentam as dimensões dos riscos e os perigos advindos do progresso e de uma ordem social que pretende inaugurar dias melhores à humanidade. “A perda da crença no progresso, é claro, é um dos fatores que fundamentam a dissolução de narrativas da história.” (GIDDENS, 1991, p.19). O ambiente de risco iniciado nas culturas modernas e altamente ameaçador tornou-se foco de análise e discussão da sociologia ambiental. Risco pode ser definido como situação de vulnerabilidade vivida por atores sociais em contextos diferenciados, expostos a perigos suscitados por processos sociais que envolvem a degradação do meio natural e a produção de bens a partir do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Beck define risco como uma “maneira sistemática de lidar com perigos e incertezas introduzidas pela própria modernização” (1992, p.21 apud HANNIGAN, 2009, p.46)

Hannigan (2009) discute como são construídos os processos de percepção e avaliação dos riscos nas sociedades contemporâneas. O autor se refere às condições em que se identificam os fatores que levam ao reconhecimento do potencial de perigo e nocividade de um determinado produto ou de um fenômeno; referindo-se ao trabalho intitulado *Risk and culture* (Douglas e Wildavsky, 1982), suscita questões importantes sobre a construção e percepção dos riscos: “Por que as pessoas enfatizam certos riscos enquanto ignoram outros?”

A resposta à indagação está nas formas de organização das relações sociais e culturais que se estabelecem num determinado contexto, os riscos são consideradas construções coletivas de atores, em que as percepções são formadas levando em conta os aspectos ideológicos e de diferenças de poder. Diz Hannigan (2009, p.161) que “nenhuma

definição de risco é inerentemente correta, todas são tendenciosas, já que são argumentos competidores, cada um surgindo de culturas diferentes”.

Confrontando a visão realista de que os riscos são objetivamente determinados e existem na realidade concreta formulados por técnicos especialistas que apontam os problemas ambientais como reais e legítimos, encontra-se, na sociologia ambiental, a definição social do risco elaborado numa perspectiva construcionista que defende a postura de que os problemas ambientais são socialmente construídos. Sentencia Hannigan

O que os construcionistas estão realmente dizendo é que nós precisamos olhar mais de perto os processos sociais, políticos e culturais nos quais certas condições ambientais são definidas como inaceitavelmente arriscadas e por isso contribuem para a criação de um perceptível “estado de crise” (2009, p.52).

Seguindo esse raciocínio, os argumentos em torno dos riscos são competidores e perpassam questões de cunho ideológico. Esse fator permite entender por que determinados temas ambientais como poluição, aquecimento global e outros são portadores de maior visibilidade e detém o papel central das pautas envolvendo problemas ambientais.

Do ponto de vista histórico, os problemas ambientais se agravaram a partir da revolução industrial e dos riscos, compreendidos como uma fase da modernidade, onde são atribuídas características específicas relacionadas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, as quais, aliadas ao crescimento econômico, produzem riscos de alta consequência (LENZI, 2006). O mesmo autor, mencionando a obra de Beck (1995a), atribui à ciência a criação, legitimação e proliferação dos riscos e sua falha em reconhecer sua responsabilidade na criação dos riscos, enfim, o seu papel seria de evitar ou distribuir os males suscitados no seio da humanidade.

Os problemas ambientais se traduzem em riscos socioambientais e atingem de maneira desigual a população, afetando a qualidade de vida dos grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade na estrutura social. Essa questão remete ao conceito de injustiça ambiental, “(...) que enfatiza a distribuição desigual do risco ambiental entre os pobres e as minorias étnicas, em relação ao conjunto da sociedade como um todo” (LAYRARGUES, 2000, p.116).

Nesse sentido, pode ser incorporada à análise do conceito de conflito socioambiental a definição de Layrargues de que “os conflitos socioambientais são, em síntese, conflitos sociais que tem elementos da natureza como objeto e que expressam relações de tensão entre interesses coletivos/ espaços públicos e interesses privados ou tentativas de apropriação dos espaços públicos” (2000, p.120).

Dessa conceituação, pode-se evidenciar que os espaços são objetos de disputa no meio social, em dois sentidos que configuram conflitos em torno do uso e apropriação dos recursos naturais. O primeiro se constitui a partir dos efeitos da degradação ambiental e os riscos à vida, e o segundo se origina das lutas para acesso e uso do meio ambiente. Desse entendimento, Layrargues (2000, p. 120) explica “que deslocar o eixo da análise de problema ambiental para conflito socioambiental, significa transpor a evidência da questão da sustentabilidade física dos recursos para a questão da sustentabilidade política”.

Nesse sentido, pretende-se situar os problemas ambientais e os conflitos na dimensão dos novos riscos ecológicos ou tecnológicos, associados à sociedade de risco, característica da sociedade tecnológica; conceito amplamente analisado por Giddens (1991) e Beck (1992). Esses autores centralizam suas contribuições na discussão dos riscos ambientais e tecnológicos e identificam, nas sociedades da alta modernidade, as potencialidades de aniquilação ecológica e nuclear. Eles concentram sua teoria nas possíveis catástrofes e na compreensão das especificidades dos conflitos entre sociedade e ambiente.

A noção de sociedade de risco estaria relacionada não mais ao acesso e distribuição de bens, mas “ao poder de evitar ou distribuir os males provindos da própria modernização” (Lenzi, 2006, p.133). Os riscos se apresentam numa dimensão explícita ou implícita, visível ou imperceptível, que se configuram a partir do potencial de autodestruição alcançado pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

Os impactos ambientais produzidos por meio da velocidade com que se dominam e degradam os recursos naturais, aliada à noção de sua finitude, proporcionam a emergência de uma consciência ecológica pela qual a questão amazônica emerge como um problema sócio-político. Para Bédard,

A “questão ecológica” e a proteção do meio ambiente constituem uma temática que coloca a todos o mesmo problema face à velocidade e à imprevisibilidade das inovações tecnológicas e de seus efeitos, nem sempre benéfica ao homem e a seu meio. (2007.p.116).

Para essa corrente de pensamento, o risco ambiental é definido como uma das características da sociedade contemporânea, cujos alicerces se encontram na ciência e na tecnologia, bem como na capacidade de dominação extensa da natureza. Há quem identifique que a degradação ambiental tem correlação com os fatores sociais na ocorrência dos desastres ambientais, pois, que

[...] o desastre natural não é unicamente obra do desígnio da natureza, mas também uma expressão das relações sociais estabelecidas em determinada sociedade, os impactos nas condições de vida de uma coletividade afetada pelo desastre exige

tanto uma redefinição dos papéis sociais, onde necessariamente deve se instituir um novo posicionamento do poder público perante a sociedade; como uma redefinição do nível de risco culturalmente aceito pela sociedade. (LAYRARGUES, 2000, p.111).

Nessa perspectiva, pode-se inferir que a ação humana sobre a natureza, sem planejamento e sem considerar os limites impostos pela própria natureza, pode levar a situações de perigo ou de risco. Considera-se que, se a ação do homem for previsível no sentido de evitar ou minimizar os riscos através de políticas preventivas, poderá reorganizar a ocupação dos espaços e da produção de forma a reduzir os impactos.

Outro aspecto que se pode explorar dentro da linha de pensamento de uma sociedade de risco é o de que “o risco não se define exclusivamente pela associação aos desastres ambientais, mas também pela perda do serviço ambiental, relacionada à questão tecnológica” (LAYRARGUES, 2000, p.112). O autor identifica a sociedade de risco como sucessora da sociedade industrial, e atribui à tecnologia um papel negativo. Ele também “[...] reconhece que a mesma tecnologia que se cria para fornecer benefícios ao ser humano é também responsável por provocar inesperadas e indesejadas reações.” (LAYRARGUES, 2000, p.112).

Nesse contexto, os efeitos colaterais negativos relacionados ao desenvolvimento da alta tecnologia representam “risco ambiental de ordem tecnológica” (LAYRARGUES, 2000, p. 112) e são entendidos como riscos ambientais contemporâneos: o emprego de substâncias químicas poluentes e tóxicas, a produção de detritos, a manipulação genética, o plantio de sementes transgênicas, são elementos que caracterizam o nascimento da escassez de recursos naturais e a ameaça à vida humana.

Dentro de uma ótica da sociedade de risco, o contexto, estudado em sua dimensão espacial, social e política, apresenta em seus aspectos empíricos elementos que permitem associá-los a tal perspectiva. A forma como os espaços foram apropriados sem um controle e limites impostos para o uso racionalizado dos recursos naturais levou a devastação destes com conseqüências imprevisíveis tanto para o meio físico como para o social.

Nesse aspecto, o risco se apresenta enquanto desastres ambientais, tais como a morte de nascentes trazendo problemas para o potencial hídrico da região; o risco da desertificação de áreas em que o solo torna-se improdutivo em função do uso inadequado e dos produtos químicos; acrescentam-se os riscos decorrentes da perda da biodiversidade dos ecossistemas e da perda dos serviços ambientais que interferem negativamente no clima e no ar.

Pode-se mencionar ainda os impactos ambientais negativos decorrentes do uso de tecnologias como os agrotóxicos e pesticidas utilizados em grande escala nas lavouras como poluidor das águas dos rios e do ar; verifica-se também a problemática do tratamento e destinação inadequados dos detritos domésticos e industriais da área urbana da cidade.

Nesse sentido, a teoria da sociedade de risco se aplica ao campo de pesquisa em questão, na medida em que os problemas ambientais e sociais decorrentes da ocupação dos espaços e da desmedida exploração dos recursos naturais, promovidas pelo processo de desenvolvimento econômico, provocam situação de vulnerabilidade em que os atores passam a ser expostos a perigos como os mencionados acima.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O meio ambiente e seus recursos são compartilhados por diferentes formas de vida, isto é, a biodiversidade, o que faz com que se pense os problemas ambientais numa dimensão ecossistema. Assim, pode-se afirmar que as conseqüências de um dano ambiental em nível local, como a poluição ou a destruição de floresta, são capazes de transpor os limites espaciais e temporais, políticos e sociais tomando uma maior abrangência. Podemos apontar aqui o aspecto das mudanças climáticas e do aquecimento global provocadas pela retirada das matas que constituem argumentos a favor da abordagem interdisciplinar para compreender a complexidade das questões ambientais.

A preocupação com a escala ampliada e a profundidade com os desdobramentos provocados pela apropriação ou exaustão de bens naturais, o uso inadequado ou os desperdícios e os problemas sociais dos países subdesenvolvidos torna-se a tônica de tratados, acordos e declarações internacionais, bem como permeia em nível nacional, suas diretrizes e parâmetros legais, balizando as práticas socioambientais.

Nesse sentido, o Estado possui enorme responsabilidade por ações traçadas no plano político que levem ao reordenamento da economia, da produção e do consumo, tornando-as compatível com a disponibilidade de recursos sem comprometer suas fontes naturais. É também responsabilidade do Estado a construção de mecanismos nos quais os cidadãos possam ter acesso às informações e à participação na elaboração e aplicação das políticas públicas. As políticas ambientais são mecanismos pelos quais se busca a redução dos impactos das ações humanas sobre o meio ambiente e a resolução de conflitos resultantes das diversas formas de ocupação dos espaços e de uso de seus recursos naturais.

Quanto à definição do termo políticas publicas, a literatura demonstra que não há uma única definição, no entanto algumas vertentes dão maior ênfase ao papel do governo como formulador e implementador de políticas públicas, compreendendo-as como um conjunto de ações do governo que envolve aspectos econômicos e políticos que influenciam a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006). Para a definição de política publica ambiental, ampara-se também em Lustosa; Cánepa; Young (2003, p. 135) que a definem como sendo “o conjunto de metas e instrumentos que visam reduzir os impactos negativos da ação antrópica – aquelas resultantes da ação humana – sobre o meio ambiente”.

A educação ambiental como política pública usualmente é considerada um dos instrumentos no qual se insere a temática ambiental na esfera institucional, promovendo mudanças nas formas de pensar, nos estilos de vida e nas práticas socioambientais. Além disso, é a educação ambiental responsável pelo processo educativo comprometido com a conscientização, o diálogo e a assimilação de diferentes saberes que transformam as relações sociais e redefine a forma como as pessoas se relacionam e interferem no meio natural.

Este capítulo busca contextualizar as políticas ambientais e a educação ambiental levantando aspectos importantes de suas trajetórias no contexto socioambiental complexo no Brasil e que possibilitaram a sua institucionalização como instrumentos de gestão dos recursos naturais e como estratégias de ação política na mediação dos conflitos ambientais. A relevância para este estudo está em proporcionar a compreensão de como as políticas ambientais e a educação atuam diante da problemática ambiental, e como os conflitos podem ser negociados e regulados por instituições políticas, a fim de reduzir os antagonismos e projetá-los em um movimento positivo para ampliação de direitos.

3.1. Movimento ambientalista no Brasil

O movimento ecológico no Brasil se originou nas décadas de 50, 60 e 70, período em que foram criadas várias entidades por iniciativas de grupos preservacionistas para combater os efeitos nocivos ao meio ambiente, originados pela implantação da ideologia do crescimento acelerado e predatório (VIOLA, 2003). Esse modelo se pautou por políticas de exploração selvagem das florestas, por indústrias de alto impacto local e de uma monocultura irracional que transformou extensas áreas do sul e sudeste em desertos verdes; pela degradação dos recursos hídricos provocada por detritos industriais e agrotóxicos usados nas lavouras e de esgotos diretos nos rios, comprometendo perigosamente os recursos hídricos.

De acordo com Viola (2003), o movimento ecológico no Brasil em sua primeira fase (1974 a 1981) era denominado de “ambientalista” ou “ambientalismo conservacionista” caracterizado como movimento de denúncia da degradação ambiental, identificado como apolítico. Nessa fase, a ação dos órgãos ambientais com relação à preservação e à proteção da natureza se restringia à defesa da fauna e da vegetação.

De acordo com Jacobi (2003), o estímulo gerado para a questão ambiental pela Conferência de Estocolmo ²³ levou alguns países desenvolvidos a cobrar de países em desenvolvimento legislações com normas para o controle dos graves problemas ambientais já identificados. Esse autor enfatiza que o Brasil contribuiu como importante organizador do bloco dos países em desenvolvimento, que via nas restrições ambientais uma ameaça à política de desenvolvimento apoiadas pela implantação de indústrias poluentes (por vezes procedentes dos países desenvolvidos) e de grandes projetos energético-minerais.

Nesse cenário de contradições, surgem, por iniciativas do poder público, as primeiras agências ambientais no Brasil: SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente; a CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental e a FEEMA – Fundação de Engenharia do Meio Ambiente. No estado de Mato Grosso, a FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente) foi extinta em 2005 quando foi criada a SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente). Porém, segundo Jacobi (2003) essas iniciativas não significaram um comprometimento efetivo do governo com a causa ambiental, mas uma tentativa de atenuar a imagem negativa do Brasil no cenário internacional.

É interessante observar que outras questões diretamente ligadas aos problemas de agravamento da degradação ambiental, tais como crescimento populacional e déficit de saneamento, não faziam parte da agenda dessas organizações, contribuindo para uma visão limitada da realidade (2003, p.4-5).

De acordo com este mesmo autor a ação do Estado é pautada, com ênfase, em discursos desvinculados de uma prática socioambiental, por medidas paternalistas e autoritárias advindas da ausência de interação com as entidades da sociedade civil. De outra parte, “as práticas dos movimentos se restringem na maioria dos casos aos setores mais esclarecidos compostos por pessoas vinculadas ao universo acadêmico, aos militantes de partidos, setores profissionais, ativistas sociais” (JACOBI, 2003), que se empenhavam em discutir e promover ações em torno da importância de proteger o meio ambiente.

Jacobi (2003) destaca que, nesse período da “ação ambiental confinada”, a intervenção dos órgãos ambientais esteve centrada no controle e fiscalização dos índices de poluição e as ações das entidades ambientalistas centradas na preservação dos ecossistemas naturais. Ele destaca também que outras questões, em pauta na sociedade, ligadas aos problemas de agravamento da degradação ambiental, como o crescimento populacional e o

²³ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo, na Suécia de 5 a 16 de junho de 1972. Estabeleceu os princípios comuns para a orientação dos povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente.

déficit de saneamento, não faziam parte da agenda dessas organizações contribuindo para uma visão limitada da realidade.

Num outro momento histórico, que, de acordo com Viola (2003), corresponde ao período de 1982 a 1985, o movimento ecológico consegue se estabelecer através de uma participação maior dos atores nas questões políticas favorecida pela abertura democrática que vai conduzir o movimento a uma politização. A opinião pública passa a legitimar as lutas ambientais e os atores envolvidos, despertando a sociedade para os assuntos ecológicos. Amparados por um aparato jurídico-institucional, desenvolvem-se iniciativas de aprimoramento dos instrumentos legais de gestão ambiental dando origem a políticas públicas municipais e estaduais.

Esse período corresponde à fase em que o movimento ecológico, por meio de um setor minoritário e de forma pouco significativa, resolve participar da arena política apoiando candidatos que levantavam bandeiras ecológicas. Apesar de a maioria dos ativistas ecologistas rejeitarem o envolvimento direto nas eleições, o apoio dado representou a introdução de uma nova dinâmica ao movimento. Em 1984 por ocasião da campanha das diretas já, ocorre um novo momento de envolvimento político das associações ecológicas, que favorece a construção de um consenso do movimento pela defesa do meio ambiente vinculada aos problemas da organização do poder e da propriedade na sociedade global.

Como resultado de vários debates promovidos pelos movimentos ecológicos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro são evidenciados, a partir da agenda desses encontros, a politização do ecologismo. A temática ambiental assume um papel bem mais relevante no discurso dos diversos atores que compõem a sociedade brasileira.

Apesar de as organizações manterem suas ações restritas a mobilização contra fábricas poluidoras e a degradação de áreas verdes, como parques nacionais, estaduais e municipais, elas se constituem relevantes para despertar a conscientização sobre a problemática ambiental nos diversos setores da sociedade brasileira.

O ambientalismo se expande e se integra a outras organizações estimulando o engajamento de grupos socioambientais, científicos, movimentos sociais e empresariais que passam a se envolver com o discurso do desenvolvimento sustentável. Nessa época, os mecanismos de circulação da informação se multiplicam, inclusive com o fomento de formas de solidariedade entre as diferentes lutas dos agrupamentos de ambientalistas. Fato singular e

impulsionador foi o assassinato de Chico Mendes²⁴, cujas dimensões ultrapassam as fronteiras brasileiras e os movimentos em destaque. Jacobi assinala que,

Entre os diversos atores, pode-se destacar a aproximação com os seringueiros da Amazônia e o apoio das ONGs à criação das reservas extrativistas, internacionalmente conhecido depois do assassinato de Chico Mendes; a interação das ONGs com o movimento indígena, acoplado à luta tradicional dos índios pela proteção de suas terras, a preservação do meio ambiente; a aproximação com setores do Movimento dos Sem Terra, incluindo a variável ambiental na luta pelo acesso a terra e, por fim, uma aproximação junto a diversas associações de bairro, que incluíram a qualidade ambiental em suas demandas. (2003, p. 11,12.).

O momento favorece uma crescente inovação na cultura ambientalista, elegendo como objetivo principal a formulação de alternativas viáveis de conservação e restauração de ambientes danificados, envolvendo-se cada vez mais nas questões sociais que estão na gênese da degradação ambiental. O socioambientalismo torna-se parte constitutiva de um universo cada vez mais amplo de organizações não governamentais e movimentos sociais.

Com base no trabalho de Viola (2003), o movimento ambientalista, a partir de 1986, passa a ser identificado como político. Nesse momento, ocorre uma intensa movimentação no ecologismo, no sentido de intervir no processo da constituinte, movimento que contou com a participação de estados do sul e sudeste, os quais, de forma organizada, promoveram encontros que possibilitaram definir os parâmetros gerais da plataforma ecologista nacional para a constituinte. Foram apresentados os seguintes pontos: ecodesenvolvimento, pacifismo, descentralização das fontes energéticas (contra as usinas nucleares e as grandes hidroelétricas), qualidade de vida, função social e ecológica da propriedade, justiça social, democracia participativa, reforma agrária ecológica, descentralização e democratização do sistema de comunicação de massa, educação ambiental generalizada. Também se estabeleceram critérios para a formação das listas verdes estaduais.

As articulações políticas e a fundação dos partidos verdes no Rio de Janeiro e Santa Catarina em 1986 viriam a contribuir para que houvesse uma efetiva representatividade do movimento ecológico nas eleições daquele ano, com a possibilidade de elegerem candidatos verdes a deputados estaduais e federais através de vários partidos. Com a participação incisiva na Constituinte em 1988 e contando com a participação de várias associações de diversas regiões do Brasil, os debates concentraram-se nas temáticas do

²⁴ Seringueiro e líder sindical assassinado em 23 de dezembro de 1988. Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri no Acre, líder do Conselho Nacional dos Seringueiros e fundador da Aliança dos Povos da Floresta atuou na causa ambiental de proteção da Floresta Amazônica nas décadas de 70 e 80. (ALLEGRETTI, 2002)

ecodesenvolvimento, educação ambiental, reforma agrária ecológica, comunicações alternativas e relações internacionais e meio ambiente.

A mobilização promovida pelas diferentes entidades e representações partidárias de apoio ao ecologismo, na década de 90, apontava para um nível de maturação e crescimento quantitativo e qualitativo do movimento ecológico, que contribuiu para expandir a consciência ecológica, ecologizar a sociedade (VIOLA, 2003). A mobilização resultou em mudanças na legislação ambiental brasileira em termo de proteção ambiental, com destaque ao zoneamento ambiental, da existência de apresentação de estudos de impactos ambientais e de diversas penalidades para agentes agressores do meio ambiente.

Nesse contexto, o Movimento Ambientalista apresenta nova estrutura e é designado de movimento ambientalista ampliado por compreender a necessidade de ampliar sua relação com os movimentos sociais. “Dessa forma, as ONGs ambientais procuram estabelecer um diálogo com os sindicatos, além de passarem a apoiar desde grupos comunitários em prol do abastecimento de água até os movimentos de seringueiros e índios na Amazônia” (JACOBI, 2003, p.12,13).

As organizações que compõem o movimento ambientalista passam de práticas reativas para práticas proativas, com ações voltadas à conservação do ecossistema, qualidade ambiental com relação à água, ao ar, aos resíduos sólidos e à educação ambiental. O movimento ambientalista ampliado tem como expressão e características fundamentais a capacidade de diálogo e de atuação articulada com os demais movimentos sociais, que se fortaleceu com o surgimento de conselhos consultivos e deliberativos em várias áreas em nível federal, estadual e municipal.

Uma análise de conjuntura mais recente do movimento ambientalista brasileiro a partir da década 90 dá conta de que este se afirma como movimento socioambiental promovido pelo crescimento de iniciativas de organização da sociedade civil, pela inclusão de pautas sobre povos indígenas e povos tradicionais da floresta e proteção da Amazônia (WEISS e NASCIMENTO, 2010).

O evento sediado no Brasil sobre meio ambiente e desenvolvimento - Rio 92 - mobilizou diversas organizações e movimentos sociais em torno da questão ambiental a qual permitiu maior visibilidade do movimento e êxito nas relações com governo e instituições estrangeiras. Acordos nacionais e internacionais permitiram a estruturação de políticas ambientais visando uma maior proteção dos recursos naturais como base para o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

Nas últimas décadas, o movimento ambientalista obteve conquistas a partir de negociações com o Estado, com a sociedade e com organismos internacionais que resultaram na construção de políticas ambientais entre 1996 e 2004 nas áreas de conservação da biodiversidade, manejo florestal, combate ao desmatamento e às mudanças climáticas na Floresta Amazônica e no Cerrado, processo de licenciamento ambiental e recursos hídricos (WEISS e NASCIMENTO, 2010).

No século XXI, o movimento ambientalista se constituiu no conjunto de uma rede de movimento social, no qual a sociedade civil é representada nos níveis de organização que configura o associativismo local (movimento sem-terra, sem-teto, empreendimentos solidários e associações de bairros); as formas de articulação inter-organizacionais e de mobilização na esfera pública (SCHERER-WARREN, 2006). Nessa forma de organização, ocorre o processo de articulação das diferentes representações da esfera pública onde os atores sociais se mobilizam e se articulam em torno de projetos comuns, procuram a interlocução e a negociação com o Estado a fim de obter conquistas para a cidadania.

3.2 Políticas públicas: estratégias políticas na mediação dos conflitos ambientais

No campo das discussões ambientais, ganham centralidade os conflitos e as contradições que permeiam o processo de desenvolvimento econômico, de apropriação dos bens naturais e do consumo. Esse processo em curso no norte do MT leva ao desgaste excessivo dos recursos naturais, ao progresso econômico com geração de riquezas, porém, ao mesmo tempo, ao acirramento dos problemas sociais e das desigualdades.

O enfrentamento de tal problemática, que possui uma complexidade alinhada por interesses díspares, suscita ou aspira por uma atuação conjunta de diversos atores na formulação de estratégias adequadas de conservação da diversidade biológica e de proteção de ecossistemas amplamente ameaçados pela ação antrópica e cuja perspectiva permeia de contradições o próprio Estado.

As políticas ambientais surgem visando minimizar a interferência nefasta sobre a lógica do ecossistema e produzir orientações na perspectiva de um uso racional pautado em valores, racionalidade ambientalmente fundada e práticas sociais que reduzam os impactos e a destruição da perspectiva de futuro da biodiversidade. Os instrumentos constituídos por normas, regras, procedimentos e padrões a serem obedecidos pelos agentes econômicos e

sociais constituem-se também objeto de conflito ante o intento para que se venha a atingir as metas de proteção de bens ambientais fundamentais.

Indícios de formulação de políticas públicas ambientais no Brasil têm início ainda no período colonial, composta por uma legislação regulatória²⁵, restringindo-se a proteção da fauna e da flora, sobretudo de contenção da degradação da Mata Atlântica e da agricultura predatória. As medidas de proteção ao meio ambiente tinham caráter político e econômico, reivindicada por intelectuais e políticos visando à continuidade e à viabilidade da exploração dos recursos locais como forma de desenvolvimento da colônia (CUNHA e COELHO, 2009).

No Brasil, as políticas ambientais ganham impulso com a criação do Serviço Florestal Federal em 1925, a Constituição Federal de 1934, a elaboração e promulgação de políticas direcionadas à proteção florestal, da água, com a criação de parques nacionais e estaduais e unidades de conservação. O período de 1930 a 1971 foi marcado pela construção de uma base de regulação das questões ambientais baseada numa estratégia preservacionista²⁶, onde o principal ator era o Estado (CUNHA e COELHO, 2009).

Ao final do século XX, a legislação ambiental se encaminha para uma proposição mais intervencionista de regulação do uso dos recursos naturais. Essa legislação está influenciada pelo contexto mundial da emergência de previsões ambientais sombrias ligadas aos riscos nucleares, riscos do crescimento populacional, da escassez de recursos ou da pobreza, riscos da contaminação química e tecnológica. As políticas públicas no Brasil são influenciadas pela repercussão das Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Nesse cenário, verifica-se a atuação de movimentos ambientalistas, ONGs, agências estatais e organismos internacionais preocupados com o ritmo acelerado de degradação dos recursos naturais, entre eles o ecossistema amazônico.

A partir dos anos 80, o campo do conhecimento intitulado de políticas públicas, ganha novos contornos que passam a determinar sua elaboração e implementação. De acordo com Souza (2006), o campo das políticas públicas passa a ter maior visibilidade, sobretudo, nos países da América Latina e no Brasil, em especial, impulsionado por fatores como: as políticas restritivas de gastos, novas visões sobre o papel dos governos voltadas para uma

²⁵ As políticas regulatórias dizem respeito à elaboração de legislação específica para estabelecer ou regulamentar normas e regras de uso e acesso ao ambiente natural e a seus recursos, bem como à criação de aparatos institucionais que garantam o cumprimento da lei (CUNHA E COELHO, 2009).

²⁶ Vertente teórica que se identifica com ações que objetivam a proteção da natureza em seu estado original, intocado, sem a interferência humana (Cunha e Coelho). É a visão ou o mito da preservação da natureza intocada (DIEGUES, 2001).

gestão equilibrada entre receita e despesas e no que diz respeito à maioria dos países as dificuldades de se construir e programar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e a inclusão social da população.

Em termos de estratégias de conservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas naturais, as políticas ambientais sofrem a influência da abordagem conservacionista²⁷, que difere da abordagem preservacionista, “[...] chamando-se atenção para as relações entre subdesenvolvimento, as instabilidades política e institucional, de um lado, e a degradação dos ecossistemas terrestres de outro”(CUNHA e COELHO, 2009, p.65).

No século XXI, as políticas socioambientais ganham um acréscimo da complexidade em decorrência das exigências por maior nível de consumo, como o das diversas formas de energia e das exigências de proteção a bens naturais e busca de fontes renováveis. As iniciativas tomadas em nível nacional e local são permeadas por um contexto ou nexos globais, cujo horizonte de exigências tende a caracterizar as políticas socioambientais.

É o alargamento da interdisciplinaridade, da transversalidade, da transnacionalidade dos conflitos e das políticas ambientais, as quais não se restringem ancoradas somente nos agentes de um Estado ou território específico. Ao contrário, ocorre em diferentes países simultaneamente, bem como as ações locais em sua multiplicidade e variedade possuem implicações sobre a conjuntura ambiental global. Os temas ambientais passam a ser discutidos num contexto, seja intensamente local, com a institucionalização e as práticas cotidianas, seja global onde ganha centralidade a crise ambiental mundial²⁸.

O ponto de partida para que as questões ambientais fossem incorporadas às discussões públicas e políticas, tendo em vista o desenvolvimento sustentável como proposta de compatibilizar proteção ao meio ambiente e desenvolvimento social, foi a construção do Relatório de Brundtland (1987), publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Outro documento de fundamental importância, que viria dar um novo direcionamento às políticas públicas no sentido de orientá-las para práticas sustentáveis de desenvolvimento, foi a Agenda 21, produzido na Conferência do Rio em 1992. De acordo

²⁷ Abordagem que tem como estratégia o uso sustentável dos recursos, em que as populações locais possam fazer uso dos recursos naturais com vistas a garantir sua subsistência. (CUNHA E COELHO, 2009).

²⁸ Os tratados e acordos internacionais estabelecem as metas e prioridades para a resolução dos problemas ambientais de caráter global como a proteção da camada de ozônio, o comércio de lixo tóxico, mudança climática e biodiversidade

com esse documento, as políticas ambientais são objetivos de ação governamental orientados ao uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente (CNUMAD, 1995).

A profusão do debate ambiental produziu significativas mudanças na gestão de processos produtivos, entrando em cena os anseios baseados na eficiência do uso dos materiais e dos recursos naturais (VIOLA, 1998), por certo em conflito com preponderância da racionalidade instrumental que pauta o agronegócio no norte matogrossense. No mercado de consumo, passam a obter espaço de consideração bens oriundos de processos de produção que levam em conta a conservação de energia e a redução da poluição, incorpora as tecnologias limpas e os “selos verdes” como forma de contribuir para a sustentabilidade ambiental.

Os diferentes atores e grupos sociais, numa relação processual e a partir de uma instância de negociação, pressionam o Estado a fim de que as suas reivindicações sejam contempladas ou atendidas, de acordo com Souza (2006) e Pastorini (1997). O Estado tem uma autonomia relativa que lhe garante um espaço de atuação, mas ele se torna permeável às influências externas de grupos de interesse e movimentos sociais. Os atores definem as demandas a partir dos implementadores (SOUZA, 2006), traçando planos no diálogo com conselhos para uma gestão partilhada dos conflitos socioambientais, bem como são reconhecidas circunstâncias em que ocorre o outorgamento de políticas públicas.

No cenário das políticas ambientais, a atuação dos diversos atores e o envolvimento da sociedade local foi fundamental para imprimir as características de democratização e descentralização nas decisões concernentes às questões ambientais (CUNHA e COELHO, 2009). Dessa forma, efetivou-se a criação de um arcabouço institucional com participação de diferentes setores da sociedade que possibilitou o debate, a elaboração de uma legislação, a tomada de decisões governamentais e a inovação de práticas em torno dos problemas ambientais. Fatores que possibilitaram a criação de programas e políticas ambientais voltados para o desenvolvimento social e ambiental sustentável.

Siqueira (2008) aponta alguns percalços que devem ser considerados na trajetória de formulação e implementação das políticas ambientais neste contexto da redemocratização. A dificuldade estaria na efetivação de programas que reflitam os anseios, necessidades e interesses da população, pois eles são permeados por conflitos de interesses entre as partes envolvidas, conflitos relacionados a questões históricas, políticas, econômicas, culturais, éticas, sociais e psicológicas, que dificultam acordos e consensos em torno de um projeto coletivo de sustentabilidade.

Embora haja iniciativas que permitam uma participação efetiva do cidadão nas diversas instancias de decisões e nos espaços públicos, há uma tendência em se manter as decisões sobre as prioridades ambientais de forma vertical e baseadas em análises técnicas, desconsiderando ou não dando o devido valor as preocupações e anseios da população em geral.

Nessa perspectiva, cabe aqui se reportar aos conceitos de sociedade civil e esfera pública, enquanto capacidade e espaço de organização integrada por diferentes representações de atores sociais que se agregam a partir de confluência de interesses em formatos associativos com atuação ambiental, por vezes em parceria com instâncias do Estado. A exemplo verifica-se a atuação do movimento ambientalista e de sua capacidade de mobilização e articulação com os demais movimentos sociais e de sua intervenção na proposição de mudanças na legislação ambiental brasileira no sentido da proteção e conservação do meio ambiente.

Para Jovchelovitch (2000), a esfera pública está relacionada à democracia e à cidadania, definida como espaços comuns que propiciam a tomada de decisões, onde os atores utilizam o discurso e argumentações que possam encaminhar as questões apresentadas visando à negociação ou a um consenso. Jovchelovitch afirma que

É nessa esfera que o princípio da prestação de contas é desenvolvido, o que leva a uma transformação na natureza do poder enquanto tal. O exercício do poder em si não está em questão; o que muda é a forma do seu exercício: ele deve ser exercido de forma visível e transparente (2000, p. 30-31).

A importância da esfera pública para a reflexão e a ação dos atores no contexto de uma nova configuração do social está em se apresentar como espaço de reivindicação radical que pode conduzir a mudanças na natureza das relações entre Estado e sociedade. Nela é produzida uma nova concepção de participação política, como um canal através do qual o cidadão cobra do Estado prestação de conta de suas ações ou projeta novos ordenamentos.

Os atores sociais, a partir da inserção na esfera pública, mobilizam-se no sentido de constituir demandas e representações que podem se universalizar na medida em que são reconhecidas como um bem comum. Aspectos estritamente privados ou grupais podem ganhar o desenho de se apresentarem como públicos.

Para Dubet (1996), o ponto de partida para uma nova análise do ator social, como sujeito auto-criador, está na substituição das categorias sociais pelas categorias culturais. A ótica do advento da subjetividade passa a compreender que o sujeito é o componente importante da modernidade e dos movimentos de libertação, nos quais a busca por firmar os

aspectos positivos do individualismo consiste em rejeitar a submissão e se afirmar como seres de direito.

Ao refletir sobre o papel do Estado na formulação e consolidação de políticas públicas ambientais no Brasil, percebem-se ações em defesa de interesses de minorias em oposição aos interesses gerais, no sentido das ambiguidades em promover a cidadania ambiental. Para Sorrentino (1995, p. 97), “a política ambiental deve ser orientada para a busca da compatibilização dos usos de recursos naturais, para a nossa e para as gerações futuras. Significa gerenciar conflitos e negociar prioridades sociais”.

Tanto as iniciativas do Estado, quanto as da sociedade civil, com relação a proposições de um projeto de sustentabilidade ambiental, correm o risco ora de desconsiderar uma análise das questões macro estruturais, ora de desconsiderar as questões cotidianas que se encontram nas interfaces da relação sociedade-natureza. Tal abordagem implica uma visão fragmentada das relações sociais, ambientais, simbólicas e as de produção vigentes em nossa sociedade. Segundo Hector Leis, emergiram elementos inovadores na abordagem das questões ambientais. Diz ele

Dentro dos numerosos elementos que definem a política mundial das últimas décadas e que acompanharam a emergência e o desenvolvimento do ambientalismo, são especialmente relevantes para pensar a governabilidade global dos desafios ambientais os seguintes três aspectos: a perda crescente de soberania dos Estados nação; a multiplicação de atores não-estatais (ONGs e corporações econômicas); e a disseminação de novas tecnologias de comunicação (que permitem a geração de imagens e opiniões de forma quase instantânea em todo o planeta) (2004, p.20).

A reversão dos problemas ambientais requer uma ação decisiva do Estado na alocação de recursos como: “taxação, subsídios, mercados de direitos de uso; normas e regulamentos; fiscalização, dentre outros” (MORAES, 2004, p.9). No entanto, sem desconsiderar os atores e suas modalidades de ações sociais nos papéis de negociação dos conflitos, no sentido de introduzirem as ações no plano político, considerando inclusive as resistências às medidas de cunho ambiental que incidam sobre custos da produção e circulação. Todavia, para Loureiro (2000), uma análise sociológica da complexidade das questões ambientais abordadas pelas políticas públicas requer uma crítica política e uma análise estrutural dos problemas. Ele sentencia que

As causas da degradação ambiental e da crise na relação sociedade-natureza não emergem apenas de fatores conjunturais ou do instinto perverso da humanidade, e as consequências de tal degradação não são consequências apenas do uso indevido dos recursos naturais; mas sim de um conjunto de variáveis interconectadas derivadas das categorias: capitalismo /modernidade/ industrialismo/ urbanização/ tecnocracia. Logo, a desejada sociedade sustentável supõe a crítica às relações

sociais e de produção, tanto quanto ao valor conferido à dimensão da natureza. (LOUREIRO, 2000, p.24).

Dessa forma, tem-se um nítido enquadramento da incessante e intensa apropriação de recursos naturais e dos posicionamentos do agronegócio no norte Matogrossense como uma das faces dos conflitos ambientais. Apesar de a questão ambiental encontrar-se presente na agenda política do poder público local e nacional, é necessário pensar nas contingências por meio das quais as políticas públicas ambientais podem orientar tanto as atividades econômicas, quanto as negociações em espaços públicos de participação social, que são aspectos diretamente relacionados ao conceito de sustentabilidade.

O movimento em prol da causa ambiental ou da emancipação de um discurso sobre a realidade local passa pela percepção peculiar do sujeito, através da construção da subjetividade que se refere à liberdade e à capacidade dos agentes sociais, de criar e de transformar o individual e o coletivo, o material e o simbólico. Jacobi (2003) enfatiza a importância de estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções. A equidade social passa necessariamente por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência na gestão.

Dentro da formação das políticas públicas ambientais, a eficácia da ação coletiva²⁹ nos processos sociais deve ser entendida como produto de ações, escolhas e decisões. “Os atores sociais constroem sua ação a partir de um conflito que manifesta uma oposição que diz respeito ao controle e a destinação de recursos cruciais, através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação se situa”. (MELUCCI, 2001, p.158).

Essas ações, ou comportamentos coletivos, dos atores sociais tanto podem levar à ruptura das regras e ao ordenamento de acesso aos bens naturais ou a novas formas de regulação de aspectos do social; ou podem significar a rejeição dos usos dos recursos naturais, de tal forma a projetar modificações no sistema ou no ordenamento dos mecanismos que produzem acesso desigual aos recursos naturais.

²⁹ Nesta configuração dos atores sociais enquanto agentes dinâmicos, produtores de reivindicação e demandas, encontra-se o fenômeno contemporâneo da “ação coletiva” como um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implicam um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma as suas relações materiais e simbólicas (MELUCCI, 2001.p.46).

As demandas coletivas são mediadas pelo sistema político e pela organização social, podendo gerar ações que mudam o sistema de dominação, envolvendo conflitos sobre os modos de produção, de circulação e de consumo, bem como sobre a apropriação e a orientação da riqueza social, dentre a qual se situa a questão ambiental.

É necessário considerar que a política ambiental, assim como outra política pública qualquer, resulta de um processo complexo que envolve uma enorme quantidade de interesses em conflito. São interesses econômicos e políticos de atores com visões distintas sobre os problemas ambientais e suas formas de resolução, o que faz com que as políticas ambientais nem sempre se traduzam em resolução ou as reais intervenções num problema ambiental. Para Hannigan,

A maior parte das políticas emerge duvidosamente, aos poucos a partir de uma complicada série de contratos e compromissos que refletem as tendências, objetivos e necessidades de realce das agências estabelecidas, comunidades profissionais e empresários políticos ambiciosos (1995, p.68).

As transformações sociais na chamada “era” da devastação da Amazônia (ou do frágil ecossistema) requerem a compreensão das relações complexas que permeiam os universos de atores sociais em conflito pelo controle das deliberações e do ordenamento do social e da ascendência sobre a implementação de políticas públicas ambientais.

Na medida em que está em curso um processo social de conscientização - agregando expressamente, visão de mundo, discurso e práticas sociais - compreendendo que a degradação e o uso não sustentável dos recursos naturais podem causar sérias consequências e riscos no presente e no futuro, a questão ambiental tem tido maior visibilidade, mobilizando as forças políticas e empresariais. No entanto, a resolução dos problemas ambientais e as medidas de conservação requerem um maior empenho do poder público, empresas e sociedade civil.

Os desafios estão na interlocução entre as políticas ambientais amplamente desejáveis do ponto de vista do ecossistema e o crescimento econômico arraigando no imaginário social; a realocação eficaz de recursos escassos, a distribuição mais equitativa dos resultados da produção e a participação da sociedade e empresas na internalização de custos ambientais (MORAES, 2004).

Nesse sentido, há que se considerar que a formulação de políticas ambientais é determinada por um conjunto de fatores que envolvem questões econômicas, políticas, simbólicas e sociais como processo histórico em que os diferentes atores manifestam suas diferenças e antagonismos.

As políticas ambientais são moldadas tendo como base de regulação o uso e o acesso aos recursos naturais, porém os mecanismos de mercado atuam com certo grau de independência das estruturas do Estado. Entre outros aspectos, a atuação do Estado desempenha o papel de regulação do comportamento de indivíduos e grupos sociais; e o movimento ambientalista situa-se na mobilização de diversos setores da sociedade civil organizada em prol de causas ambientais.

Garantir a participação qualitativa dos atores, por meio da representação popular na definição de políticas ambientais, constitui-se num desafio para a sociedade de países periféricos como o Brasil. Siqueira (2008) salienta que, após o processo de redemocratização do país, os segmentos sociais obtiveram espaço para se organizar e pressionar as instituições governamentais, mas ainda resta uma grande parcela da população que se encontra excluída desse processo político devido à falta de tradição da participação popular herdado do período ditatorial. Outro aspecto levantado por Siqueira diz respeito à legitimidade das organizações civis na representação dos segmentos populares. Ele questiona se a vontade da maioria dos cidadãos realmente está sendo representada por essas organizações.

3.3 Problemas ambientais brasileiros e do norte do estado de Mato Grosso

A relação com o meio ambiente é uma prática social, seja de reconhecimento da natureza como fonte de recursos naturais para suprimento de suas necessidades biológicas e enquanto espaço para constituir relações sociais, seja por meio da capacidade de dominação e de exploração de todas as performances. Na medida em que na sociedade contemporânea se criam estrategicamente novas necessidades de consumo, esta relação passa a ser de progressiva à total dominação das peculiaridades da natureza, o que implica estabelecer que as práticas sociais intencionais ou não intencionais acabam produzindo transformações ambientais.

Essas mudanças nas questões ambientais apontam para um “desequilíbrio ecológico”, acelerado pela busca intensa por matéria prima para a produção de bens de consumo visando o atendimento de crescentes necessidades, a ponto de provocar um colapso ou uma sobrecarga na capacidade de suporte das fontes de recursos naturais do ecossistema. A problemática ambiental toma proporções de crise civilizatória com a intensificação da atividade industrial, do agronegócio, dos riscos sociais e tecnológicos e da sofisticação das técnicas próprias do sistema capitalista.

Os problemas ambientais de Mato Grosso e Sinop não divergem muito dos encontrados em outros estados e municípios do país. Aqui, enfrentam-se os mesmos problemas de degradação, exploração dos recursos naturais, dos recursos florestais que movimentam a atividade madeireira de grande concentração na região, também poluição dos mananciais, uso excessivo de “defensivos agrícolas” deposição indiscriminada e errônea do lixo em locais inapropriados.

Entre os anos de 1994 e 2007, o Estado e, sobretudo, a região norte sofre um grande impacto ambiental com a aceleração do percentual de retirada da vegetação dos biomas cerrado e floresta para atividades econômicas. A questão ambiental no Estado torna-se complexa em função da atuação de diferentes atores com diferentes relações com os recursos naturais.

Em face do acelerado processo de exploração dos recursos naturais do Estado faz-se necessário a elaboração de políticas de planejamento e ordenamento do seu território no sentido de promover suas potencialidades econômicas numa perspectiva de uso racional da natureza preservando a integridade dos ecossistemas existentes. Ou seja, o estado de Mato Grosso, através de suas instituições políticas e das diferentes representações da sociedade civil, tem o desafio de inserir o território num projeto de sustentabilidade ambiental.

Fazer frente aos problemas ambientais mato-grossenses por meio de políticas públicas exige negociações entre os diversos setores econômicos e grupos sociais no sentido de estruturar uma gestão ambiental que indique o uso adequado dos diferentes ecossistemas respeitando as características e peculiaridades da biodiversidade.

O zoneamento ambiental é um dos instrumentos de aplicação da PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81) que tem como um dos objetivos gerais “garantir o uso ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento socioeconômico com qualidade ambiental (Decreto 4.297/2002)”. Esse instrumento, entre outros, é imprescindível para o Estado, pois, por meio dele, os atores sociais adquirem mecanismos legais na sua busca para conhecer melhor os espaços e os recursos, as formas de interação do homem com a natureza e os reflexos sociais, econômicos e ecológicos resultantes dessa interação.

Esses elementos permitirão construir as diretrizes que visam readequar o uso e ocupação do meio de forma que venha minimizar os impactos e alterações provocadas pelo processo de colonização. A importância do zoneamento ambiental está em integrar informações ambientais geograficamente codificadas que se constitui referência para

conduzir o planejamento das atividades a serem desenvolvidas por empreendimentos econômicos e políticos de uso e preservação dos recursos naturais.

O Projeto de Lei nº 273/2008, que “institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso”, mais conhecido como Zoneamento Sócio Econômico Ecológico – ZSEE – teve seu processo de construção iniciado em 1989 e concluído em 2002 e encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado. Em 2005, ainda sem aprovação, o projeto é encaminhado para análises técnicas das secretarias de estado SEPLAN e SEMA que finalizaram a proposta e, em seguida, a encaminharam para a comissão estadual composta por 47 entidades públicas e privadas em 2008 (OLIVEIRA, 2009). O período extenso desta tramitação revela muito da dispersa vontade política, dos entraves interessados, entre outros aspectos.

Nos anos de 2008 e 2009, esse Projeto de Lei foi submetido à apreciação em consulta pública, visando angariar legitimação social e política. No mesmo contexto, foram realizados seminários e audiências públicas em diferentes regiões do Estado a fim de consultar a sociedade buscando saber sua opinião sobre o projeto. Entretanto, como era de caráter consultivo, não havia por parte dos proponentes o compromisso de acatar as decisões da sociedade. As audiências na maioria das vezes foram marcadas por tensões e tentativas de coação e intimidação, através de ameaças e violência verbal aos representantes dos movimentos sociais por parte de representantes do setor produtivo (Carta do Fórum Popular sobre o ZSEE-MT).

A sociedade civil organizada considera relevantes esses instrumentos, porém de baixa eficácia, uma vez que não têm garantido a participação efetiva em termos de proposições dos representantes e membros dos diferentes grupos sociais, que compõem a diversidade social, econômica e cultural do estado de Mato Grosso (Carta do Fórum Popular sobre o ZSEE-MT).

As organizações ambientalistas denunciam que a elaboração do projeto de lei do ZSEE de Mato Grosso fere o Princípio da Participação garantido pelo o Artigo nº 225 da Constituição Federal e o art. 4º, inciso II, do Decreto Federal 4.297/2002, da Lei do ZSEE. Essa situação fica evidenciada em trecho da Carta do Fórum Popular sobre o ZSEE-MT, que assim se manifesta:

Portanto, insistentemente, a Sociedade Civil Organizada tem pleiteado o respeito às demandas dos movimentos sociais em Mato Grosso, a fim de GARANTIR que suas propostas sejam contempladas nos documentos finais a serem aprovados pela Assembléia Legislativa e sancionado pelo Governo do Estado. (OLIVEIRA, 2009, P.30)

A partir do texto original, elaborado pela comissão especial do zoneamento, seguiram-se dois substitutivos elaborados por lideranças partidárias que introduziram significativas mudanças ao texto principal, desconsiderando os estudos técnicos, as audiências públicas e a participação da sociedade civil. Em 2010, outro substitutivo é aprovado em primeira instância pela Assembléia Legislativa do Estado, criando uma situação de impasse e vários protestos de setores da sociedade civil e movimentos sociais.

As críticas ao projeto aprovado se devem à acusação de inconsistências técnicas; à dissonância com outros encaminhamentos de políticas públicas ambientais; à não observância das normas regimentais na questão da lisura e transparência; por fim, nitidamente, ao favorecimento do setor do agronegócio no Estado.

Nesse sentido, a sociedade mato-grossense vem se mobilizando contra uma proposta de zoneamento que atende os interesses do setor social que está no comando da economia no Estado, e tem poderes de legislar a seu favor. O descontentamento da sociedade é também demonstrado por meio de “cartas de repúdio”, como declara o trecho abaixo.

Os movimentos sociais formados pelas instituições que assinam este documento vêm se posicionando ao longo deste ano para evitar o retrocesso que marcou o processo de aprovação por parte da Assembléia. Além do nosso posicionamento que marca muito um enfrentamento a certos setores econômicos, estamos acima de tudo preocupados com o rumo não transparente, retrógado e irresponsável que configurou a aprovação do ZSEE pela Assembléia e seus reflexos para o desenvolvimento no Estado (ICV -Manifesto de repúdio ao Substitutivo 3 do ZSEE-MT,2010).

As reivindicações buscam espaços que garantam a participação qualitativa nas discussões sobre o ZSEE, onde os grupos minoritários como quilombolas, comunidades tradicionais, indígenas, extrativistas, comunidades urbanas e os movimentos sociais possam apresentar suas demandas identificadas através de suas identidades culturais, territorialidades e necessidades. Lutam para que ZSEE de Mato Grosso seja uma construção coletiva.

O processo de construção do Zoneamento Socioeconômico e ecológico de Mato Grosso reflete a dinâmica conflitiva que envolve interesses econômicos, políticos, culturais e ambientais em torno do uso do território e exploração de seus recursos naturais (IANNI, 1984 e SANTOS 1993). Os antagonismos que dão a tônica do conflito são compostos por diferentes grupos sociais que constitui o Estado, tais como, o setor produtivo, ecologistas, povos indígenas, quilombolas, agricultura familiar entre outros grupos que lutam por direitos individuais e coletivos de usufruir dos bens naturais que significam a garantia de sua sobrevivência.

Pode-se definir a elaboração do ZSEE de Mato Grosso como um campo de forças sociais, onde os interesses do setor produtivo do agronegócio e das madeireiras entram em choque com os interesses dos demais grupos na defesa de seus territórios. Os diferentes atores buscam ter reconhecidas suas demandas e seus projetos em torno de uma questão comum – a ocupação e exploração dos espaços geográficos e seus recursos naturais. As diversas forças sociais são geradoras de tensões sociais e de mobilização. O que remete à questão da colonização, já discutida anteriormente compreendida como um processo social complexo e conflitivo (SANTOS, 1993).

Nesse sentido, a aprovação e implementação do ZSEE tem valor substancial para o estado de Mato Grosso, como importante instrumento técnico-político para o planejamento estratégico de ordenamento territorial e na definição de diretrizes adequadas de uso e ocupação dos recursos naturais com o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social. O planejamento estratégico é elaborado a partir das potencialidades e vulnerabilidades do Estado em termos de recursos naturais e atividades econômicas, e visa atender a realidade econômica e socioambiental com vistas à sustentabilidade do Estado.

O desafio para o ZSEE do Estado está em tentar identificar e trabalhar no sentido de convergir os diferentes interesses em torno de um projeto de sustentabilidade ambiental. A proposta centraliza os eixos de ação na valorização da cultura florestal e agro-florestal, procurando compatibilizar as diferentes formas de ocupação do território no sentido de que o desenvolvimento social e econômico se adéqüe as exigências ambientais.

A sociedade organizada, representada por grupos minoritários e movimentos sociais, reivindica um zoneamento ecológico e econômico no qual se sintam co-participes diretos. Além disso, as intervenções pretendem a elaboração de uma proposta supere a visão de sustentabilidade baseada nos aspectos de reordenamento físico-territoriais, os quais representam uma visão dicotômica dos defensores da industrialização resultando na separação entre natureza e cultura.

O confronto de diferentes interesses, valores e potenciais de diferentes atores e grupos sociais em torno de questões ambientais revelam as contradições entre a lógica do capital e as leis biológicas. Nesse sentido, os conflitos se constituem como resistência à ideologia do desenvolvimento sustentável, que vê os problemas ambientais como externalidades que podem facilmente ser corrigidos através do uso de tecnologias. A resistência está em impedir que a natureza represente uma realidade externa à sociedade e às relações sociais.

A partir da mobilização dos atores em torno da causa ambiental, é possível iniciar um processo de desconstrução da racionalidade capitalista ancorada em princípios da economia de mercado e construir uma racionalidade social e alternativa que envolva um conjunto de significações, normas, valores, interesses e ações socioculturais numa perspectiva de reapropriação da natureza. (LEFF, 2009)

Abordar-se-ão, a seguir, os principais problemas ambientais mato-grossenses que os dados da pesquisa apontam para o estudo, e que resultam da exploração predatória dos recursos naturais, dos hábitos de consumo e das formas de produção material fomentados pelo desenvolvimento capitalista.

3.3.1 O desflorestamento e os impactos socioambientais

A remoção de vegetação para atividades agrícolas e agropecuárias no Brasil é uma prática instalada com o processo de colonização ou expansão da fronteira civilizatória, mesmo assim o país ainda possui uma das maiores florestas tropicais do mundo, com uma diversidade de plantas que totalizam cerca de 40.000 espécies, segundo a *Information for Action*, informe de dados sobre florestas brasileiras. Essa diversidade contribui com 17% das florestas remanescentes no mundo e tem o terceiro maior bloco de floresta mundial.

A retirada das matas tem sido uma prática permanente que levou à destruição da Mata Atlântica e se estende com índices alarmantes ao cerrado e à Floresta Amazônica. O desflorestamento resulta de processos, ora legais, ora da retirada ilegal de árvores para fins econômicos, para alimentar a indústria madeireira, alargar a agricultura e a criação de gado. Outros fatores implicam também o desflorestamento em todo o país como o aumento das áreas urbanas, construção de rodovias e o desenvolvimento da indústria.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, sobre a detecção de desflorestamento da cobertura florestal da Amazônia no mês de julho de 2009, apontam um aumento do desflorestamento em relação aos anos anteriores, cujos índices ora crescem ora decrescem.

Os estados do Pará e Mato Grosso aparecem com o maior índice de avanço de desflorestamento do país em 2009, cuja fiscalização como atividade ilegal é de difícil execução. Em 2010, o sistema DETER – Detecção do Desmatamento em Tempo Real, do INPE, registrou 265,1 km² de desflorestamento na Amazônia Legal Brasileira no último mês de agosto. A atividade é intensificada nos meses do ano que correspondem ao período de seca, que vai de abril a setembro. Na distribuição do desflorestamento por Estado, o Pará

aparece como o Estado que mais desmatou, totalizando 134,1 km² em seguida Mato Grosso com 54,9 km².

Tal situação é atribuída à ineficiência da gestão dos recursos naturais pelos órgãos ambientais responsáveis, sua atuação é limitada pela falta de estrutura física para a fiscalização e aplicação das normas, o que vem favorecer a continuidade dos delitos ambientais. Todavia, de um ponto de vista crítico, a questão se põe menos em termos de fragilidade da legislação ou de vontade política, mas prioritariamente a causa fundamental, entre outros aspectos, situa-se no ímpeto de um sistema de circulação de mercadorias, com expansão das exportações e com a pressão dos investimentos de capital. O desflorestamento é responsável por diversos impactos ambientais negativos, entre eles a perda da biodiversidade, a degradação do solo, o aumento da emissão de dióxido de carbono.

Nos últimos anos, as ações dos órgãos ambientais, no sentido de aplicar a legislação, juntamente com a criação de políticas de recuperação de áreas degradadas para a contenção do desmatamento e das queimadas, tem-se intensificado na região norte do estado de Mato Grosso. Houve incentivos para as iniciativas de reposição florestal, manejo florestal sustentável e recuperação de nascentes, considerados alternativas importante para a permanência das atividades de exploração da madeira, reduzindo as agressões à natureza.

Em 2009, o Estado aprova o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ que apresenta alguns números da produção agropecuária no Estado. Esse plano aponta para uma expansão das áreas de produção de grãos e da criação de gado sobre os biomas da floresta Amazônica e do cerrado, registrando índices de produtividade crescente entre as décadas de 1990 e 2000.

A área plantada de soja em Mato Grosso, nesse período, cresceu de 15 para 29 mil Km², e, entre os anos de 2000 e 2005, manteve o ritmo de crescimento atingindo 61 mil Km². O rebanho bovino da mesma forma teve crescimento acelerado entre o período correspondente a 1999 e 2005, saltando de nove para 27 milhões de cabeças, mantendo o índice nos anos seguintes com pequena oscilação. (PPCDQ, 2009)

Os números da produção são indicadores que colocam o Estado com as maiores taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia, incluindo os estados do Pará e Rondônia, são responsáveis por 80% do histórico de desmatamento. Desmatamento e queimadas estão associados e representam aspectos importantes da degradação ambiental no Estado, exigindo a atenção dos órgãos competentes na formulação de políticas públicas que promovam o uso sustentável dos recursos florestais.

Os instrumentos e medidas criadas para conter o desmatamento e as demais questões ligadas à degradação dos recursos naturais são considerados recentes no Estado. Só a partir de 1999 foi criado o sistema de controle e monitoramento dos desmatamentos em propriedades rurais e em 2008 é implantado o sistema de monitoramento das queimadas através da tecnologia de satélite.

O PPCDQ/MT tem como meta eliminação do desmatamento ilegal e a forte redução nas emissões de CO₂ e outros GEEs associados ao desmatamento e queimada de vegetação nativa. Estabeleceu como meta para os próximos dez anos a redução da taxa de desmatamento em torno de 89%, tendo como base a média dos últimos dez anos.

Entre as décadas de 80 e 90, tem-se o incremento dos instrumentos de gestão ambiental a partir da elaboração de políticas de controle e regulação como a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, na qual constava um capítulo sobre o Meio Ambiente e vários outros artigos afins, tais como, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e o Código Florestal (Lei 4.771/95).

A partir da legislação foram implementadas políticas públicas nacionais de incentivo ao uso sustentável da biodiversidade como o PNF (Programa Nacional de Florestas) Decreto 3.420, de 2000 para a Implementação do desenvolvimento florestal sustentável e proteção da diversidade biológica. No combate à ação predatória e à agressão ao ecossistema da Amazônia foi criado o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), órgão ligado ao Ministério da Aeronáutica. No sentido da manutenção da diversidade ecológica, foi implantado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

No entanto, tais medidas não concretizam um projeto de sustentabilidade socioambiental uma vez que o ambiente não é composto somente de objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é perpassado por relações socioculturais e interesses diferenciados (ACSELRAD, 2005). Além das atividades madeireiras e do agronegócio, há interesses outros diversos que envolvem o uso dos recursos naturais como a pesca para os ribeirinhos, a diversidade da flora e fauna para os povos tradicionais e indígenas, a resistência de pequenos agricultores ao avanço da monocultura, que estabelecem interações onde a natureza não é vista unicamente como fonte de riqueza e negócios econômicos, mas como fonte, por meio da qual constrói sua identidade e preserva suas relações socioculturais.

Evidenciando conflitos e contradições que resultam da exploração dos recursos naturais onde a natureza é vista unicamente como fonte de riqueza, salientam-se como dados da pesquisa algumas situações que demonstram o confronto gerado a partir da aplicação da

legislação ambiental, vista pelo setor produtivo como entrave ao desenvolvimento. Sinop e outros municípios da região norte do estado de Mato Grosso foram alvo de operações desenvolvidas pela Polícia Federal em conjunto com o IBAMA e o Ministério da Justiça no combate a corrupção ligada a crimes ambientais tendo como foco as atividades ilegais de extração e comercialização de madeira.

Em 2005, ocorreu a operação “Curupira” montada com base em denúncias de crimes ambientais com o envolvimento da superintendência do IBAMA no Estado em ações de desmatamento e exploração ilegal de áreas da Amazônia. Na ocasião, foram expedidos 129 mandados de prisão contra empresários e servidores do IBAMA. As investigações apontaram que os crimes e as irregularidades na exploração dos recursos naturais vinham sendo cometidas há mais de uma década na região e incluía emissão de laudos de vistoria falsos, a exploração de madeiras em áreas proibidas, bem como adulteração e falsificação de ATPF, entre outras irregularidades.

Dados do Ministério da Justiça sobre as investigações procedidas pela Polícia Federal na operação “Curupira” identificaram a existência de 431 empresas fantasmas cadastradas no IBAMA. O volume de madeira fraudada atinge dois milhões de metros cúbicos, o equivalente a 76 mil caminhões que, enfileirados, cobririam a distância entre Brasília e Rio de Janeiro (em torno de 1,2 mil quilômetros), de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, texto online).

Em 2008, nova operação foi realizada a fim de conter o desmatamento na Amazônia. Dessa vez, denominada de operação “Arco de Fogo”, foi desencadeada pela Polícia Federal nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso com a finalidade combater a extração e comercialização ilegal de madeira (site notícia do MJ). As ações eram voltadas para a apreensão de madeira, caminhões, motosserras e destruição de fornos de carvão. Foram presas 86 pessoas e instaurados 124 processos por delitos ambientais.

A ação do Estado no controle do processo de devastação da Amazônia envolvendo a força policial repercutiu de forma negativa na opinião pública e de maneira efetiva na economia dos municípios que foram alvos das operações. O fechamento de madeireiras que operavam de forma irregular elevou o índice de desemprego nos municípios atingidos.

A área urbana de Sinop concentra os diferentes aspectos da agressão ao meio ambiente. Com relação à mata, a cidade ainda preserva algumas reservas e parques onde a vegetação se encontra conservada, mas nem todas são áreas de domínio público, então se verifica que aos poucos estão sendo retiradas para se transformarem em loteamento de

imóveis, levando à degradação os córregos e nascentes que cortam a cidade. São num total de 12 reservas localizadas no perímetro urbano do município, assim identificadas: R1 e R2 cortadas pelo “Córrego Nilza”; R3 comporta um viveiro de mudas administrado pelo município; R7 é cortada pelo “Córrego Marlene”; R10 e R11 foram transformadas em parque florestal e a R12 que abriga o “Córrego Iva”. (Colonizadora Sinop, 2011).

No sentido de proporcionar melhor acesso do cidadão as áreas verdes da cidade, a secretaria da cidade tem trabalhado na recuperação, paisagismo e urbanização das reservas florestais.

Esses elementos representam um conflito socioambiental na medida em que a natureza é submetida a um processo de devastação voltado a interesses estritamente econômicos. As riquezas produzidas pela grande propriedade não são distribuídas entre as demais classes sociais, o que vem favorecer a concentração da terra, a expulsão do pequeno produtor de sua propriedade e o acirramento dos problemas sociais. Quando a continuidade dessas atividades é ameaçada, reportando ao caso das intervenções ao desmatamento descritas acima, há um movimento de resistência a fim de garantir a hegemonia sobre os espaços e suas formas de utilização.

3.3.2 Consumo, qualidade de vida e resíduos sólidos

A maioria dos problemas ambientais urbanos está relacionada à falta de infraestrutura de acesso aos serviços básicos como esgotamento sanitário, água tratada, coleta e tratamento de resíduos sólidos, além da poluição sonora e aérea. A ausência de serviços de coleta e o destino inadequado dado ao lixo doméstico, industrial e hospitalar constituem-se a problemática enfrentada pela maioria das cidades brasileiras. Soma-se a isso a adesão dos cidadãos nas exigências de práticas social e ambientalmente adequadas. Os impactos relacionados a esta questão são a contaminação hídrica e a poluição atmosférica, mas isso não ocorre por falta de recomendações de acordos intergovernamentais e da legislação ambiental.

As políticas destinadas a resíduos sólidos no Brasil foram instituídas pelo IBAMA e MMA a partir da Portaria Normativa nº 45, de 1995 do IBAMA, foi criado a REBRAMAR (Rede Brasileira de Manejo Ambiental de Resíduos) com a finalidade de promover o

desenvolvimento de programas de gestão de resíduos, disseminarem tecnologias apropriadas e estratégias sobre o manejo de resíduos.

O MMA criou o Programa Brasil Joga Limpo em 1999, com o objetivo de reduzir a geração do lixo, melhorar e aumentar sua coleta garantindo uma disposição final adequada e o Programa Nacional Lixo e Cidadania criada pelo UNICEF/MMA em 1999 com a finalidade de incentivar programas de coleta seletiva, erradicar lixões e inserir em um contexto social pessoas que “vivem” dos lixões. Em 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos por meio da Lei 12.305 que determina os princípios, objetivos, instrumentos e metas adotadas pelo governo Federal para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

O hábito de consumo de produtos industrializados gera a problemática dos resíduos sólidos de diferentes tipos e com longevidade para a sua reintegração à natureza, como os plásticos e metais, quando não produtos químicos contaminantes. A destinação em locais inadequados como às margens de estradas, terrenos baldios, nos rios levando enchentes e proliferação de doenças.

É de competência dos governos estaduais e municipais a gestão dos resíduos sólidos, através de legislação específica orientada pela Lei N.9.605/98, que os obriga a promover ações no sentido de dar destino adequado aos resíduos, bem como de orientações de cunho educativo à população que contribuam com a sustentabilidade ambiental.

Em Mato Grosso, como nos demais estados brasileiros, encontra-se essa problemática em quase todos os municípios. Com uma área de 901.420 Km² e população de 2.800,000 habitantes, divididos em 141 municípios, a questão da destinação e tratamento de resíduos sólidos se apresenta como uma problemática que tem afetado a qualidade de vida da população e contribuído para a degradação da natureza.

Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 (IBGE) revelou que 100% dos municípios do Estado, possuem algum tipo de serviço de manejo de resíduos sólidos, destes apenas três (27%) da população dispõem do serviço de coleta seletiva. Dados do mesmo instituto de pesquisa, no ano de 2000, revelam que, no Estado, são coletadas 2.163 toneladas de lixo por dia, sendo que 877,10 possuem destinação final nos terrenos a céu aberto, ou lixões.

Os problemas acarretados ao ambiente e à saúde humana por falta de infraestrutura para o recolhimento, destinação e tratamento do lixo e dos resíduos sólidos são a

contaminação das fontes de água por meio do chorume, a produção do gás metano, a proliferação de vetores responsáveis por doenças, entre outros danos ambientais de interferência na regulação dos ecossistemas naturais.

No tocante aos resíduos sólidos, Mato Grosso apresenta altos índices de contaminação do solo por depósito e estocagem de praguicidas em áreas agrícolas, sendo que o descarte e destinação correta das embalagens também é um aspecto a ser considerado. O Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade do Solo (Sissolo) identificou em Mato Grosso, no período de 2004 a 2008, 220 áreas de solo contaminado, com uma estimativa de 111.650 habitantes potencialmente expostos a contaminantes químicos. A maior parte das áreas cadastradas (47) como depósitos de agrotóxicos. Tanto a população quanto os recursos naturais, vegetação, solo, água e animais se encontram vulneráveis e expostos a riscos advindos do uso desses produtos.

No município de Sinop, a coleta é primária ou apenas para proporcionar asseio em determinado território em detrimento de outro, pois sem remeter à recomendação de reutilizar ou de reciclar. Os resíduos são depositados em um aterro controlado, próximo à área urbana da cidade, aquém da possibilidade de reaproveitamento de resíduos para diferentes finalidades. Com o crescimento da cidade há também um acúmulo crescente de resíduos das indústrias e hospitais que necessitam de coleta e tratamento específicos.

Hoje com aproximadamente 114 mil habitantes, e a quarta cidade em população no Estado, Sinop necessita se adequar às normas ambientais com relação ao manejo dos resíduos sólidos, que, ao serem depositados em valas, acarreta a degradação do solo, a infiltração de poluentes no lençol freático comprometendo a qualidade da água e o aumento da proliferação de vetores expondo a população a doenças.

Uma alternativa viável para que se reduzam as áreas e o volume de lixo nos aterros sanitários e nos populares “lixões” seriam, por exemplo, incentivar o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos e a transformação do lixo orgânico em adubo natural. Entretanto, essas ações dependem do engajamento dos órgãos governamentais para propor iniciativas de caráter educativo a fim de sensibilizar a população no tocante a problemática. Trata-se de maior empenho do poder público na destinação de recursos e na formação de gestores e professores para a viabilização de programas e projetos de educação ambiental voltados para o ensino formal e não formal. Além disso, é necessário incentivar e promover a organização de cooperativas e associações de catadores.

3.3.3 Consumo de água, poluição hídrica e saneamento básico

As cidades concentram o mais intenso processo de agressão e exploração aos recursos naturais impulsionado pelo consumo, e concentração de população. A urbanização exige a intervenção sobre os lençóis freáticos, os recursos hídricos, a retirada de vegetação, assim como a produção de resíduos e poluição do ar. Ao mesmo tempo em que representa progresso, e é considerado o centro político e administrativo do capital, a cidade produz a artificialização da natureza e conseqüentemente imprime ao ambiente natural algum nível de degradação.

A concentração de empreendimento comercial e industrial em áreas urbanas, que apresentam um potencial de poluição por descarte de efluentes líquidos e que não possuem mecanismos de tratamento que se enquadram nas leis ambientais, podem transformar-se em ameaças aos recursos hídricos.

A poluição hídrica é caracterizada pela contaminação da água provocada pelo lançamento do esgotamento sanitário doméstico e de efluentes de indústrias e empreendimento comerciais nos rios, córregos e pela contaminação do lençol freático (águas superficiais ou subterrâneas). Os impactos ambientais relacionados à poluição hídrica são o comprometimento dos ecossistemas naturais e, na saúde, o impacto está relacionado ao aumento de problemas tais como as doenças de veiculação hídrica.

Entre as políticas nacionais de recursos hídricos e saneamento, destaca-se a criação do SNGRH (Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos) Lei 9.433, de 1997, que visava introduzir novos instrumentos e mecanismos de gestão devido à constatação da má gestão dos recursos hídricos e ambientais; a do PQA (Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica), de 1995, com a finalidade de apoiar de forma técnica e financeira o preparo de programas de investimento destinados ao saneamento.

Além dessas políticas, é preciso destacar também a criação do PROSANEAR (Modalidade do Programa Pró-(Saneamento), de 1995, com o objetivo de promover ações integradas de saneamento, com a participação da comunidade e a do PRÓ- SANEAMENTO, de 1995, com o objetivo de promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população. Medidas mais recentes sobre políticas de saneamento no âmbito federal estão, por exemplo, a Lei N° 7.638, de 16 de Janeiro 2002, que dispõe sobre a política

estadual de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cria o Conselho e o Fundo Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dá outras providências.

A infra-estrutura insuficiente das cidades brasileiras é uma realidade persistente e a falta de esgotamento sanitário parece o mais grave para a contaminação das águas doces. Apenas 20% das cidades mato-grossenses possuem algum tipo de serviço de coleta e tratamento de esgoto (IBGE, 2008). Sobre a gestão dos serviços de saneamento básico em Mato Grosso, existem as importantes contribuições de Marta Arretche, (1995), pesquisadora de políticas públicas da USP (Universidade de São Paulo) e IPEA, que realiza em seu trabalho o mapeamento das tendências de reestruturação do setor, a fim de identificar as estratégias adotadas pelos estados para a oferta dos serviços.

Em meados da década de 80, por um processo de descentralização de políticas públicas de saneamento, os serviços deixaram de ser responsabilidade direta do governo federal. A esse processo Arretche denomina de “reforma sem reforma”, pois tais estratégias implicam incertezas quanto à preservação do interesse público e à realização das metas de universalização dos serviços.

Para Mato Grosso, a reforma representou a devolução da gestão do Estado, que até 1996 era de responsabilidade do órgão estadual (SANEMAT), para os municípios que passaram a criar seus próprios sistemas de água e esgoto por meio de consórcios municipais ou a contratação dos serviços de empresas privadas. A municipalização da gestão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta de esgotos reflete um descomprometimento do Estado, sobretudo no que diz respeito à universalização dos serviços, pois os municípios pequenos e mais isolados, e com baixa arrecadação não teriam condições financeiras de contratar os serviços ou de criar seus próprios sistemas. Além disso, com o poder de decisão nas mãos dos gestores municipais, a oferta de serviços de esgotamento sanitário, que requer maiores investimentos, tem sido protelada constituindo-se pautas de acordos e negociações políticas.

O município de Sinop não possui redes coletoras de esgoto, todos os dejetos são depositados em poço negro ou fossas sépticas, favorecendo a contaminação do solo e do lençol freático, elevando o índice de doenças relacionadas ao consumo de água não tratada. Numa cidade do porte de Sinop, a ausência de rede coletora do esgoto doméstico inevitavelmente contamina o lençol freático, razão pela qual as águas superficiais em todo perímetro urbano se tornam impróprias para consumo humano. A implantação de redes coletoras e de tratamento de esgoto ainda se encontra em estudo.

Verifica-se que o poder público municipal priorizou a estrutura urbana de planejamento de ruas, avenidas e logradouros da cidade e deixou para segundo plano a questão da infraestrutura de saneamento básico, principalmente a rede coletora de tratamento de esgotos e resíduos sólidos, descumprindo assim as normas ambientais. Sendo assim, os impactos ambientais e suas consequências sobre a saúde do homem decorrem, entre outros aspectos, da negligência do poder público na disponibilização de infraestrutura urbana adequada para atendimento das necessidades básicas como água tratada e coleta de lixo, tratamento do esgoto doméstico.

Com relação ao abastecimento de água no município, há por parte dos órgãos ambientais, a preocupação com a preservação e recuperação de nascentes e córregos urbanos degradados pelo desmatamento e atividades comerciais. Nesse aspecto, é necessário o planejamento tanto para as medidas de conservação quanto a capacidade de suporte do recurso água, uma vez que a população vem crescendo, evitando assim a escassez no futuro.

A água para abastecimento doméstico, comercial e industrial é oriunda de poços artesianos, o que favorece a contaminação, pois a região apresenta lençóis freáticos superficiais, exigindo um tratamento de qualidade à água oferecida a população. A oferta do serviço de água tratada na cidade beneficia em torno de 80% da população, é gerida pelo próprio município através do SAES – Sistema de Água e Esgoto de Sinop. No entanto, ainda é muito comum o uso de poços semiartesianos que possuem um alto potencial de sofrerem a contaminação por coliformes fecais, mesmo quando não construídos próximos às fossas domiciliares.

As atividades industriais e comerciais da cidade de Sinop acabam contribuindo para a degradação ambiental por meio do lançamento de efluentes e esgoto sanitário sem tratamento no solo e/ou galerias de águas pluviais e cursos d'água, degradando as nascentes, o que poderá levar à escassez de recursos hídricos na área urbana do município. Sem o planejamento dos espaços urbanos e da verificação da capacidade de suporte dos recursos ambientais disponíveis, corre-se o risco de degradar o ambiente e de ter os recursos escassos. Por ser uma cidade de relevo plano, a cidade de Sinop possui um sistema de escoamento de águas pluviais através de valas abertas, ocasionando problemas com acúmulo de lixo e proliferação de mosquitos.

O município é cortado por vários rios muito pequenos que, na época de seca severa, acabam secando ou ficando só um filete de água. Com o crescimento da cidade, esses cursos de água dentro ou próximo da cidade, não tem suporte em sua maioria de diluição de

efluentes. São rios que às vezes tem suas nascentes degradadas em áreas de preservação permanentes, e como não são rios grandes ou com grande potencial de volume hídrico, com a degradação acabam diminuindo mais e não comportando volumes grandes de diluição de esgotos e efluentes.

A região conta com apenas dois rios com volume de água com capacidade de diluição de resíduos, o rio Curupi e o rio Teles Pires, os demais tem pouca capacidade de diluição de efluentes, representando problema para a expansão do distrito industrial na cidade.

A discussão em torno da preservação e utilização dos recursos hídricos, no âmbito do município de Sinop, por parte dos órgãos ambientais, sociedade organizada e instituições de ensino, inicia-se na presença de um quadro de degradação considerável de nascentes na área urbana, matas ciliares e poluição das águas. A região pode ser afetada pela escassez de recursos hídricos se não houver um planejamento de expansão da área urbana e medidas efetivas para a recuperação e conservação de nascentes e mananciais.

3.4 Os órgãos ambientais e a gestão do meio ambiente em Sinop

O entendimento da dimensão ambiental, conectada à cultura, à economia e às diferentes formas de ocupação e utilização dos espaços, tem-se configurado como elemento importante de argumentação, disputa e negociação entre grupos sociais e setores do estado do Mato Grosso, gerando respectivas de mediações de conflitos socioambientais. Neste sentido, a discussão do papel dos atores sociais na constituição de agendas públicas refere-se, em particular, ao envolvimento destes com o uso e a gestão dos recursos naturais. Suas ações orientadas pelas políticas ambientais intuem primordialmente o sentido de conter os processos de devastação e de munir o espaço urbano com saneamento básico adequado.

Esta seção visa apresentar os órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas ambientais no estado de Mato Grosso e no município de Sinop (MT), identificando alguns aspectos da atuação e intervenção destes para a preservação e conservação dos recursos naturais e da gestão que visa promover o bem-estar das populações que interagem nesses espaços. São eles: O IBAMA, a SEMA, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria da Cidade.

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - é o órgão ambiental federal ligado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA. É responsável pela gestão integrada dos recursos ambientais, e tem como objetivos institucionais o licenciamento ambiental, o controle da qualidade ambiental, a autorização de uso dos recursos naturais, a fiscalização, monitoramento e controle ambiental. Atua na execução da política federal ajudando e fortalecendo a gestão dos recursos naturais nos municípios e nos estados, orientada pelo SISNAMA, Sistema Nacional de Meio Ambiente.

A atuação do órgão no Estado e região se dá através das superintendências regionais e se concentra em torno da fiscalização de áreas florestais combatendo os crimes contra a fauna e flora, a fiscalização e a liberação de atividades comerciais que envolvem a utilização de recursos naturais como a madeira e demais recursos florestais. As ações de fiscalização da fauna se dão na regulamentação e controle da atividade pesqueira e da execução de ações de controle e transporte da comercialização de espécimes da fauna silvestre.

As ações de fiscalização, na área da flora, ocorrem com o combate à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular nos diversos ecossistemas existentes, de modo a reduzir os níveis de exploração. O acompanhamento e controle das atividades que envolvem recursos florestais são feitos por meio de sistema de monitoramento das áreas em que ocorrem desmatamentos e queimadas.

A execução dessas ações geralmente são realizadas em conjunto com outros órgãos como SEMA, ICMbio, Polícia Federal e de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais. De acordo com o Relatório de atividades de fiscalização do IBAMA, no ano de 2007, o Mato Grosso está entre os três Estados da Amazônia Legal com o maior número de autos de infração lavrados com relação à degradação da fauna, à flora, à pesca, à poluição e à degradação (Relatórios anuais, 2007, IBAMA).

A SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente do estado de Mato Grosso – criada em 2005, concentra suas ações de gestão do meio ambiente a partir de diversos ferramentas como o Sistema de Monitoramento e Licenciamento Ambiental, Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ, o Conselho Estadual de Meio Ambiente -CONSEMA e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

É forte a atuação do órgão na questão do desmatamento e das queimadas, considerados como os problemas ambientais mais críticos do Estado, os quais se originam na base de sustentação econômica que é a concentração fundiária em torno do setor agropecuário. O município de Sinop conta com um minipólo regional da SEMA que atua diretamente na área

da gestão florestal, executa vistorias para planos de manejo, licenças ambientais e fiscalização das reservas e das florestas públicas e privadas. Além disso, executa também vistorias e análise de processos de licenciamento para liberação de atividades industriais e comerciais, controlando os impactos de poluição por parte de empresas na zona rural e urbana.

Nesse sentido, a SEMA têm atuado na gestão florestal realizando o monitoramento e fiscalização de áreas rurais, reservas florestais e unidades de conservação. Suas ações concentram-se na liberação das licenças ambientais, na análise dos planos de manejo sustentável e no monitoramento do desmatamento, queimadas, exploração de madeira e na detecção de áreas degradadas.

A fiscalização corresponde ao ato de autuação e aplicação de multas por infringir a legislação ambiental, o que no Estado representa um contingente bastante elevado nos últimos anos. Em 2008, a SEMA/MT intensificou a fiscalização sobre a exploração e transporte ilegal de produtos florestais, fato que resultou na aplicação de 504 autos de infração por desmatamento ilegal, atingindo o valor de R\$ 221 milhões, totalizando um aumento no número de autos de 64% em relação ao ano anterior. (RODRIGUES e OLIVEIRA, 2010).

Em termos de queimadas, em 2008, foram aplicados 423 autos de infração chegando ao valor de R\$ 963 milhões. O aumento com relação ao ano anterior foi de 404% (RODRIGUES e OLIVEIRA, 2010). As ações de combate aos passivos ambientais no Estado dependem de maior eficiência da atuação dos órgãos ambientais como a SEMA e o IBAMA. Essas ações só podem ser viabilizadas com investimentos na estrutura física.

A SEMA, como órgão estadual de gestão do meio ambiente por meio da sua superintendência regional em Sinop, atua diretamente no controle e fiscalização de atividades industriais e comerciais com potencial predatório relacionadas aos recursos naturais como a atmosfera, o solo e a água. Os empreendimentos passivos de controle ambiental são os frigoríficos, suinoculturas, aviários, postos de combustíveis, hospitais, clínicas, comércios, atacadistas, no que se refere ao descarte de resíduos sólidos e líquidos e poluição do ar e às obras de infraestrutura urbana, pavimentação asfáltica, drenagem urbana, esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água, tanto da zona urbana quanto da rural. Todas essas atividades dependem da licença ambiental concedida pelo órgão governamental para que possa iniciar suas atividades.

O problema relacionado a atividades que destroem os recursos naturais está no não cumprimento da legislação ambiental por uma grande parcela de empreendedores, sobretudo

os pequenos e médios que, por desconhecerem ou por não terem condições financeiras de se adequarem à legislação, mantêm suas atividades fora das normas técnicas ambientais. A falta de estrutura física é apontada pelos gestores ambientais pesquisados como fator determinante da pouca eficiência do órgão na gestão adequada dos recursos naturais no Estado.

Os gestores apontam que há certa pressão política e econômica que favorece uma maior concentração das atividades na área de licenciamentos ambientais, pois viabiliza a geração de empregos, liberação de créditos para as empresas. A fiscalização e o acompanhamento direto de atividades poluidoras ficam prejudicados pela falta de estrutura física e humana, e só acontecem mediante denúncias o que vem favorecer os delitos ambientais.

É recente no cenário mato-grossense as discussões que envolvem a recuperação, preservação e manejo das bacias hidrográficas, ficando a cargo da SEMA enquanto órgão gestor dos recursos hídricos no Estado, a constituição dos comitês regionais. Os comitês definem as decisões locais no âmbito da bacia elaborando as políticas e os instrumentos, tomando medidas de recuperação de áreas degradadas, recuperando nascentes, outorgando a diluição de efluentes e medidas para o uso sustentável das águas. Para tanto, envolve entidades governamentais públicas e usuários de águas.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sinop foi criada em 2009 e institucionalizada legalmente, mas ainda se encontra em fase de definição de suas competências e áreas de atuação na gestão do meio ambiente. Tem como meta a adequação da legislação ambiental à realidade local. Essa Secretaria busca a institucionalização de uma gestão local e regional através de políticas públicas elaboradas localmente que possam ir ao encontro das necessidades e dos interesses econômicos dos produtores, agricultores da região. Por meio de um Comitê Gestor que integra 19 municípios da região norte do Estado, essa Secretaria propõe-se uma gestão integrada e participativa.

O órgão tem focado suas ações na gestão ambiental da área urbana do município dentre as quais se destacam as ações preventivas de combate às queimadas, que no período da estiagem atinge patamares críticos. O uso indiscriminado do fogo tanto na zona urbana quanto na zona rural é um dos fatores que leva à degradação do meio ambiente, gera perdas do ponto de vista da biodiversidade, causa danos ao solo, à vegetação, à fauna, ao equilíbrio ecológico e a saúde da população.

Nesse sentido, em 2009, foi criado o “Protocolo Municipal de Prevenção e Combate ao Fogo de Sinop – MT”, que tem como principal objetivo: “Reduzir a incidência de fogo no

município, através de compromissos e ações a serem coordenados e desenvolvidos pelos diferentes setores interessados em participar e cooperar no trabalho de prevenção, combate e busca de alternativas ao fogo.” (Plano de Ações da Secretaria de Meio Ambiente, 2009).

Como instrumentos de prevenção e combate às queimadas, o órgão tem desenvolvido atividades de fiscalização e aplicação da legislação e ações de educação ambiental com a realização de palestras, seminários e campanhas educativas. Em Julho de 2009, foi realizado o “1º Seminário de Educação Prevenção e Combate ao Fogo no Município de Sinop”. Em 2010, foi realizada Campanha de Educação, Prevenção e Combate às Queimadas “SINOP SEM FOGO”, que consistiu na realização de palestras nas escolas municipais e estaduais. O órgão mantém parcerias em projetos com instituições de ensino superior, ONGs e outros órgãos ambientais locais como a SEMA e a Secretaria de agricultura.

Integraram o plano de ações da Secretaria de Meio Ambiente local para 2009 medidas voltadas para a manutenção da limpeza de terrenos baldios que são considerados locais propícios para a criação do mosquito da dengue. A cidade tem apresentado índices preocupantes de registros da doença nos últimos anos. Por isso, a necessidade de haver um controle sobre os imóveis desocupados e uma orientação aos proprietários no sentido de manter esses terrenos limpos.

É preocupação da gestão atual a destinação de pneus inservíveis que possui relação direta com a questão da proliferação da dengue. Nesse sentido, a secretaria iniciou o processo para o Convênio de Cooperação Mútua entre o município e a Associação REICLANIP para o recolhimento de pneus inservíveis e a elaboração do Projeto de Licenciamento Ambiental para a viabilização do depósito de resíduos inservíveis conforme estabelece a legislação.

Outras iniciativas de competência da Secretaria de Meio Ambiente foram implementadas, tais como o projeto piloto que visa prestar assessoria técnica, social e ambiental para os assentados da GLEBA MERCEDES V. Esse projeto é desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do INCRA e da prefeitura municipal. O objetivo é promover a regularização ambiental e o desenvolvimento sustentável dos assentados, capacitando-os e também as suas organizações visando à apropriação de conhecimentos e de tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para a agricultura de base ecológica.

Dentre as metas para 2009 e 2010, foram estabelecidas as seguintes ações: Implantar um plano de Gestão Ambiental Municipal de Resíduos; implementar o Conselho Municipal

de Meio Ambiente; desenvolver atividades de educação ambiental formal e informal; implementar a Agenda 21 local; participar diretamente nos estudos do zoneamento regional (Plano de Metas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sinop).

A Secretaria da Cidade tem por responsabilidade, sobretudo, o gerenciamento da cidade, oferecendo à população os serviços de limpeza urbana que incluem o recolhimento do lixo doméstico, hospitalar, comercial e industrial e a parte de limpeza urbana de ruas e da área central da cidade, o que corresponde a poda de árvores e varrição de ruas, praças e logradouros públicos. São de responsabilidade da Secretaria o asfaltamento das ruas, a canalização de esgotos e o paisagismo. Atualmente, além dos serviços rotineiros de coleta dos resíduos sólidos e da limpeza urbana, estão sendo realizadas a recuperação e urbanização das orlas florestais das reservas existentes na cidade.

3.5 O olhar dos atores sobre os conflitos ambientais

Este item do trabalho pretende expor a visão dos atores sujeitos da pesquisa, sobre o cotidiano de suas práticas no desempenho da atividade de gestão ambiental exercida sobre a efetividade das políticas ambientais para a mediação dos conflitos ambientais, oriundos do modelo de desenvolvimento econômico implantado na região. Cabe interrogar o olhar a partir do qual os atores percebem a gestão dos conflitos por meio dos executores das leis ambientais. Em que medida as normas ambientais e as sanções decorrentes destas, quando aplicadas pelas agências governamentais, podem de fato reduzir os processos de devastação e as consequências perversas resultantes da expansão da fronteira agrícola na região.

A extração madeireira, garimpeira, agropecuária e o agronegócio impulsionaram o desenvolvimento da região norte matogrossense a partir de um modelo de produção capitalista, gerando o desenvolvimento social desigual e marcado pela degradação do meio ambiente. Essa face conflitiva está diretamente ligada ao uso da terra, à produção de alimentos, à distribuição de renda e à fixação da população, seja no campo ou na cidade.

Nesse contexto, os descompassos socioambientais se traduzem nas tensões ligadas à legislação ambiental e às ações como as do monopólio do capital na agricultura, as da violência em torno da posse da terra, visando o controle dos espaços, e as da pobreza oriunda da distribuição desigual da renda. De forma similar, situam-se os conflitos em torno da ocupação e ordenamento do espaço urbano e as medidas de políticas endossadas pelo Conselho municipal do meio ambiente e as Secretarias Municipais.

Os problemas socioambientais, que afetam a comunidade local ou que são destacados pela população em seu discurso, decorrem da confrontação de interesses, bem como da característica das relações que originam as práticas em que a natureza é apropriada e transformada pelo processo econômico. Os passivos ambientais e sociais decorrem tanto da devastação da floresta amazônica e do cerrado através do uso predatório do solo pelo agronegócio, quanto da formulação ou ausência de uma política de ocupação e de gestão do espaço urbano com os seus diversos atores sociais.

Os dados permitem afirmar que os olhares dos atores, na tentativa da compreensão e interpretação dos conflitos que envolvem a exploração e transformação dos espaços e seus recursos naturais, são gerados por processos simbólicos e subjetivos que envolvem aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, é pertinente abordar o conceito de “reapropriação social da natureza” com base no pensamento de Leff (2009), esclarecendo que os custos ambientais e a valorização dos recursos naturais são percepções construídas em processos sociais também fora do âmbito econômico.

Assim, a reapropriação social da natureza ocorre em processos de disputas e resistência à capitalização dos recursos naturais (LEEF, 2009). Nesse processo não são consideradas apenas as condições ecológicas para se alcançar o desenvolvimento sustentável, ocorre à valorização da cultura enquanto potencial para um desenvolvimento alternativo, que abre caminhos e possibilidades para melhorar as condições de sustentabilidade e qualidade de vida.

Os posicionamentos dos atores sociais em face das questões relacionadas à ocupação do espaço e os conflitos socioambientais advindos da exploração dos recursos naturais convergem para uma visão crítica e de uma postura política, apontando a política de desenvolvimento econômico como principal fator de degradação dos recursos naturais. Afirma o analista ambiental do IBAMA que “o modelo econômico é errôneo, onde o capital, o desenvolvimento travestido em produzir alimentos para uma população mundial faminta e crescente, se sobrepõe às necessidades ambientais de toda a população mundial”.

Para Leff (2009), a racionalidade econômica, que legitima o progresso e o desenvolvimento transformando a natureza em mercadoria na civilização moderna, nega a mesma natureza como sendo o gerador dos processos de destruição ecológica e degradação ambiental. Denota-se que o gestor compreende que as políticas públicas e as medidas governamentais adotadas para a região com a finalidade de integrá-la a economia nacional e

mundial estão na origem da devastação dos recursos naturais e dos problemas socioambientais que afetam a região norte de Mato Grosso.

Zhour e Laschefski (2005) observam uma retomada de políticas públicas no Brasil, voltadas para a viabilidade de obras de infraestrutura, tais como rodovias, hidrovias, hidrelétricas e o agronegócio. Ao estimular o crescimento econômico e promover a integração ao mercado internacional globalizado e a respectiva ótica política de implementação, há um processo de acirramento dos conflitos entre as esferas econômica, social e ambiental.

No contexto estudado, tornam-se cada vez mais perceptíveis as diferentes faces dos conflitos que anunciam a crise ecológica que se manifesta como uma crise de civilização. Sinop apresenta conflitos relacionados à fauna (onde se insere a pesca predatória, a caça e o contrabando de animais silvestres), à flora com o desmate e a biopirataria comprometendo sua diversidade, os conflitos agrários, a mineração, a expansão da cidade e a exploração do trabalho.

Os conflitos revelam os elementos que constituem a problemática ambiental da região que se estendem de questões ecológicas a questões sociais, de destruição da natureza a exploração do trabalhador e do indígena.

O processo de crescimento econômico por meio da apropriação indevida e sem controle da natureza, se dá a partir do confronto de interesses em que estão presentes relações de poder. Os depoimentos dos atores responsáveis pela gestão do meio ambiente no município de Sinop expressam que a legislação sofre a interferência desses jogos de interesses, colocando em segundo plano a preocupação com os recursos naturais. O gestor ambiental do IBAMA afirma que

“apesar das pressões de organismos externos, de movimentos populares (MST, Pastoral da Terra, ONGs), há movimentos contrários que buscam novas formas de se promover desmatamentos, nem que para isso o lobby dos grandes produtores promova alterações na legislação, comprometendo APPs e Reservas Legais, dentre outras alterações propostas”.

A legislação ambiental é fruto de discussões e demandas de diversos setores e instituições da sociedade, porém as falas evidenciam que ela pode ser manipulada politicamente, no sentido de atender a interesses de grupos no poder quando deixa de ser aplicada ou quando sofre alterações no sentido de beneficiar ou atender determinadas demandas.

Determinadas ações de regulamentação ambiental e a aplicação da legislação são vistas pela sociedade como ações que somam para denegrir a imagem dos cidadãos que contribuem para o progresso da região e são interpretadas como medidas impeditivas do desenvolvimento local. Para o gestor ambiental do IBAMA,

“nas regiões norte e centro-oeste encontram-se barreiras promovidas pelos grandes interesses econômicos, que manobram as massas por meio de mídia infiltrada de políticos e grandes produtores, induzindo a população a acreditar que todas as mazelas que sofrem, são por conta das ações, ditas truculentas, do IBAMA, da PF, da Força Nacional”.

Os órgãos ambientais são atacados numa clara tentativa de construir um discurso para justificar e legitimar a permanência das atividades dos atores responsáveis pela degradação ambiental.

Uma situação recente ocorrida na região que atingiu diretamente o município de Sinop expõe de forma clara a contradição inerente ao modelo econômico voltado ao agronegócio de exportação, por meio das operações realizadas pela polícia federal para conter a exploração e transporte de madeira ilegal a partir de 2005, já mencionada no item anterior.

As ações promovidas pela polícia federal em conjunto com os órgãos ambientais (SEMA e IBAMA) tiveram repercussão negativa em toda a região, sendo consideradas de um modo geral pela população como violentas e desnecessárias. Talvez fosse melhor compreender que os setores políticos dominantes difundem um ideário da livre iniciativa, ao mesmo tempo, em que tratam da sua legitimação no poder e por essa razão a aplicação do ordenamento ambiental vigente é tida como um obstáculo.

Os mecanismos de proteção ao meio ambiente instituídos pelas políticas ambientais foram amplamente criticados por representarem, segundo a opinião pública um entrave ao desenvolvimento e ao crescimento econômico da região. Considera-se que a legitimidade das ações conduzidas pelos órgãos ambientais nesta situação sofre com o descrédito mesmo que seja um envolvimento para o desvendamento dos crimes ambientais.

As repercussões das ações resultaram em mudanças na gestão ambiental do Estado. A gestão florestal foi repassada ao Estado ficando a cargo da SEMA, cabendo ao órgão federal, representado pelo IBAMA a supletividade da fiscalização. Nesse sentido, foram criados: o MT Legal e o CAR³⁰ visando aprimorar a gestão ambiental por parte do governo de Mato

³⁰ O Programa Mato-Grossense de Regularização Ambiental Rural (MT Legal) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi criado pela Lei Complementar nº 343, de 24 de dezembro de 2008, e regulamentado por meio de Decreto nº 2238, de 13 de novembro de 2009. Seu objetivo é promover à regularização ambiental das

Grosso. Tal fato evidencia que a legislação ambiental é reformulada para dirimir os conflitos, mas também para atender interesses no sentido de compatibilizar crescimento econômico e preservação ambiental. O crescimento econômico centrado no agronegócio promove o choque entre as políticas ambientais de conservação dos recursos naturais e os interesses de grandes produtores do setor na região.

Para Acsegrad (2004), as políticas governamentais, e entre elas as ambientais, cedem ante a pressão de empresas internacionais que realizam investimentos no país. Apesar da retórica, as políticas públicas tendem a se curvar ante os artifícios de valorização da estabilidade econômica impulsionada pelo capital internacional. Ou seja, as políticas se adaptam às exigências do mercado para não perderem investimentos de capital estrangeiro e a possibilidade minguada de geração de empregos a qualquer custo.

Em Mato Grosso, o conflito entre atores, que atuam em defesa dos recursos naturais, com a ótica da sustentabilidade ambiental, e os que defendem interesses estritamente econômicos, aparece nos confrontos e embates ocorridos no processo de elaboração e aprovação do ZSEE do Estado. O projeto aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado é contestado por segmentos da sociedade organizada, dentre os quais se destaca os ambientalistas e grupos minoritários de assentados, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e outros, e defendido pela classe ruralista e produtora.

No olhar dos atores, a problemática ambiental, que se apresenta hoje no Estado, é resultante da ideologia fundada no processo de colonização como mencionado no depoimento. Sentencia o gestor da Secretaria do Meio Ambiente que

“esses problemas foram surgindo exatamente em decorrência desse modelo que foi feito no Rio Grande do Sul, depois veio para o Paraná e Mato Grosso do Sul e hoje Amazônia. Esse é um modelo adotado pelo próprio país, mas principalmente um modelo de uma política ambiental ineficaz, ineficiente ou, pode-se dizer, até inexistente, a qual, como órgão ambiental, teria de dar exemplo, cuidando do meio ambiente e fazendo a gestão dessa política. entretanto, no decorrer desse período, não existiu”.

A partir dos dados apresentados sobre desmatamento e expansão da área produtiva ocupada pelo agronegócio, pode-se dizer que as políticas públicas criadas para promover o desenvolvimento da região foram conduzidas sem considerar os danos ambientais. Os diferentes atores, com referência aos migrantes que foram trazidos para cá, fazem parte da engrenagem de uma política de ocupação do espaço. Os diferentes modelos de colonização,

propriedades e posses rurais junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA. A adesão ao MT-LEGAL é o primeiro passo à obtenção de qualquer licença ambiental para uso ou exploração dos recursos naturais da propriedade rural.

nesse sentido, expandiram um modelo agrário que favorece a concentração da terra, a expansão dos latifúndios, a hegemonia do setor produtivo e a cultura da mata arrasada que combina com progresso social.

A leitura que se pode fazer dos conflitos e do campo de forças exercido entre as políticas de gestão do meio ambiente e o setor econômico, representado pelo agronegócio no Mato Grosso, é que a região, desde o início de sua ocupação, impulsionado pela colonização, esteve inserida num projeto político e econômico voltado ao modelo capitalista de desenvolvimento. Para enquadrar-se no mercado capitalista, o Estado concedeu incentivos fiscais, financiamentos e tecnológicos, os quais proporcionaram as condições da produção em grande escala e instalação de empresas, muitas delas de capital internacional, a fim de dar suporte à atividade do agronegócio.

Dessa forma, possibilitou-se que o setor produtivo e a classe política, ligada a ele, passassem a influenciar e controlar as políticas públicas e os investimentos dando prioridade aos fatores coniventes com a devastação florestal e o uso predatório do espaço. Portanto, a espinha dorsal do conflito está nos passivos ambientais e sociais gerados nesse processo, do qual grande parcela da população do Estado não participa dos dividendos e riquezas produzidas no Estado.

“Mato Grosso registra o maior crescimento do PIB no Brasil – Produto Interno Bruto do Estado fechou 2008 com R\$ 53, 023 bilhões. Valor é 128% superior ao de 1995 e o crescimento de MT supera até mesmo a média nacional, de 47% (Jornal O Celeiro do Norte, Sinop, 20 de Nov./2010). Os resultados do crescimento econômico concentram-se apenas nas mãos da população ligada ao setor produtivo, chegando a impulsionar os setores de serviços e o comércio, mas sem reflexos importantes para alterar a distribuição da renda per capita. Ou seja, as riquezas produzidas no Estado não são distribuídas de forma equitativa entre a população, para não dizer que a expansão do mercado de consumo de uns é a maior exclusão de outros segmentos sociais.

A natureza, nesse contexto, é o lugar da exterioridade, passível de ser domesticada e convertida em recurso natural sobre a qual se exerce as estratégias de poder e dominação. Para Santos (2008), a colonização está conectada ao modelo de descobertas imperiais. Nesse modelo, os descobridores submetem os descobertos a uma condição de inferioridade. A produção da inferioridade se dá na desqualificação, na transformação do outro em objeto ou recurso natural, submetendo-os aos mecanismos de imposição econômica.

Outro aspecto recorrente identificado nas falas dos atores é com relação às condições estruturais, tanto físicas quanto humanas de aplicação da legislação ambiental. A legislação, por si só, não concretiza ações de preservação e conservação dos recursos naturais, porém é preciso que o poder público adquira, ofereça e articule as condições de exequibilidade dessas ações para que produzam os efeitos esperados. Na maioria das vezes, os discursos ressaltam a falta de estrutura para a aplicação das normas ambientais de tal forma que se favorecem os delitos ambientais, cuja ótica revela o baixo grau de consenso em torno de uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental.

Na mesma ordem, verifica-se que os problemas ambientais são agravados não somente pelo descumprimento da legislação, mas também pela ausência de informação ou controvérsias que diluem a energia da idéia de pensar nas futuras gerações. Parte da população não conhece efetivamente a legislação, por falta de acesso à informação adequada sobre ela ou por sua incapacidade de tradução para o seu cotidiano. Na maioria dos casos, os pequenos empreendedores, com frequência, não possuem condições financeiras dentro de um mercado concorrencial de se adequar às normas ambientais em face da sua condição subordinada.

Indagado sobre a forma como o usuário empreendedor vê a legislação, O analista ambiental da SEMA respondeu

Normalmente se assuntam, não conhecem ou o desconhecimento é grande da legislação ambiental, principalmente desses empreendedores. E a gente percebe que todas as vezes que chega algum documento da Sema ou alguma fiscalização é um susto (Analista ambiental, SEMA).

Apesar dos avanços em relação às políticas públicas ambientais e do fato de a gestão das questões ambientais terem passado por um processo de democratização que permitiu a ampliação da participação da sociedade civil a partir dos anos 80 e 90, verifica-se que uma parcela da população, no século XXI, não tem acesso às informações e são mantidos à margem do processo de formulação e execução de políticas públicas.

Segundo Cunha e Coelho (2009), a inclusão de novos atores é dificultada pela ação centralizadora das instituições públicas, pois a participação é limitada a determinadas etapas dos projetos, entre outros aspectos. Dentro da lógica de disputa pelo poder, a tendência é pela escassez dos incentivos à participação qualitativa mesmo que, do ponto de vista institucional, estejam garantidos à população os espaços democráticos. As formas convencionais de participação nos processos democráticos dos diferentes setores da sociedade não garantem que as reflexões e idéias sugeridas sejam incorporadas aos

programas e políticas ambientais, porque, em muitos casos, esses espaços são promovidos apenas para se cumprir uma formalidade legal (SIQUEIRA, 2008).

Os desafios do Estado e da sociedade para a gestão ambiental eficiente estão em criar lógicas de autonomia e de respeitar os instrumentos que permitam a participação dos cidadãos. O anseio se ampara tanto na busca de alternativas para a resolução dos problemas ambientais provocados pelo desenvolvimento, quanto no planejamento e reorganização de políticas que permitam a continuidade do uso dos recursos naturais sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas.

Indagando sobre a eficiência das políticas ambientais, como instrumentos que visam à proteção e à conservação do meio ambiente, as respostas constataam a preocupação com os mecanismos da gestão do ecossistema por meio da efetiva participação da comunidade nas decisões, ou como agente propulsor. Abaixo, a fala do gestor ambiental da Secretaria da Cidade. Diz ele:

Só que eu acho que tem que ser tudo muito mais discutido. Eu acho os conselhos tem que ser mais atuantes, a legislação tem que ser amplamente divulgada. Tem situações críticas e situações urgentes e que interferem diretamente na vida das pessoas. É o caso da preservação dos recursos hídricos; se fala em recursos hídricos o povo pensa lá no Teles Pires; mas não é o Teles Pires, é aqui, é o todo, é o nosso lençol, é o que a gente usa pra beber. Então assim eu penso, algumas políticas são efetivas, são transformadoras, mas elas têm que ser mais envolventes. E a gente tem que além de tudo ainda criar a política da participação, do envolvimento, como fazer essas pessoas participarem: só quando elas se sentem envolvidas no processo.

A narrativa integra alguns elementos que sugerem a reflexão sobre a relação entre crise ambiental e educação. Num contexto em que a sociedade através dos diversos mecanismos de produção material é a principal produtora de riscos ambientais, a educação, que incorpora os princípios que integram o campo do ambientalismo e da sustentabilidade, torna-se um instrumento de transformação da ordem social vigente (LIMA, 2008).

Há a compreensão de que uma gestão eficiente tenderá a envolver os segmentos sociais e forjará, em conjunto, a resolução dos problemas, a partir de participação em conselhos e associações. Identificaram-se, como canais de participação a respeito da questão ambiental no Município de Sinop, os espaços do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o fórum da Agenda 21, as associações de bairros, Sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs e Ocips (Ecodam, Codenorte e Adestec), Sala Verde, e o Comitê Gestor das Bacias Hidrográficas, cuja iniciativa de organização se encontra em fase de constituição.

Nas escolas a participação da comunidade se dá por meio das APMs (Associações de Pais e Mestres). Os canais de informação e interação dos órgãos ambientais com a sociedade são também a internet, divulgações na mídia, materiais impressos utilizados em seminários e campanhas educativas.

Outro aspecto, analisado a partir das ações e percepções dos gestores ambientais, foi com relação às práticas de educação ambiental promovida pelos órgãos ambientais. Todos os entrevistados foram unânimes em apontar a educação ambiental como o principal instrumento de gestão ambiental. Entendem que, por meio de programas e projetos de educação ambiental, do incentivo à pesquisa e do fomento ao cumprimento de normas e padrões ambientalmente corretos, são forjados a base de sustentabilidade socioambiental para a região.

Para o gestor ambiental, a educação tem o papel de sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre os danos que as atividades econômicas desenvolvidas fora das normas ambientais podem provocar ao ecossistema. Os aspectos econômicos como o investimento, o lucro e a viabilidade social de um empreendimento, não devem sobrepor-se as questões da viabilidade ambiental. O Gestor ambiental da SEMA salienta

Então a pessoa que vai implementar um empreendimento tá pouco se lixando. A gente percebe enquanto órgão ambiental, a questão ambiental e social; o negócio é o econômico, o financiamento no banco, é a expansão imobiliária. Em relação às questões ambientais ficam para segundo, terceiro e quinto lugar, não tá muito interessado em relação a isso. Então a gente percebe uma falta de sensibilização e até um egoísmo muito grande das pessoas em relação a questões ambientais.

Em outros termos, esse discurso retrata algumas das ambigüidades dos agentes sociais ante a força do mercado e o ideário ambientalista. Siqueira (2008) aponta como um dos fatores que levam à falta de interesse no cumprimento de normas ambientais legais, a percepção de falta de poder decisório dos atores sociais sobre os problemas ambientais. A solução estaria na promoção de espaços abertos, transparentes e democráticos para que se possa debater sobre os problemas ambientais com a ampla participação social, concedendo à sociedade maior poder político e responsabilidade no uso dos recursos governamentais. Nesse sentido, a narrativa expressa a sua percepção de que a educação ambiental enquanto política pública tenderá integrar inexoravelmente as propostas e metas da gestão ambiental.

Diante do exposto, é possível afirmar que existem deficiências que precisam ser sanadas para poder aprimorar os trabalhos de educação ambiental promovidos pelos órgãos ambientais como Sema e IBAMA na cidade de Sinop. De sua parte, a Sema não possui um setor ou coordenadoria de educação ambiental local, mas ela está abrigada somente na sede

em Cuiabá e esporadicamente o seu corpo técnico realiza atividades de cunho educativo no interior do Estado. As suas ações mais ou menos se reduzem à promoção de seminários e palestras, à divulgação de dados sobre desmatamentos, queimadas e outros temas relacionados às questões ambientais regionais. O IBAMA local, no período em que foi realizada a pesquisa, não dispunha de pessoa responsável pela área de educação ambiental.

Com relação à gestão do meio ambiente urbano como limpeza e paisagismo, o gestor vê a necessidade da implementação de um programa de educação para o gerenciamento da cidade, voltado para a aquisição de hábitos e valores que leve o cidadão a ter responsabilidade social e ambiental. Sob essa ótica, entende-se que o cidadão precisa ser educado para poder colaborar com a limpeza da cidade e a conservação do patrimônio ambiental público. Afirma o gestor ambiental que “a prefeitura não pode continuar limpando a cidade, a gente sempre parte do princípio de que a gente não pode mais deixar a cidade sujar”.

Deve-se atentar para a questão de que os objetivos da educação ambiental extrapolam a formação de atitudes comportamentais e como ação política pode dotar os indivíduos de conhecimentos e valores que lhes permita intervir na realidade a fim de promover uma mudança estrutural referente aos problemas socioambientais. Para Sorrentino (2005), a educação ambiental promove o saber ambiental ancorado em valores éticos, nas regras políticas de convívio social e de mercado que resulta em cidadania ativa gerando sentido de pertencimento e co-responsabilidade; dessa forma, capacita para levar à compreensão e à superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Na voz do gestor público municipal se reconhece a EA formal e informal como instrumento fundamental para melhorar a gestão pública do ambiente urbano. Diz ele

Olha, nem uma política ambiental de preservação que seja conduzida sem o processo educativo eu confio, só fiscalizar não adianta, só multar não adianta, só cercar a reserva não adianta, entendeu, se não tiver um cunho ou uma ação conjunta da educação. A transformação, a urbanização, o cercamento e o cuidado com até a questão da fiscalização, eu não acredito que funcione.

As políticas ambientais urbanas tendem a se destacar no intuito de alcançar seus objetivos de proporcionar qualidade de vida por meio de ambientes limpos e saudáveis mediados pelas ações de cunho educativo. Para a efetivação de um trabalho contínuo de educação ambiental, percebe-se a necessidade de compor parcerias com entidades, entre elas a secretaria de educação e as universidades. O processo de democratização da gestão ambiental exige ações efetivas de educação como forma de atingir os objetivos pretendidos.

O principal desafio colocado à gestão da cidade, nesse início de século, é criar as condições que proporcionem qualidade de vida à população agindo preventivamente a fim de reduzir o nível de degradação dos espaços utilizados para moradias, circulação, lazer e atividades culturais e econômicas. Ao que tudo indica pela complexidade da questão ambiental, o intuito de compatibilizar desenvolvimento social com respeito á capacidade de reposição do ecossistema, por meio de práticas sustentáveis, requer dos administradores municipais a tomada de iniciativas no sentido da abertura de canais de participação da sociedade, da firmeza na negociação com atores sociais e de maior transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos (JACOBI, 1999).

A população, interessada nas questões ambientais do seu cotidiano, necessita ser ouvida ou gerar um espaço de negociação de suas reivindicações, incluindo sobre a oferta de serviços e os investimentos urbanos que de fato representem uma melhora na qualidade de vida. Nessas circunstâncias, o acesso à interpretação da legislação ou das normas ambientais, o conhecimento da biodiversidade local e a aproximação a uma agenda de medidas de proteção ambiental parecem fundamentais a fim de tornar os cidadãos agentes de fiscalização do meio ambiente. Todavia, igualmente, torna-se imprescindível o processo educativo como instrumento de difusão de informações sobre a sustentabilidade ambiental.

4. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS CONFLITOS AMBIENTAIS

Neste capítulo, abordar-se-á o campo teórico da educação ambiental, identificando seus fundamentos e conceitos estruturantes. Ao interagir com o campo empírico da pesquisa, procurou-se refletir sobre o papel que cabe à educação ambiental como mediadora dos conflitos socioambientais. Serão, pois, apontadas as contribuições do processo educativo para suscitar mudanças em direção à cidadania e sustentabilidade do ecossistema do contexto investigado.

As bases teóricas que fundamentam as experiências históricas da educação ambiental começaram a ser estabelecidas quando se passou a reconhecer a existência de uma crise ambiental e como seus desdobramentos integram a pauta de discussões de inúmeros eventos que resultaram em busca de um caminho possível no sentido de uma sociedade sustentável. As elaborações têm sido pontos de partida no reconhecimento do papel central da educação na construção e viabilização de ações permeadas por valores referenciados pelas qualificações da biodiversidade e que resultem em práticas capazes de focalizarem a reintegração do homem com a natureza.

O campo teórico da educação ambiental está fortemente ancorado num movimento histórico de ruptura com a racionalidade utilitarista predominante na modernidade capitalista e seus valores e consequências no cotidiano de relacionamento com os bens naturais. Essa ótica torna a sua ação um processo de transformação e uma contestação fundamentada por princípios de uma tendência crítica. Nesse sentido, a educação ambiental é vista como: “[...] elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalista e da compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade” (LOUREIRO, 2006, p.23-24).

Ora, nesse sentido, a abordagem tende a considerar a educação ambiental como algo intimamente associado ao processo social e histórico como uma premissa fundamental. A tendência crítica toma a preocupação de evitar ocultar ou distorcer a complexidade das questões ambientais nos currículos escolares, ao camuflarem a fragmentação e o reducionismo. As diretrizes metodológicas oferecem uma coerente e consistente crítica à racionalidade instrumental e à mercantilização de todas as dimensões dos bens ambientais.

A tentativa de elaborar alguns princípios da educação ambiental por meio da pressão de acordos ou convenções internacionais, a partir da atuação dos movimentos sociais, do engajamento de grupos socioambientais, científicos e empresariais são construções coletivas compostas por visões distintas ou até antagônicas sobre o nexo da relação ente natureza e sociedade. A reflexão se ampara na complexidade que representam as questões ambientais, as quais envolvem diferentes interesses em conflito e posicionamentos políticos, simbólicos, econômicas e sociais.

4.1 A Educação Ambiental na esfera global e nacional

A Conferência de Estocolmo (1972) constitui-se o marco inicial de inserção da educação ambiental na agenda internacional. Nela foram definidos os princípios que orientarão as ações humanas para a proteção e melhoria do meio ambiente. Essa Conferência preconizava que as transformações no meio ambiente natural deveriam promover o bem-estar e a qualidade de vida como direito fundamental do homem. Ela declara a necessidade do compromisso dos países em conduzir o desenvolvimento priorizando o equilíbrio ecológico e de diminuição da velocidade com que se processa a degradação ou a poluição, destruição dos recursos naturais, ou dos problemas causados pelo subdesenvolvimento.

Os princípios de educação ambiental expressam o direito à liberdade e à igualdade de condições de acesso aos bens naturais que permitam levar uma vida digna. Além disso, revela o dever de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Nesse sentido, as instituições nacionais são responsáveis em elaborar e aplicar políticas públicas visando administrar e controlar a utilização dos recursos ambientais no desenvolvimento econômico e social. Nesse aspecto, há o destaque para o processo educativo com caráter interdisciplinar como instrumento de informação e transformação da conduta responsável dos indivíduos no que diz respeito à proteção, conservação e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana.

Com a finalidade de programar a resolução que instituiu o caráter interdisciplinar da educação ambiental, a UNESCO e a PNUMA realizaram em 1975 o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental. Nesse evento, foi elaborada e aprovada a Carta de Belgrado contendo os elementos básicos para a estruturação da educação ambiental nacional, regional e local.

O documento define os objetivos para a educação ambiental. Primeiro, a “Conscientização” que visa contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele; segundo, o “*Conhecimento*”, cujo objetivo é propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente, quanto às influências do ser humano e de suas atividades; terceiro, as “Atitudes”, as quais devem propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e à resolução dos problemas ambientais; quarto, as “Habilidades”, visando proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa; quinta, a “Capacidade de avaliação” que almeja estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental; sexta, a “Participação” para que se possa contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com respeito às questões ambientais.

Outro marco importante foi a “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, realizada em Tbilisi, em 1977, em que foram definidos mundialmente os objetivos, princípios e estratégias para a educação ambiental. Esse documento provoca, no processo educativo, em âmbito formal e informal, a gênese de comportamentos positivos em relação ao meio ambiente e a utilização dos recursos naturais. Nesse sentido, institui um processo permanente que acompanhe as mudanças no mundo em rápida evolução, propiciando aos indivíduos conhecimentos que lhe permitam compreender os problemas contemporâneos e participar ativamente das tomadas de decisões rumo a um mundo melhor.

Para que a educação ambiental atinja seus objetivos, a Conferência de Tbilisi aponta alguns aspectos específicos a serem considerados dentro de um enfoque global e de base interdisciplinar. Convoca os Estados-membros a incluírem em seus sistemas de educação as diretrizes, conteúdos e atividades ambientais; convida as autoridades educacionais a intensificarem seu trabalho de reflexão, pesquisa e inovação no que tange à educação ambiental, incentivando o intercâmbio de experiências, pesquisas e materiais para a formação e qualificação docente e estimula a comunidade internacional a contribuir no sentido de fortalecer a solidariedade entre os povos para a promoção da paz mundial.

“A conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92” constituiu-se referência, no que diz respeito aos esforços na esfera internacional e nacional, no sentido da construção de parcerias para uma cooperação mútua que vise o

comprometimento da sociedade e dos indivíduos, respeitando os interesses das nações ao desenvolvimento com a preocupação de proteger o sistema global de meio ambiente. Preceitua no seu princípio primeiro que “os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”.

Além disso, essa conferência atribui aos países em desenvolvimento a responsabilidade de elaborar legislações de proteção ao meio ambiente e de reparo aos danos provocados pelo desenvolvimento econômico, e de políticas públicas que promovam a redução dos níveis de desigualdade e pobreza. Paralelo ao evento foi elaborado o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, o qual delega à educação o papel central de promover uma aprendizagem permanente para formação de valores e ações para a constituição de sociedades sustentáveis e equitativas.

Entre os princípios norteadores da educação ambiental estabelecidos, neste tratado, encontram-se: primeiro, a educação é um direito de todos; todos são aprendizes e Educadores; segundo, a educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade; terceiro, a educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações; quarto, a educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político.

Um projeto de desenvolvimento socioeconômico, com bases sustentáveis, constitui-se num grande desafio político e cultural, porque envolve questões complexas, sobretudo de cunho ecológico, quando se trata de impor limites à exploração dos recursos naturais, o que se torna problemático em se tratando de uma economia capitalista que se sustenta através de nível intenso de produção e de elevado consumo.

No ano de 1997, em Tessaloniki, durante a “Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade”, reforçou-se a necessidade de se articular ações de educação ambiental numa abordagem multidisciplinar envolvendo os conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação através de práticas interdisciplinares. Ratificou as diretrizes e orientações projetadas na conferência de 1992, no Rio de Janeiro, reconhecendo a educação ambiental como pilar da sustentabilidade juntamente com a legislação, a economia e a tecnologia.

Durante essa conferência também foi apontada a necessidade de efetivação de processos educativos mais eficientes, focando um aprendizado coletivo e com a cooperação das diversas instâncias da sociedade atuando nos níveis formal, não-formal e informal do ensino.

O processo educativo pode alicerçar uma aprendizagem que esteja comprometida com o desafio de influenciar e modificar as formas de relação do homem com a natureza em todos os seus aspectos, incluindo uma visão crítica sobre o consumo e suas implicações. No contexto de enfrentamento da crise ambiental que assume dimensões onde o local e o global interagem, torna-se necessário repensar as relações entre os cidadãos, a própria sociedade a partir de novos padrões econômicos, políticos e sociais.

Embora as discussões globais em torno das questões ambientais tenham sido iniciadas na década de 1960, como alertas sobre as ações danosas da humanidade sobre o ambiente e na busca de diretrizes que informariam as ações a serem desenvolvidas para a conquista de uma sociedade mais adequada ecologicamente, no Brasil, esta pauta ainda não havia ganhado uma dimensão de relevância a fim de constituir-se um assunto público.

Na década de 1970, temas ecológicos e a preservação ambiental estavam restritos a discussões realizadas em projetos e programas, em cursos de pós-graduação e em disciplinas dos cursos de engenharia ou mesmo em movimentos preservacionistas. A partir de 1980, a educação ambiental passa a integrar a legislação do país e a ter maior notoriedade com a criação das instâncias responsáveis por políticas públicas ambientais no país.

A criação do PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) – em seu Art.2, inciso X - dispõe “educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente”. Na Constituição Federal de 1988, no capítulo dedicado ao meio ambiente, atribui ao poder público o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Art.225, Cap.VI).

A partir da promulgação da constituição, órgãos estatais passam a criar especificações sobre os temas que incluem o meio ambiente e a educação ambiental nos currículos escolares do ensino formal. Em 1991, o MEC, por meio da Portarias 678/91 e 2421/91, determina que a educação escolar deva contemplar a Educação Ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino, definindo com as Secretarias Estaduais de Educação as metas e estratégias para a implantação da Educação ambiental no país.

O marco referencial para a institucionalização da política de educação ambiental foi a “Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992”, em que o MEC conduziu trabalho paralelo resultando na elaboração da “Carta Brasileira para a Educação Ambiental” que definiu as metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos, reconhecendo a educação ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira.

Em 1993, foi criada a Coordenação Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC) e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Nacional de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis (IBAMA) com o objetivo de coordenar, apoiar e orientar as ações de educação ambiental em todos os níveis e modalidades do ensino.

Com a finalidade de impulsionar o cumprimento das políticas de educação ambiental e de cumprir as metas estabelecidas na Carta Brasileira para a Educação Ambiental, foram criadas instâncias referência para a construção dos programas estaduais de Educação Ambiental, com o apoio da SEMA, IBAMA e, posteriormente, com o MMA- Ministério do Meio Ambiente, no sentido de fomentar a formação das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental.

Em 1994 e 1995, respectivamente, foram criados o PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, elaborada pelo MEC/MMA/MINC/MCT com o objetivo de “capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades.” E também foi criada a Câmara Técnica temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, determinante para o fortalecimento da Educação Ambiental.

Antes que ocorram colisões na interpretação do processo histórico, entende-se que existe nitidamente um distanciamento entre as determinações legais, os planos elaborados e as práticas efetivadas no campo da educação ambiental. Apesar da institucionalização das diversas instâncias no sentido de estruturar, apoiar e desenvolver ações de educação ambiental no âmbito das instituições de ensino e nas organizações sociais, a carta magna da educação a Lei de Diretrizes e Base (LDB), instituída pela Lei 9.394/1996, não incorporou efetivamente diretrizes sobre a educação ambiental no texto. Ou seja, tratou da questão apenas de forma indireta quando, em seu Art. 23, inciso 1º, estabelece que, no ensino fundamental, os currículos devam abranger obrigatoriamente o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

Com a aprovação dos Parâmetros Curriculares nacionais (PCN) no ano de 1997, o tema do meio ambiente ganha destaque como tema a ser inserido nos currículos escolares, com o caráter de transversalidade devendo ser abordado nas diferentes áreas e conteúdos da grade curricular.

Em 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e nela está a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA. A lei tem como objetivo fundamental “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; (artigo 5, inciso I)”.

Assim regulamenta a previsão feita pela PNMA, em seu artigo 9º, que considerou a educação ambiental um instrumento da política ambiental (como previsto no artigo 225 da Constituição Federal) e institui a educação ambiental de forma obrigatória nas redes de ensino do país. Em consonância com os preceitos da PNEA, o Congresso Nacional aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 10.172/ 01) que fixa diretrizes, objetivos e metas para o período de 10 anos, estabelecendo as prioridades educacionais para este período para o ensino fundamental e ensino médio.

No decorrer do ano de 2002, foi regulamentada a Lei nº 9.795/99 pelo Decreto nº 4.281 definindo, entre outros aspectos, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA. Esse Decreto estabelece, em seu Art. 5º, a inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e recomenda como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais: I - a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II - a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

A partir de 2004, com a transferência da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o MEC, essa Coordenação passa a integrar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), possibilitando de forma mais direta um acompanhamento das práticas de educação ambiental junto às redes estadual e municipal. Assim, de acordo com as orientações do MEC, a ótica da educação ambiental deve ser inserida em todos os níveis de ensino formal e passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

4.2 A questão ambiental na prática educativa

A educação ambiental tem delimitado seu espaço tanto no ensino formal quanto em outros espaços sociais, abordando as questões fundamentais como temática relevante em função da atual crise ecológica e das consequências desta para a biodiversidade da vida no planeta. Com isso, inclusive as atividades escolares têm inserido, com maior frequência em suas propostas pedagógicas, temas relacionados ao meio ambiente e sua sustentabilidade.

Para tratar de forma consistente da questão ambiental na prática educativa, é necessário requerer a identificação dos conceitos ligados às diferentes vertentes do ambientalismo e às diferentes correntes pedagógicas da educação. As suas bases teóricas e seus pressupostos abrem caminho para estabelecer os objetivos que se quer atingir ao mesmo tempo em que as teorias se alimentam das práticas socioambientais. Os atores envolvidos ou beneficiados no processo e as mudanças a serem implementadas em termos socioambientais se constituem em um campo polissêmico.

As práticas de educação ambiental, segundo Loureiro (2006), com muita frequência têm sido vistas e pautadas equivocadamente pela ótica do consenso, ou seja, por uma visão de que existe uma única forma de abordar a questão ambiental, cristalizando alguns conceitos e categorias teórico-metodológicas que fundamentam suas propostas. A dificuldade de estruturação de tais propostas está posto numa visão dualista de duas vertentes, claramente formatadas: “compreensão de como a educação ambiental se insere na reprodução da sociedade contemporânea ou na produção de novos patamares societários” (LOUREIRO, 2006, p. 20). Está manifesto, neste debate, o estigma de integrar a ideologia dominante na busca de legitimação e de ser um componente da reconstrução da hegemonia na interpretação do nexo entre sociedade e natureza.

Essa discussão remete à necessária e fundamental reflexão sobre os sedimentos da educação ambiental e seus conceitos estruturantes e visa desvendar as razões de crescer um qualificativo a uma questão substantiva. Afirma Layrargues (2004, p. 07) que “a Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental”. O termo “educação ambiental” se refere às práticas educativas relacionadas às questões ambientais, isto é, uma perspectiva em que, além da ciência moderna, existe um espaço para considerações sobre a relevância do ecossistema para a subsistência da sociedade do presente no norte mato-grossense.

Tanto o termo “educação” quanto o termo “ambiental” são compostos de sentidos históricos, políticos e ideológicos e se constituem de campos teóricos com certo grau de antagonismo nas tensões internas para a auto-delimitação e identificação. Igualmente são termos marcados por disputas internas e externas, que produzem uma diversidade de proposições, cada uma delas com visões diferentes sobre como conduzir a ação educativa.

Para Loureiro (2006, p. 63), “a educação implica e é implicada por processos teóricos e práticos políticos, culturais e sociais que redefinem os valores que são considerados, a uma dada sociedade, adequados a uma vida digna e sustentável (ou não)” O campo ambiental igualmente está perpassado por processos ligados ao lugar social do discurso, seja pelo agronegócio, pelos órgãos governamentais, seja pelos ambientalistas; por tensões na elaboração dos nexos entre sociedade e natureza, por reconhecimento ou desconhecimento dos limites de suporte do ecossistema.

Os temas que mais aparecem nos discursos locais relativos ao processo de degradação são o desmatamento e as queimadas. Com isso, observa-se que são os temas mais frequentes no ensino formal procurando construir uma conscientização de que é preciso diminuir o corte de árvores e evitar as queimadas. No entanto, entende-se que é possível avançar para o conhecimento que ultrapasse essas realidades observáveis ou destacadas, problematizando a realidade em termos de explicitação das causas que levam ao processo de degradação, incluindo o território urbano. Nesse sentido, o conhecimento da realidade envolve a compreensão de conceitos, ideologias, valores, saberes e conhecimento científico que legitimam essa forma de apropriação da natureza que gera a crise ambiental.

Nessa perspectiva, aponta-se para o fato de que o fenômeno educativo, sua organização e operacionalização tem como pressuposto uma determinada visão de homem, de mundo em função de uma realidade social específica e dos sentidos que produz. Dito de outra forma “a educação sempre se faz a partir de bases axiológicas, portanto fundamentada em determinados valores e visando, por outro lado, a transmissão, reprodução, ou criação de novos valores” (SILVA, 1988, p.70).

No campo simbólico e subjetivo, ocorre a legitimação e a defesa de ideologias, posicionamentos e construções de “verdades” que pulverizam o imaginário social. São as manchetes das quais muitas vezes os mato-grossenses se orgulham como “Mato Grosso é o celeiro do Brasil” ou, “Sinop, terra de progresso”, frases impregnadas de sentido político-ideológico tendo como base de sustentação o fator econômico, ligeiramente transposto como qualidade de vida.

A pesquisa revela que, de modo geral, as escolas têm inserido temas ambientais no planejamento de suas propostas pedagógicas e na prática cotidiana também abordando esses diversos temas com o objetivo de integrá-los às disciplinas de ciências e de geografia. Por meio da metodologia de projetos, opta-se por uma temática socioambiental que é abordada por certo conjunto de disciplinas.

O foco da aprendizagem consiste em conscientizar e sensibilizar os educando para que desenvolvam hábitos e atitudes que reflitam em cuidados e respeito ao meio ambiente. Sem desconsiderar a importância desses objetivos da educação, é salutar reiterar que o processo educativo, numa perspectiva que supere a mera transmissão e reprodução dos valores da classe dominante, projeta-se em métodos que promovam a visão crítica do modelo de desenvolvimento e de suas propostas para alcançar a sustentabilidade (LOUREIRO, 2006).

É possível compreender que as propostas de educação ambiental, em Sinop, poderão ser instrumentos de mudanças socioambientais na medida em que forem reorientadas para a reflexão agregadas a práticas sociais e ao questionamento sobre as causas da problemática ambiental provocada pelo desenvolvimento. Sato (2001, p.25) salienta que “a dimensão ambiental deve estar presente nas diversas áreas do conhecimento, respeitando as organizações, os objetos e as necessidades das múltiplas relações”. Portanto, a incorporação da dimensão ambiental ao currículo, numa perspectiva interdisciplinar, insere temáticas novas, ou novas leituras sobre velhos assuntos, que versam sobre a realidade social, ecológica e cultural onde se situam os atores do processo educativo.

Na medida em que proporciona novos conhecimentos oriundos da reflexão sobre a relevância da biodiversidade, da preservação dos quatro elementos vitais (água, terra, ar e energia), despontará a necessidade de intervir nos processos de degradação conduzidos pelo agronegócio, pela atividade madeireira e nos espaços urbanos, como a problemática dos resíduos sólidos, o saneamento básico e a qualidade da água. Um dos desafios consiste em partir de experiências concretas com o meio físico e social para desenvolver hábitos e atitudes, saberes, participação e responsabilidades para a resolução dos problemas locais.

Freire (1987), Loureiro (2006) e Saviani (1996) referem-se ao ato educativo como experiência concreta baseada na atividade humana coletiva, mediada pela natureza através da ação intersubjetiva de sujeitos localizados temporalmente e espacialmente.

De acordo com Saviani (1996), a educação se destina à promoção do desabrochamento do humano, em cujo processo se reconhece que o meio natural e o cultural

condicionam e projetam todas as suas ações, o que equivale dizer que é também um ser situado em determinado contexto histórico. Sendo assim, pode-se afirmar que todo cidadão exerce uma atitude valorativa perante tudo o que o cerca, embora as condições de realizá-lo sejam distintas em decorrência de uma sociedade de classes. A historicidade é algo inerente às atividades, inclusive, às educativas e lúdicas, pois, referem-se ao processo pelo qual se produz a existência no tempo e espaço.

Paulo Freire, da mesma forma, atesta o caráter de historicidade, reconhecendo todos os cidadãos como projetos em construção e, portanto, inacabados, inconclusos em relação a uma dada realidade. Diz ele (1987, p.41) que “O ponto de partida deste movimento está nos homens mesmos. Mas, como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens-mundo”.

Nessa perspectiva, deve-se situar a educação ambiental num contexto histórico determinado por valores, práticas e atores sociais. CARVALHO (2002) coloca que o atributo “ambiental” não apenas identifica um tipo de educação em particular, mas, demarca o pertencimento dessa educação a uma tradição ambiental e a um movimento social.

O campo ambiental é historicamente construído, marcado por disputas políticas e ideológicas, e se caracteriza como movimento que se contrapõe aos modos de vida impostos pelo modelo capitalista industrial. Assim “a EA está profundamente marcada pelos limites e possibilidades, bem como pelas disputas internas e externas ao campo” (CARVALHO, 2002, p.05). Sob essa perspectiva, entende-se que a educação ambiental torna-se um dos instrumentos pelo qual a sociedade Mato-grossense pode construir posturas críticas em relação ao discurso da ordem especialmente imposta pelo agronegócio, e demais atividades que geram conflitos a partir de interesses diversos e dos instrumentos de controle e mitigação criados para dirimir os conflitos.

Para Sorrentino (1995), é possível situar a educação ambiental dentro de uma matriz que considere as relações sociais e ambientais, sob o primado da política.

Isto significa considerar o meio ambiente como um espaço físico e simbólico em disputa, habitado por atores que estão envolvidos no uso e gestão dos recursos, e atravessado pelas relações de força que configuram as diferentes situações de acesso ou inaccessos aos recursos. É na esfera política que a educação ambiental, como qualquer outra prática social, pode se articular aos atores da democratização, na construção de novas bases éticas, políticas e ambientalmente sustentáveis para as interações entre sociedade e natureza. (SORRENTINO, 1995, p.60).

No contexto estudado, as contradições se apresentam na forma de espaços de exclusão social fomentada pela concentração da terra e das riquezas produzidas, na natureza

coisificada ou seqüestrada e transformada em matéria prima do processo econômico, social e cultural de diversos grupos minoritários. Diante das contradições, cabe o questionamento, “quem são os maiores beneficiados, ou quem são as vítimas desse crescimento econômico em Mato Grosso? Refletir sobre essas questões buscando estabelecer os nexos entre os elementos que constituem esse processo social complexo permite o agir autônomo do sujeito na busca alternativas de mudanças na qual realidade e sujeitos são transformados.

Pode-se compreender a educação ambiental como ação orientada pelo campo ambiental, norteadas por princípios ligados ao contexto histórico e cultural em que este se constitui. De um lado, é compreendida como uma prática social na qual estão presentes diferentes posicionamentos sobre os problemas ambientais, de outro os seus conceitos e pressupostos ainda se encontra em construção no bojo das diferentes abordagens e tendências que orientam as práticas pedagógicas. Para Carvalho,

A educação - um campo social tipicamente aplicado, multidisciplinar e, portanto altamente sensível as novas demandas e temáticas sociais - incorpora a preocupação ambiental em seu universo propriamente educacional, transformando-a em objetos da teoria e prática educativa (2002, p.08).

A educação ambiental pode produzir conhecimentos no sentido de revalorizar à natureza (LEFF, 2009) a partir do envolvimento e participação dos diversos atores em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável em que o ecossistema torna-se objeto colocado em primeiro plano ou como desenho alternativo. O ambiente visto não só a partir de um potencial econômico, mas também social e cultural, reconhecendo como legítimas as demandas de grupos sociais como os ribeirinhos, etnias indígenas, quilombolas, comunidades coletoras e outros grupos em que o valor da natureza extrapola o aspecto econômico.

Educação Ambiental, antes de tudo, é educação (LOUREIRO, 2006). Sendo ela uma construção social que envolve subjetividades, valores e vontades políticas passíveis de serem reproduzidas no interior da sociedade, pode vir a desempenhar um papel estratégico na formação dos indivíduos e na construção de sua identidade social e cultural.

A questão ambiental tem despertado o interesse dos alunos para as discussões e reflexões referentes à ação predatória do homem sobre a natureza. Todavia, para que o processo educativo concretize a formação ambiental no sentido de instrumentalizar os alunos para ação no contexto dos conflitos socioambientais, parece fundamental implementar métodos e práticas pedagógicas que superem a mera informação e capacitação no sentido de

adequar os comportamentos às funções e normas ecológicas estabelecidas pelos meios de produção.

A formação ambiental se insere num processo ensino-aprendizagem que favoreça a construção e produção de conhecimentos sobre a biodiversidade local e que possibilite compreender o significado da construção de outra organização social. Assim, o desafio da educação ambiental é o de estabelecer novas interações de saberes, de gesto, de motivação que suscitem sentimentos humanos sincronizados com práticas de mudança a respeito do ambiente. Ela fará bem aos seus propósitos de estiver articulada aos currículos escolares e às estratégias comunitárias que buscam a melhoria da qualidade de vida. Há que se implantar um esforço para que a aprendizagem conecte as diferentes áreas do conhecimento a fim de proporcionar ao aluno uma visão integrada dos fenômenos ambientais e sociais.

De acordo com Gonzáles-Gaudio (2005), a interdisciplinaridade é um conceito polissêmico, mas que, de modo geral, é entendida como proposta epistemológica que tende a superar a compartimentalização do saber promovida pela racionalidade científica. A estratégia que melhor contempla essa perspectiva na visão dos educadores do ensino fundamental é o trabalho por projetos, possibilitando o trabalho em conjunto e a troca de experiências entre os professores, solidificando um maior envolvimento dos alunos e da comunidade nas atividades propostas.

Segundo Amorin (2005, p.144), “A educação ambiental é povoada, então, de posturas, idéias e práticas que referendam as relações bastante fortes entre ações educativas, condições sociais específicas e transformação da realidade”. Nessa fala, é possível identificar a vocação da educação ambiental que é de se nutrir dos princípios e diretrizes das correntes progressistas da educação, e do conteúdo crítico-emancipatório presentes na constituição original do ambientalismo. As experiências de EA ocupam-se de proposições que visam mudança social, comprometida com a promoção de sujeitos críticos, autônomos e participativos.

4.3 EA como instrumento de construção da sustentabilidade socioambiental

A educação é um importante canal de ação para a produção de conhecimentos voltados à sustentabilidade socioambiental ou a um diálogo diferenciado entre sociedade e natureza. O papel da ação educativa orientada para o ambiental está em promover novos

saberes e sensibilidades que possam instrumentalizar projetos sociais que visam minimizar a crise ambiental instaurada na sociedade contemporânea. O propósito de intervenção no campo político sugere uma ampla discussão das relações de força e das lutas sociais que se estabelecem em torno do acesso e formas de uso dos bens ambientais.

Ao reconhecer o ato educativo como um ato político intencional, Gadotti (1989) e Freire (2001) esclarecem que existem dois tipos de educação, uma da “reprodução da sociedade” que teria a finalidade de domesticação e, no outro extremo, uma educação da transformação, que tem a educação como “prática da libertação”. Porém cabe destacar que esses dois modelos não se reproduzem de forma pura, mas tendem a se mesclar apontando horizontes opostos nos quais o ato educativo e a prática pedagógica se definirá entre a “reprodução” e a “transformação”.

Nesse tópico, propõe-se uma reflexão sobre qual seria a contribuição do processo educativo na busca da sustentabilidade no contexto da crise socioambiental, a partir do diálogo entre vários autores sobre quais perspectivas orientam os rumos de uma educação ambiental estratégica voltada para a construção e consolidação da cidadania e da justiça ambiental. A preocupação com a promoção da sustentabilidade como já foi abordado, tem sua origem nos processos de uso predatório dos recursos naturais e dos conflitos gerados na sua distribuição desigual que resultam em impactos e danos tanto ao meio natural quanto social que se caracteriza pelo que denominamos de crise socioambiental.

O termo sustentabilidade, sobretudo no âmbito de sua dimensão política, apresenta-se como um conceito que assume variados significados de acordo com as instituições e grupos sociais que dele se utilizam, sendo, portanto um conceito contestável³¹ e pode ser construído a partir de diferentes pontos de vista. Layrargues (1998) e Guimarães (2009), ao analisarem o campo de disputa da sustentabilidade, colocam que o discurso dominante se apropria de seu significado para incorporá-lo a sua compreensão de desenvolvimento e crescimento econômico de base industrial e capitalista. Em seus discursos, eles procuram construir um consenso em torno da noção de sustentabilidade, o de que é possível compatibilizar as exigências impostas pelo mercado com as garantias de preservação dos recursos e de qualidade ambiental para o presente e futuro das gerações.

Na vasta diversidade de significados, sentidos e leituras a sustentabilidade como uma categoria conceitual e discursiva tem sido construída no bojo de duas grandes concepções

³¹ Ou como disse um agricultor: “a visão que se tem da proposta de sustentabilidade depende em grande parte do lado da cerca em que a gente está”.

político-culturais antagônicas: a conservadora e a emancipatória (LIMA, 2008). Da mesma forma, as propostas teórico-práticas da educação ambiental são polarizadas por essas duas correntes que procuram re-significar o conceito de sustentabilidade, atribuindo-lhe o sentido que mais se adéqüe ao modelo de sociedade que se quer consolidar.

Não se objetiva abordar aqui todas as denominações da educação ambiental, mas, a propósito desse trabalho, convém explicitar os fundamentos políticos e pedagógicos que estruturam o campo da educação ambiental nas correntes teórico-metodológicas apontadas. Trata-se de projetos que esboçam visões diferenciadas de homem, sociedade e natureza e revelam maneiras diferentes de conceber e praticar a educação ambiental.

Sendo assim, neste tópico, serão abordados os horizontes da educação ambiental conservadora, que possui entre suas características o impulso para atingir o equilíbrio entre sociedade e natureza, operando contraditoriamente com a separação homem/natureza. Essa corrente político-pedagógica está fundamentada no modelo de racionalidade das ciências naturais e seus princípios epistemológicos estão ancorados no positivismo. Ela promove uma visão limitada e fragmentada do mundo, na medida em que separa o conhecimento científico do senso comum e da mesma forma segmenta para compreender afastando-se dos conflitos socioambientais e da complexidade. (GUIMARÃES, 2004).

Integra essa visão o mecanicismo, corrente de pensamento que se constitui a partir da mecânica newtoniana, concebe o mundo da matéria como uma máquina que opera por meio de leis físicas e matemáticas que operam impondo uma visão de mundo estabelecendo uma idéia de ordem e estabilidade.

Nessa ótica, cabe à educação o papel de transmissão e reprodução de valores e conhecimentos (SILVA, 1988) indispensáveis ao controle do comportamento dos indivíduos a fim de garantir a ordem e manter as estruturas da sociedade. Valoriza-se o saber pronto e acabado e a aprendizagem ocorre através dos conteúdos humanísticos e da cultura geral. Cabe ao educando o esforço individual de assimilação dos conteúdos que lhe permitirão ocupar determinada posição no seio da sociedade.

Nessa concepção, o real e o social são construídos nas relações que o indivíduo estabelece nos círculos sociais e na solidariedade orgânica da divisão social da sociedade. A partir da socialização, processo pelo qual o indivíduo internaliza normas e valores sociais, o sistema mantém a coesão social (DURKHEIM, 1978). A realidade apresenta múltiplas formas e muda em função das interações que se estabelecem, supondo-se que não existem indivíduos, o que existe são realidades socialmente construídas, onde estes são um fragmento

do social. A individualidade do ser está determinada na medida em que ocupa várias posições na sociedade.

Freire (1987) e Saviani (1996) formulam críticas à educação tradicional apontando para o fato de que sua prática considera os educandos como agente passivo no processo de aprendizagem, receptor dos conteúdos que moldarão seu comportamento e atuação na sociedade. A essa forma de educar é atribuído o papel de conservar práticas que levam a opressão e a alienação. Diz Freire (1987, p. 36) que “[...] nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber”.

Nesse contexto, o social, como elemento estruturante do sistema, impôs-se por meio de modelos e normas produzidas pelo mundo ocidental, cuja finalidade era disciplinar e fazer desaparecer as diferenças. A submissão era a condição da garantia de mais produção e lucro e do sucesso daqueles que o sistema social elegeu como dotados de superioridade. Assim, o ator não é considerado ou reconhecido a não ser em função do papel subordinado que ocupa na sociedade, em nome da razão e do progresso torna nula sua condição de ser dotado de subjetividade e de sentimento.

O paradigma dominante é estruturado com base na ciência moderna e numa epistemologia que separa o sujeito do objeto a fim de produzir a verdade, o conhecimento científico (SANTOS 2005). Apesar de ter orientado o modelo de desenvolvimento, da industrialização e do progresso da sociedade moderna, tem caído em descrédito por não dar conta da complexidade dos fenômenos socioambientais que se apresentam na contemporaneidade. A corrente conservadora representa o discurso hegemônico no campo ambiental (LIMA, 2008), caracterizada por uma visão que tende a separar homem e natureza, uma concepção reducionista e fragmentada, bem como pelo fato de que a questão ambiental não pode atrapalhar os empreendimentos do progresso.

As proposições, que têm seu foco voltado para a preservação dos recursos naturais – aprender coisas sobre a natureza -, visam promover um acúmulo de informações sobre os problemas ambientais e a desenvolver habilidades voltadas para resolvê-las. Essa ótica valoriza a experiência cognitiva e de outros sentidos para viver na natureza e aprender com ela, essa visão pertence à corrente Naturalista e Conservacionista da educação ambiental (SAUVÉ, 2005).

Tal concepção ainda se faz presente em muitas propostas de educação ambiental e tende a valorizar conhecimentos e informações sobre as consequências da ação predatória sobre a natureza, a fim de que haja uma conscientização que se reflita na mudança de hábitos

como plantar árvores, não jogar lixo nas ruas, não queimar folhas no quintal. A ação pedagógica de modo geral tem como foco melhorar o sujeito para que ele possa contribuir para a conservação dos recursos naturais, e conseqüentemente, proporcionar a ele e a todos melhor qualidade de vida. Nas propostas analisadas neste estudo observa-se que não são objetos de reflexão as relações conflituosas que estão na base dos processos de ocupação e exploração dos espaços e seus recursos naturais que envolvem a problemática ambiental local.

A educação ambiental ao produzir atitudes comportamentalistas (reciclagem, combate ao desperdício) e individualistas (atitudes e habilidades individuais), reduz-se e fragmenta a realidade constituída por uma relação complexa que envolve a interação sociedade e natureza. Ao priorizar a transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos sem explicitar os fatores econômicos, sociais e culturais que estão na origem dos problemas ambientais, favorece uma visão reducionista que interfere na forma de compreender e agir diante das questões ambientais. Guimarães explica que

Essa não contempla a perspectiva da educação se realizar no movimento de transformação do indivíduo inserido num processo coletivo de transformação da realidade socioambiental como uma totalidade dialética em sua complexidade. Não compreende que a educação é relação e se dá no processo e não, simplesmente, no sucesso da mudança comportamental de um indivíduo (2004, p. 27).

A crítica de autores como Guimarães (2004), Loureiro (2000), Layrargues (2004) e Lima (2008) à educação ambiental conservadora se dá no sentido de que ela contribui para reforçar o dualismo entre sociedade-natureza. Ao mesmo tempo, ao desconsiderar a relação dialética e processual que permeia as relações focando sua prática nos aspectos ecológicos, desconsidera a dimensão social da natureza, suas contradições e conflitos que levam a crise ambiental.

No contexto estudado, verifica-se que os temas ambientais no ensino formal abordam os aspectos físicos e com muita frequência desconsidera os aspectos econômicos e políticos que envolvem os processos de degradação do meio ambiente. Na questão do desmatamento, por exemplo, se focaliza a destruição das árvores e a transformação do ambiente, sem proporcionar momentos de reflexão sobre o projeto político e econômico que viabiliza essa forma de uso e exploração dos recursos naturais e as conseqüências da perda da biodiversidade para o conjunto da sociedade. Ou até mesmo, a situação de outros grupos sociais que são atingidos por essa exploração, que necessitam da floresta e de seus recursos para manterem sua sobrevivência, como é o caso dos grupos indígenas, seringueiros e outros grupos tradicionais.

Sabe-se que o campo educacional é constituído por vertentes e correntes pedagógicas com fundamentos políticos, pedagógicos e éticos diferenciados (LOUREIRO, 2006). No entanto, o que se evidencia na prática educativa é uma mescla dos diferentes princípios orientadores das diversas proposições na busca por uma intervenção mais adequada a cada contexto ou realidade (SAUVÉ, 2005). Nesse sentido, é necessário perceber que muitos dos princípios da educação ambiental conservadora tem informado o processo de aprendizagem, a utilização de conteúdos e práticas educacionais que favorecem uma concepção reducionista e fragmentada da questão ambiental.

4.4 EA como possibilidade de um novo paradigma socioambiental

Ante os conflitos ambientais e as questões sociais suscitadas no contexto investigado, pretende-se uma reflexão que situará a educação e o meio ambiente no marco da cidadania e da ação política, no qual a questão ambiental será compreendida como integrante da esfera pública e constitutiva para a vigência de direitos. Daí a importância de refletir sobre o papel que cabe à educação ambiental como mediadora dos conflitos socioambientais e como contribuição para suscitar mudanças em direção à cidadania e à justiça e sustentabilidade ambiental.

O desafio da educação ambiental, no contexto estudado, está em redimensionar a prática educativa na escola a partir dos elementos que compõem a problemática ambiental local, com reconhecimento dos atores socioambientais e com o desenho dos conflitos inerentes. Desafiam a realidade: proporcionar saberes, habilidades e competências construídas a partir do conhecimento da problemática ambiental vivido pelos indivíduos no seu ambiente, aprofundando os conhecimentos como tarefa permanente do fazer pedagógico cotidiano.

Dessa forma, parece imprescindível incorporar ao corpo teórico deste trabalho os pressupostos em termo conceitual e político que fundamentam a educação ambiental numa perspectiva crítica e transformadora. Este tópico pretende, pois, pensar a educação ambiental inserida numa perspectiva em que se contrapõe às tendências hegemônicas e conservadoras, de tal forma que estabeleça processos educativos favorecendo a reflexão crítica e a atuação consistente dos atores na superação das relações socioambientais vigentes.

O século XX foi marcado por movimentos sociais que anunciaram o início de uma fase de transição epistemológica e de ruptura de paradigma em face da questão ambiental. O

paradigma emergente³² se constitui de uma revolução científica e sociológica diferenciada da revolução que deu início à modernidade, pois agora Santos (2005) compreende que o paradigma científico é também um paradigma social. A visão integradora e a transversalidade requerem que a ciência natural se integre à ciência social através dos conceitos de historicidade e processo, no qual a composição resulta num conhecimento em que os indivíduos se constituem como autores e sujeitos de suas práticas.

A ciência moderna passa a não ser a única referência para a interpretação e compreensão da realidade, assentada na evidência de que há uma pluralidade de explicações e concepções que tornam a realidade complexa por suas considerações culturais, políticas e éticas. Essa ruptura significa também alterar os referenciais dos laços sociais, familiares, para dar prioridade à vontade e aos desejos do indivíduo (DUBET, 2006). A regulação da sociedade atribuída às instituições como a escola, perde sua eficácia e entra em crise, pois não atendem mais as demandas e expectativas políticas e culturais dos novos atores que surgem nesse contexto

As novas configurações do social passam a ser desenhadas nas transformações que ocorrem a partir dos processos de crise da visão sistêmica, sobretudo dos valores que sustentam a sociedade do desperdício e hiper-consumo, os quais passam a ser questionados. Compreende-se a sociedade e seu nexos com a dimensão ambiental em que se situa a partir da complexidade do social, onde os atores não propugnam mais a unidade ou o consenso, mas buscam a identidade, a diversidade do social influenciando o conceito de democracia que deve ocorrer no dissenso e não mais no consenso (WANDERLEY, 2004).

Para Wanderley (2004) e Touraine (2001), a dessocialização, entendida como rejeição a normas e valores sociais, indica também as transformações no sentido da reivindicação de direitos culturais e ambientais a partir de sujeitos articulados. Para Touraine (2001), o sujeito se define pela resistência ao mundo impessoal das regras e normas que promove a violência e as guerras e se caracteriza pela busca incessante de si mesmo e de sentido para a sua ação. Diz ele que “o sujeito é a vontade de um indivíduo de ser reconhecido como ator” (1999, p.220).

³² O paradigma emergente caracteriza-se por uma revolução científica na qual não há mais espaço para distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais. Baseia-se nos seguintes pressupostos: 1. Todo o conhecimento científico - natural é científico - social; 2. Todo conhecimento é local e total; 3. Todo conhecimento é autoconhecimento; 4. Todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum (SANTOS, 2005).

Para Touraine (2007), o paradigma emergente se caracteriza pela substituição das categorias sociais pelas categorias culturais.

Com a crise do social, o indivíduo se fragmentou e se tornou mais suscetível à desagregação promovida pelas guerras, violência e desigualdades sociais, no entanto, contraditoriamente, no bojo desta realidade, os indivíduos encontram novas formas de resistência expressas na construção de críticas e de movimentos de libertação. O ator reivindica a igualdade na diferença, e o reconhecimento em sua singularidade, em que a luta por direitos socioambientais está relacionada ao pluralismo cultural, aos direitos difusos e à mestiçagem étnica.

Nessa abordagem, verifica-se que o ator se constitui como sujeito de direitos, que resiste e luta em nome da individualidade e do direito de ser ele mesmo, porém inserido num ambiente saudável. De acordo com Taylor (2000) e Jovchelovitch (2000), as lutas e ações se dão no âmbito das representações e da expressão democrática na esfera pública, que se projeta como espaços abertos à participação popular e à negociação dos conflitos socioambientais. As ações coletivas têm potencial de sinergia nas relações entre Estado e sociedade, rompendo a lógica do representante e do representado que pode ampliar a esfera democrática.

Os conflitos ambientais revelam, sobretudo, a luta de diferentes atores por direitos, participação, justiça e democracia. No campo da educação ambiental como política pública cabe fomentar o diálogo entre o Estado e a sociedade civil que possibilite uma definição das políticas públicas (SORRENTINO, 2005). Todavia, aspira-se um diálogo que visa contemplar os diferentes olhares e posicionamentos dos atores em busca de alternativas que conduzam a resolução dos impasses e evidenciam bem-estar social. Além disso, os mecanismos de inclusão tendem a permitir a participação efetiva na tomada de decisões sobre as mudanças políticas, econômicas e ecológicas que parecem urgentes e exigidas pelo atual quadro de degradação ambiental.

Na realidade de Mato Grosso, os atores precisam ser contemplados com direitos à informação, aos espaços de interlocução democráticos e transparentes para que, por meio da negociação, rompam-se os processos de acelerada degradação e se encontre uma resolução para o pronto atendimento da multiplicidade de interesses e demandas. A sustentabilidade socioambiental em Sinop passa pelo comprometimento e envolvimento em mecanismos de gestão e em alargamento dos interessados no processo (SIQUEIRA, 2008). Talvez se possa apostar na urgência de novos mecanismos decisórios que permitam o direito de ser ouvido e aos diferentes atores interagir nesses espaços para reconstruir suas histórias de vida na relação com o ambiente.

Entende-se, a partir disso, que o sujeito se manifesta nas experiências individuais ou coletivas e com a consciência de estar constantemente num embate em que está em jogo à liberdade e o seu comprometimento com relação ao direito de cada um e dos respectivos espaços de decisão, de ser reconhecido em sua dignidade, de se sentir responsável pelo meio ambiente. Da mesma forma que os posicionamentos de produtores e do agronegócio em Mato Grosso têm por parte das instituições políticas e econômicas do Estado o respaldo para o crescimento, investimento e lucratividade, os demais grupos sociais demandam ter garantidos os seus direitos aos espaços e à natureza ou a autonomia para autogovernar-se (LEFF, 2009). Essa ênfase representa a liberdade de manter sua identidade cultural, seus usos e costumes ambientalmente saudáveis como forma de continuidade de sua existência e de valorização dos bens naturais.

Quando no sistema democrático se estabelecem mecanismos apropriados de negociação dos conflitos socioambientais, emerge a resistência à racionalidade que privilegia interesses privados e que desenha o caminho para novos espaços políticos (ACELRAD, 2005). Nesse ganho democrático, acelera-se o direito de *ser* de grupos que por muito tempo foram silenciados, a ótica do direito a ter direitos, o imaginário de outro mundo possível.

Em Mato Grosso e Sinop, vê-se a mobilização de diversos grupos com suas organizações em prol da causa ambiental, em defesa de seus territórios e por formas benfazejas de apropriação da natureza. Em busca do direito à natureza como um bem de uso coletivo, foi possível identificar alguns grupos e organizações que têm atuado em diferentes espaços de negociação no Estado. Entre eles, citam-se a Associação dos Agricultores e extrativistas, os artesões, os assentados, os produtores rurais, a Pastoral da Terra, o Movimento de comunidades tradicionais; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem; MOPIC- Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado; MMC - Movimento de Mulheres Campesinas, entre outros.

No contexto da sociedade em que a questão socioambiental ganha um espaço devido, o cidadão tem sido conscientizado e sensibilizado, a partir dos mais diversos meios de informação, levando-o a perceber a gravidade dos danos ambientais e difundindo a solidariedade com a causa ambiental. A educação ambiental tem sido um dos instrumentos utilizados nesse processo. No entanto, muitas de suas proposições têm se limitado a promover a mudança de hábitos individuais e de habilidades para a conservação dos recursos naturais e com práticas que tendem a trabalhar a problemática ambiental de forma descontextualizada. Dessa forma, pode-se até impedir que sejam evidenciadas as reais causas

que provocam a crise ambiental (GUIMARAES, 2009). Mais do que somente promover a conscientização a educação ambiental visa preparar para uma prática socioambiental no cotidiano.

No contexto investigado verifica-se que há a predominância de certas temáticas como o desmatamento, as queimadas e a reciclagem do lixo nos projetos de educação ambiental em Sinop, enquanto que outros temas diretamente ligados à problemática ambiental da região não são incorporados aos conteúdos curriculares e às propostas pedagógicas. No ensino básico das escolas estudadas, notou-se a ausência de temas ligados à realidade ambiental do município, como saneamento básico e qualidade da água, a conservação de nascentes, a questão dos agrotóxicos. Evidências de que a prática educativa tende a fragmentar a realidade e, dessa forma, produzir uma visão limitada da mesma impedindo que seja percebida a interconectividade dos elementos que compõem as relações homem e natureza.

Para que a educação ambiental se torne um instrumento de transformação das realidades socioambientais, a reorganização de suas estratégias metodológicas tem por objetivo promover a compreensão e superação das causas dos problemas ambientais. A co-participação no sentido de promover mudanças na questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Nesse sentido, a educação ambiental converge para a construção de saberes que invista o ator de atitude crítica diante dos desafios da crise civilizatória e ambiental, que proporcione as condições de empenhar-se na luta por “direitos ambientais como direitos de cidadania” (ACSELRAD, 2005).

Em Gramsci (1986) e Freire (2001), a educação é uma ação política, uma vez que ela está inserida num espaço de disputa de poder, conflitos e contradições e se constitui como instrumento de libertação ou de opressão. Nesse sentido, a educação, ao desvelar as contradições, pode dotar os indivíduos de conhecimentos e valores que lhes permitam desempenhar um papel de direção e transformação socioambiental.

Em suas contribuições à filosofia da práxis, Gramsci (1986, p.105) aponta para uma ótica dialética do processo de construção do sujeito na medida em que esse sujeito modifica a realidade e se transforma ao mesmo tempo: modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central. Coutinho salienta que “[...] a filosofia da práxis é, para Gramsci, construção de vontades coletivas correspondentes às necessidades que emergem das forças produtivas objetivadas ou em processo de objetivação, bem como da contradição entre estas forças e o grau de cultura e de civilização expresso pelas relações sociais” (2003, p. 218).

Essa perspectiva parece apropriada como filosofia para a práxis da educação ambiental na medida em que é a sistematização da concepção de mundo contida na ação realizada. É a associação pensar-agir, teoria e prática como ato crítico, tornando a prática mais coerente e eficaz para que acelere o processo histórico em curso.

A educação ambiental, com o fim de contribuir para uma mudança de paradigmas, apoia-se numa pedagogia da práxis, que inspira na dialética e tem como referencial maior o conceito de práxis como ação para a transformação. Prática que procura não esconder o conflito, a contradição, que considera o homem um ser incompleto, inconcluso e inacabado e, por isso, um ser criador e sujeito da história, que transforma na medida em que transforma o mundo.

O ator é aqui entendido como sujeito autônomo que é capaz de direcionar os rumos da sua existência num processo do vir a ser (FREIRE, 1987). Sua construção como sujeito se dá a partir do convívio com o outro mediatizado pelo mundo social e natural. Para Gramsci (1986, p.104), “o indivíduo não entra em relação com outros homens por justa posição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos”.

Nesse contexto, o conceito de práxis é referência como categoria estruturante da ação educativa como processo social. Como afirma Gadotti (2000) a práxis é a ação para a transformação, em que os sujeitos, dotados de autonomia, escrevem a sua própria história e, nesse processo, são transformados na medida em que promovem as transformações no mundo. A práxis se aplica à educação ambiental quando visa contribuir para uma nova visão da realidade e dos problemas ambientais, e a promover reflexão crítica a cerca das contradições e conflitos que permeiam as relações do homem com a natureza.

Nessa ótica, destacam-se as contribuições da teoria crítica ao campo educacional, sobretudo em sua argumentação em favor da racionalidade emancipatória e da liberdade. A teoria crítica³³ tem por objetivo contribuir com a compreensão crítica e global da sociedade contemporânea e hoje pode ser apropriada para interpretar as questões socioambientais. Nela se busca a construção de uma visão integradora de ciência, filosofia e de uma atuação

³³ Teoria sociológica elaborada pelos teóricos da Escola de Frankfurt (fundada em 1923 na Alemanha) e integrada por um grupo de pensadores como Adorno, Horkheimer, Benjamim, Marcuse, Habermas, entre outros. A questão central é a crítica à racionalidade instrumental, saber produzido pelo Iluminismo, que se manifesta através da ciência e da técnica. “[...] na leitura de Horkheimer e Adorno, em uma razão alienada que se desviou do seu objetivo emancipatório original, transformando-se em seu contrário: a razão instrumental, o controle totalitário da natureza e a dominação incondicional dos homens” (FREITAG, 1986, p.35).

transformadora das relações sociais. A teoria crítica através do seu enfoque das dinâmicas sociais e das problemáticas ambientais propõe intervenções educativas e socioambientais que possibilitem a compreensão da complexidade e totalidade da relação homem-natureza. Assim, Sauv e afirma que

Esta proposi o está centrada em uma pedagogia de projetos interdisciplinares que aponta para o desenvolvimento de um saber-a o, para resolu o de problemas locais e para o desenvolvimento local. Insiste na contextualiza o dos temas tratados e da importância do diálogo dos saberes: saberes científicos formais, saberes cotidianos, saberes de experiência, saberes tradicionais.   preciso confrontar saberes entre si, não aceitar nada em definitivo, abordar os diferentes discursos com um enfoque crítico para esclarecer a a o (2005, p.31).

O objetivo da Educa o Ambiental Crítica, de acordo com Guimarães (2004), consiste em promover espaços educativos que possam interferir sobre a realidade e seus problemas socioambientais e em cujo processo ocorra um exercício ativo de cidadania dos educandos e educadores, contribuindo na transforma o da grave crise do depauperamento de bens naturais. Segundo Guimarães, “a Educa o Ambiental Crítica se propõe a desvelar a realidade, para, inserindo o processo educativo nela, contribuir na transforma o da sociedade atual, assumindo de forma inalienável a sua dimensão política” (2004, p.32).

No campo da a o política, o encontro da educa o ambiental com o pensamento crítico tem como fundamento a pedagogia problematizadora³⁴ do contexto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de rela o com a natureza. Sentencia Loureiro que “a teoria crítica consiste na apropria o crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tem como objetivo a constru o de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social. (2004, p.5)”. Nesse ínterim, essa teoria constitui um dos pressupostos de todas as abordagens questionadoras da sociedade, recusando as formas de aceita o passiva da realidade.

Uma educa o ambiental, que pretende ser um canal de transforma o da ordem social vigente pela renova o da consciência dos indivíduos e de sua rela o com o meio ambiente, precisa inserir um olhar crítico da no o de sustentabilidade, procurando as matrizes teóricas que se encontram engendradas nas propostas educativas.   também “[...] desvelar e agir sobre as rela es que originaram os problemas ambientais e não apenas nos

³⁴ “[...] a educa o libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, meros pacientes,   maneira da educa o “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situa o gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito,   o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educa o problematizadora coloca, desde logo, a exigência da supera o da contradi o educador-educandos. Sem esta, não   possível a rela o dialógica, indispensável   cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível “(FREIRE, 1987, p.36).

restringirmos a no máximo informarmos as suas conseqüências (GUIMARÃES, 2009, p.100)”.

Apostar numa educação ambiental comprometida com a consolidação de um novo paradigma societal significa reconhecer o homem como integrante da natureza e o responsável direto por estabelecer relações com base numa consciência ecológica. A crítica oportuna significa viabilizar novos caminhos para a prática pedagógica baseada na reflexão e questionamento do modo de vida que se leva, do que se produz, de como se circula e o quanto se consome. A concepção da educação ambiental como projeto político em que os atores de posse de conhecimentos e saberes os compreendem como aptos a refletir e agir sobre as dinâmicas sociais que constituem a base da problemática ambiental. A dimensão espraiada e institucionalizada da questão ambiental por certo permite prever uma ação política que imprima mudanças na estrutura social e nos modos de produção, circulação e consumo.

Numa perspectiva crítica e transformadora, a educação ambiental visa buscar o diálogo entre a natureza e os atores que constituem o meio (GADOTTI, 1989) a fim de encontrar alternativas que apontem para a transformação da realidade. Nesse sentido, o papel da educação é o de “[...] conscientizar sobre a realidade social e individual do educando. Formar a consciência crítica de si mesmo e da sociedade” (GADOTTI, 1989, p.70). Assim, compreende-se o saber como produção social e prática social elaborada na confluência de contradições, intenções e interesses que dão sentido à luta e impulsionam os homens a desenhar sua trajetória rumo à superação das desigualdades.

As dificuldades evidenciadas nas práticas de educação ambiental com relação à compreensão da complexidade permeiam os processos físico, ecológicos e culturais da realidade. A crise ambiental se apresenta como um problema do conhecimento que separa sujeito e objeto e produz um mundo fragmentado e coisificado (LEFF, 2009), onde a natureza é dominada e controlada para atender ao projeto de sociedade baseada na racionalidade científica e instrumental da modernidade. Assim, é possível entrever que a educação ambiental em Mato Grosso tem o desafio de discutir e problematizar as bases que constituem o desenvolvimento econômico, a repensar os limites ambientais e sociais impostos por esse modelo.

A educação ambiental de características transformadoras está comprometida com um ajustamento onde os atores, a partir de uma nova sociabilidade, em que possam ter condições de conduzir a resolução de seus dilemas em face do meio ambiente. Diz respeito

também às condições de poder de participação e decisão, a fim de garantir que os recursos produzidos sejam democraticamente distribuídos e que os processos sociais se pautem pela igualdade e justiça social. Loureiro salienta que

Entendemos que falar em Educação Ambiental Transformadora é afirmar a educação enquanto práxis social que contribui para o processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ética que se firme como ecológico seja seu cerne (2006, p.90).

O principal desafio da educação para uma cidadania ambiental está associado à capacidade de consolidar práticas cotidianas que promovam o envolvimento e a sensibilização dos diversos atores sociais com as causas ambientais, estimulando a sustentabilidade em suas dimensões biológica, física, química, cultural, organizacional entre outras. Ruscheinsky afirma que,

Na condição em que nos encontramos propor a difusão de uma cidadania ambiental significa referir-se a um procedimento educativo de larga abrangência. Este por consequência envolve a alteração do processo de seleção das informações, de tal forma que desemboque na compreensão dinâmica do mútuo enriquecimento entre natureza e humanização. (2004.p.56 e57).

Entende-se ser a participação dos cidadãos um componente fundamental de uma forma democrática de governo e de gestão ambiental, partindo da premissa de que o envolvimento e o compromisso de cada um são fundamentais para se efetivar as mudanças almejadas. O processo de construção democrática contribui para fortalecer uma visão sobre gênese da cidadania ambiental e participação, que assumem um papel estratégico na compreensão da formação de novas identidades no contexto da sociedade, assim como da emergência de novas formas de ação coletivas e de aprendizagem política numa perspectiva emancipatória.

O impasse criado pelo modelo atual de desenvolvimento exige novas formas de organização dos atores, no sentido de encontrar as alternativas para a crise criada pelos atores. Sorrentino (2008) enfatiza que a participação voltada para o desenvolvimento sustentável ocorre no diálogo da diversidade, em que os diferentes atores, por meio dos espaços de locução, do acesso à informação e das condições objetivas de participação, apresenta e inclui suas demandas e propostas.

As contribuições de Jacobi (2003) são relevantes para esse debate, envolvendo a questão da participação, da cidadania e da organização dos atores na construção do espaço público, onde diferentes interesses confluem na elaboração de estratégia para uma gestão ambiental participativa. Diz Jacobi que “a educação para a cidadania ambiental, então,

promove, através da ação–reflexão, uma efetiva participação e mobilização dos indivíduos na busca de soluções criativas para os problemas detectados.” (2003, p.10.).

As ações fundamentais, ao cumprimento das metas da educação ambiental, voltada à cidadania ambiental, ocorrem numa dimensão coletiva, na sociedade civil e na esfera governamental, em que os objetivos buscam equacionar as dificuldades com respeito às diferenças, ao bem-estar de todos e do meio ambiente, com o exercício da cidadania. Jacobi salienta que

A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais fatores de dinamização da sociedade e de ampliação do controle social da coisa pública, inclusive pelos setores menos mobilizados. Trata-se de criar as condições para a ruptura com a cultura política dominante e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. (2003. p.15).

No contexto de uma proposta crítica e transformadora, é necessário direcionar o olhar para o aspecto da politização da questão ambiental e da educação ambiental. A esse respeito Lima (2008, p.130) coloca que “[...] é preciso compreender e tratar os recursos naturais como bens coletivos indispensáveis à vida e sua reprodutividade e o acesso a esses recursos como um direito público universal”. Todavia, essa politização da educação significa explicitar que a questão ambiental se origina e se expressa nos conflitos em torno da apropriação e uso dos recursos naturais.

Essa perspectiva vislumbra a formação de um indivíduo que seja capaz de transformar a realidade em que está inserido, fazendo reivindicações sociais e ambientais, contestando as práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade. A educação ambiental pretende mostrar que a luta pelo meio ambiente é também uma luta pela igualdade. Sendo assim, constitui uma luta pela democracia pelas diferenças e pela diversidade humana. Acima dos interesses particulares, da privatização e da mercantilização da natureza, a educação ambiental trabalha a afirmação de que os recursos naturais e o meio ambiente são bens comuns do país e da humanidade.

4.5 A Educação ambiental no cenário Matogrossense

No estado de Mato Grosso, o movimento ecológico e o processo de construção das bases para a educação ambiental no ensino formal e informal na atualidade estão sendo elaboradas de forma coletiva com a participação de órgãos governamentais e não-governamentais, redes de educação ambiental, grupo de pesquisadores ambientais, secretaria

de educação e universidades. Os atores protagonistas desse cenário são professores, pesquisadores, políticos, representantes da sociedade organizada e dos movimentos sociais, atuando em conjunto, no sentido de efetivar proposições e intervenções nos atuais padrões econômicos e sociais instituídos, a partir do uso e exploração dos recursos naturais.

Essa iniciativa vem sendo amparada na legislação nacional em que o Estado vem traçando metas, diretrizes e proposições a fim de fortalecer a educação construindo os espaços de aprendizagem no sentido da sensibilização quanto à responsabilidade socioambiental.

A institucionalização da educação ambiental no Estado é resultado do esforço empreendido por diversos atores, como instituições, pesquisadores, entidades não-governamentais, no sentido da elaboração e desenvolvimento de programas, projetos, redes e comissões que tem subsidiado a inserção das questões ambientais nos currículos escolares e no ensino informal com vistas a fortalecer o ensino público e a constituir-se numa estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado.

Desses esforços e atuação conjunta surgiram os elementos que possibilitaram a construção e a reelaboração de políticas públicas de gestão e de educação ambiental considerando estratégias de sustentabilidade ambiental desta região do centro oeste do país. Essas iniciativas se configuraram no Plano de Metas para Mato Grosso (1995-2006) além das estratégias ante a preocupação com os problemas sociais e com os baixos índices de qualidade na educação na proporção da média nacional.

No cenário de Mato Grosso, as ações de educação ambiental começam a ser implantadas suavemente a partir de 1980 com a Fundação de Desenvolvimento do Pantanal - FUNDEPAN, que elaborou e desenvolveu projetos de educação ambiental de alternativas de uso sustentável, atuando na formação de professores e comunidades em geral. Nesse contexto, é inserida a preocupação com a devastação da Floresta Amazônica e outros programas são implantados como o “Programa de Educação Ambiental na Amazônia Legal” em 1989. Este foi coordenado pela equipe multidisciplinar de Educação Básica/Divisão de Educação indígena e ambiental com o apoio do MEC com a finalidade de ofertar capacitação, aperfeiçoamento e cursos de especialização aos professores da rede de ensino.

Como política de desenvolvimento para região norte, com o apoio do Ministério da Integração Nacional, o governo estadual implantou o PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso – com vigência entre os anos de 1993 e 2002, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da população do

Mato Grosso, que visava estabelecer o equilíbrio entre o binômio ocupação e preservação (Monteiro, 2002). As principais ações do programa foram a restauração de rodovias estaduais, implantação de projetos comunitários, recuperação de áreas degradadas, cadastramento fundiário de imóveis rurais e produzir informações para subsidiar o zoneamento socioeconômico e ecológico de Mato Grosso.

O PRODEAGRO, com a colaboração do PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente e parcerias com instituições de ensino superior do Estado UFMT, UNEMAT e de outros estados da região sul e sudeste, desenvolveram projetos de educação ambiental no Estado. Entre os projetos, menciona-se o “Projeto Tucum” com o objetivo de formar professores indígenas em nível de magistério e o “Projeto Geração” (Projeto de Formação e Habilitação de Professores para o Magistério) desenvolvida a partir da Política Educacional do Estado visando formar professores da zona rural em 49 municípios mato-grossenses.

Em 1990, por iniciativa da UFMT, entidades governamentais e ONGs criam o GIEA - Grupo Interinstitucional de Educação ambiental, que fortaleceu as áreas das ciências ambientais e da educação ambiental no Estado, oferecendo curso de especialização e mestrado em educação ambiental e meio ambiente. A partir de 1996, o GIEA constitui REMTEA – a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental – que, com a participação de várias instituições públicas e a parceria da REBEA, passou a desenvolver ações em âmbito regional ao nacional como proponente de projetos e eventos, como seminários e encontros de educação ambiental.

A entidade adota como princípio “o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (Rio, 92). Os encontros anuais de educação ambiental objetivam possibilitar a troca de experiências desenvolvidas, viabilizar discussões sobre a Política Estadual de Educação Ambiental e sua interação com as diretrizes nacionais, bem como outras discussões que envolvem a construção da AGENDA 21 local, Carta da Terra e PEA/MT – Programa de Educação Ambiental do Mato Grosso.

A Política Estadual de Educação Ambiental é regulamentada pela Lei N. 7888/2003, e sua coordenação ficaram a cargo da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA, responsável pelo acompanhamento de todas as atividades de educação ambiental no Estado e a cargo da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, a qual coube promover a educação ambiental no ensino formal como prática educativa integrada em todos os níveis e modalidades do ensino formal, através da formação continuada dos professores da rede, incentivos ao desenvolvimento de projetos escolares e da oferta de programas comunitários

na modalidade de ensino informal com palestras, seminários e campanhas educativas junto a comunidade local.

Em 2004, é lançado o Projeto de Educação Ambiental - PrEA, elaborado pelo grupo de educação ambiental (GEA) da SEDUC, com a finalidade de subsidiar as ações de educação ambiental no ensino formal na construção de Projetos Ambientais Escolares e Comunitários (PAEC). O projeto conta com as parcerias de instituições governamentais e não-governamentais como o Ministério da Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), além de coletivos educadores como o CJ/MT (Coletivo Jovem) e a REMTEA (Rede Mato-grossense de Educação Ambiental).

Verifica-se que a implantação da educação ambiental no Estado recebe a contribuição de diversas instituições e parcerias no sentido de alavancar políticas públicas para melhorar a qualidade do ensino formal e gerenciar os problemas ambientais que se tornaram visíveis nos últimos anos constituindo-se pauta de reivindicações de setores da sociedade.

A formação de professores foi o aspecto priorizado nas políticas públicas de educação ambiental por meio da oferta de cursos, palestras, participação em eventos que possibilitaram a reflexão sobre a urgência em abordar questões ambientais e fornecer as condições de introduzir a educação ambiental nos currículos escolares. Ocorreram também as iniciativas das universidades do estado em oferecer cursos de pós-graduação em educação ambiental contribuindo de maneira decisiva para o fortalecimento do ensino.

Em 2005, a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente – substituiu a extinta FEMA com as atribuições da coordenadoria do órgão gestor da política ambiental do Estado, que publica em 2006 o ProMEA – Programa Mato-grossense de Educação Ambiental. Por meio desse programa compõem-se as seguintes diretrizes: Promover a regulamentação, implantação e implementação da Lei nº 7.888, 09 de janeiro de 2003, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental; Garantir os instrumentos (legais e administrativos) necessários à execução da Política de Educação Ambiental de Mato Grosso; Fortalecer a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso - CIEA (decreto N. 3.449/91); Assegurar a educação ambiental no sistema de ensino oportunizando maior participação individual e coletiva; Garantir instrumentos para a viabilização de parcerias para as ações do ProMEA; Promover e fortalecer a incorporação da educação ambiental nos currículos da educação.

As políticas de educação ambiental no estado de Mato Grosso estão em consonância com as orientações do ProNEA, e integram os processos nacionais de educação ambiental com propósito de desempenhar uma gestão compartilhada e democrática por meio das instâncias locais como as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), os Programas Estaduais e Municipais de Educação Ambiental ligados a rede Estadual de Educação Ambiental (REMTEA) e a Rede Nacional de Educação Ambiental (REBEA).

Tais políticas no Estado têm a prerrogativa de promover ações no sentido de conscientizar e envolver os cidadãos no desafio de enfrentar a problemática ambiental gerada a partir das políticas de desenvolvimento econômico e social que promoveram a degradação do ambiente a um nível de comprometimento dos ecossistemas e nas relações sociais a índices elevados de exclusão social.

A ação educativa cabe proporcionar aos atores os conhecimentos necessários para uma intervenção na realidade, cobrando do poder público, respostas e comprometimentos que amenizem os problemas. Sobretudo a sensibilização em torno da diversidade das relações que se estabelecem nesses espaços, onde muitos atores são invisíveis aos governos necessitando ser incluídos e contemplados por programas e políticas públicas de valorização e de garantias e direitos ambientais.

Mas é somente a partir de 2006 que o ensino formal voltado para as questões ambientais passa a ter como parâmetro de suas ações as “Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental para as escolas públicas no Estado”, elaborada pela SEDUC, a qual tem como base legal a Lei nº7. 888/03. Em 2007, o Grupo de Educação Ambiental (GEA) é fortalecido e passa a se constituir na gerência de Educação Ambiental e Diversidade étnico-racial, representando avanços na educação do estado de Mato Grosso (Orientações Curriculares da EA, SEDUC-MT, 2004).

A atuação dos professores da rede estadual de educação está ancorada na Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, articulada pela SEDUC – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso –, por meio da formação continuada e entrelaçada com os saberes produzidos pelas Escolas; pelo CEFAPRO (Centro de Formação dos Profissionais da Educação); pelas Instituições Formadoras da formação inicial; pelo MEC (Ministério da Educação); pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que subsidia o MEC ofertando bolsas do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência); pelas Organizações Sindicais; pelas Assessorias

Pedagógicas e pela UNDIME - (União dos Dirigentes Municipais de Educação) que formam e fomentam a educação pública em Mato Grosso (SEDUC-MT, 2010).

Um dos aspectos relevantes nessa política é o Projeto Sala do Educador, o qual acontece nas escolas atendidas nas regiões de abrangência dos CEFAPROS no estado, com a intenção de, a partir das demandas apontadas pela escola, promover a formação continuada, a discussão de temáticas relevantes e representativas da realidade sócio educativa de cada unidade escolar.

Essas orientações repercutiram de forma favorável na efetivação de práticas de educação ambiental no contexto investigado. A percepção, por parte de gestores ambientais e educacionais de que a gestão pública ambiental passa pela sua democratização e pela efetivação da EA, levou o poder público a investir na criação de políticas públicas na educação ambiental, na formação de professores e no fomento a projetos com parcerias públicas e privadas.

Apesar do esforço das instituições em promover a transversalidade da educação ambiental conforme determina os Parâmetros Curriculares Nacionais, observa-se que as práticas nas escolas se mantêm pautadas pelo conservadorismo e reducionismo no tocante às questões ambientais. As temáticas não obedecem a uma regularidade, ainda se concentram em datas especiais, os projetos interdisciplinares muitas vezes focam questões pontuais e desconectadas do contexto social e econômico, dificultando a compreensão das relações complexas que envolvem os problemas ambientais.

4.6 As práticas de educação ambiental nas escolas

Neste item, serão relatados e analisados os projetos de educação ambiental desenvolvidos por instituições de ensino local. Participaram da pesquisa duas escolas, sendo uma da rede municipal de educação e outra da rede estadual de educação do município de Sinop. Foram objetos de estudo os projetos “Alimentação Saudável” e “Cata Óleo”, ambos desenvolvidos na escola municipal no ano de 2009, e o “Coletivo Jovem”, implantado no ano de 2009 na escola estadual.

a) Atividades ambientais na Escola Municipal (M)

A escola da rede municipal de ensino está localizada em bairro próximo à região central da cidade, foi criada no ano de 2000 e tem 453 alunos matriculados no ensino fundamental na modalidade de 1º a 4º série. A sua clientela é composta por moradores da redondeza, de famílias de classe média baixa e classe baixa, sendo que, em torno de 60% possuem renda entre 2 e 4 salários mínimos. A escola conta com um quadro de 44 professores (refere-se ao quadro geral de profissionais lotados nesta escola, incluindo afastamentos e cedências) e sua estrutura física é composta de 10 salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, sala de professores, sala de recursos e de reforço e quadra de esportes.

Em consulta ao Projeto Político Pedagógico da escola, verificou-se que os temas relacionados ao meio ambiente aparecem no quadro de disciplinas de ciências biológicas através dos conteúdos: Ser Humano, Alimentos e água, As plantas, doenças típicas da região, os animais, o homem e meio ambiente, Água e solo, Recursos naturais. Não consta na proposta pedagógica da escola nenhuma orientação específica quanto às práticas de educação ambiental e à observância de sua característica transdisciplinar e interdisciplinar. Os temas ambientais são trabalhados por meio de projetos propostos pela Secretaria Municipal de Educação ou por iniciativas dos professores da escola.

Os projetos elaborados pelos professores na própria escola, geralmente tem por finalidade atingir uma turma ou série específica, numa proposta interdisciplinar, e são desenvolvidos por meio de atividades variadas executadas em sala ou extraclasse, envolvendo professores e alunos das respectivas turmas. O aprendizado tem como objetivo desenvolver hábitos saudáveis com relação à alimentação e à prevenção de doenças, aprender comportamentos corretos para a convivência na sociedade e para a preservação do meio ambiente.

- *Projeto Agrinho Bens de Consumo “Alimentação Saudável”*

O projeto se insere na proposta de Educação Ambiental do Programa Agrinho – Trabalho e Consumo implantado na rede pública do Estado através do SENAR/MT/2007 – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso. A sua proposta pedagógica está voltada ao ensino fundamental por meio do trabalho por projetos adotando os princípios da interdisciplinaridade e da transversalidade na abordagem dos temas voltados ao trabalho e consumo. Com base na proposta a escola municipal “M” desenvolveu alguns projetos

tratando de temas diversos voltados à saúde e à qualidade de vida mantendo uma correlação com as temáticas do meio ambiente urbano e da educação ambiental.

O projeto “Alimentação Saudável” foi desenvolvido em duas turmas do 1º Ano do ensino fundamental no ano de 2008, tendo como objetivo estimular a adoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis e a contribuir para a diminuição dos casos de obesidade e doenças degenerativas na infância. Pela atividade se compreende ser a escola o local propício à promoção da saúde e à construção do conhecimento voltado para a formação do cidadão consciente e crítico com relação a hábitos, atitudes e formas de consumo em que se propicie uma vida saudável.

As atividades visavam levar a criança a compreender a importância de ter e valorizar uma dieta composta por uma variedade de alimentos e entre eles os benefícios dos legumes e das frutas, de ingerir alimentos ricos em vitaminas e minerais. Esse projeto visava alertar também para o consumo indiscriminado de alimentos industrializados ou calóricos em demasia e os perigos que representam para a saúde.

Os valores nutricionais dos legumes e frutas foram trabalhados por se verificar que são os alimentos que as crianças, em sua maioria, não apreciam e se recusam a comer, isso foi facilmente constatado na hora da merenda na escola. A professora apresentou aos alunos alguns legumes, os quais não eram conhecidos por muitos desses alunos, tais como brócolis, rabanete e outros, a fim de chamar a atenção para o seu valor nutricional na pirâmide dos alimentos. Em determinados dias era proposto trazer frutas que depois de estudadas eram saboreadas pelos alunos.

É importante mencionar que um aprendizado torna-se significativo quando leva o educando a problematizar e a refletir sobre a resolução de problemas ligados às questões de sua própria existência, possibilitado a mudança de hábitos e atitudes. Nesse sentido, o professor torna-se mediador e estimulador do conhecimento na produção de novos saberes.

Para adquirir hábitos de comer alimentos saudáveis, os alunos eram incentivados a construir cardápios diários com os alimentos de sua preferência, na sala de aula esses cardápios eram analisados e alterados a partir da inclusão de alimentos que são importantes para a fase de crescimento da criança. Assim podiam entender a necessidade de incorporar ao seu hábito alimentar. Um dos professores da escola afirma que “A melhor estratégia é se trabalhar o concreto, porque eles aprendem muito mais, é plantando uma árvore, é limpando a escola, é observando o ar como está, a melhor forma é o concreto”.

Para que o processo educativo atinja os objetivos propostos há que se atentar para a metodologia e estratégias de aprendizagem que valorizem o diálogo entre ciência e saber, entre tradição e modernidade (LEFF, 2009). Na valorização dos conhecimentos produzidos a partir da relação dos sujeitos com o meio, mediado pela cultura, é que se produzem os saberes ambientais que proporcionarão qualidade de vida.

A horta da escola foi utilizada pelos alunos para plantar e acompanhar o crescimento de legumes como a cenoura. Para a sistematização das atividades, as crianças pintavam, recortavam, produziam textos, realizam operações matemáticas a partir dos alimentos que foram objeto de estudo.

Diante desses fatos, é possível perceber que a qualidade de vida das pessoas e da sociedade passa pela questão da aquisição de hábitos alimentares saudáveis, que questionem a contaminação química, e que distingam o que lhes proporciona saúde e bem-estar. Isso está diretamente relacionado ao horizonte da educação ambiental, pois a temática se refere às condições em que interagem e usufruem do espaço e dos recursos oferecidos pelo meio ambiente.

A temática ambiental tem ganhado relevância nas propostas e projetos de aprendizagem do ensino formal. Ao indagar sobre a importância de se trabalhar temas ambientais em sala de aula, um professor disse que

É de grande importância, porque a gente sabe que nos dias de hoje, o que mais se fala é sobre meio ambiente, sobre a nossa questão de vida, o que isso tem influenciado na nossa vida, e nada mais justo do que começar na base que são as crianças, porque a criança leva pra casa, os pais acabam ajudando na tarefa, então vira uma corrente de informação, e também nós temos internet, televisão que sempre está falando. Então eu acho que é de muita importância trabalhar temas ambientais na escola (Depoimento de professor).

A crise ambiental, evidenciada através de inúmeros fenômenos que tem atingido diretamente também a região como o aumento da temperatura, enchentes, poluição atmosférica entre outros, tem despertado o interesse dos educadores em abordar temas ambientais em sala de aula.

Como já mencionado, o projeto “Alimentação Saudável” foi desenvolvido simultaneamente em duas séries, as demais turmas da escola, neste período, desenvolveram outras temáticas dentro da proposta do Projeto Agrinho. A culminância desse trabalho se deu no evento anual da escola que é a “Feira do Conhecimento”, oportunidade em que os alunos expõem e apresentam os resultados alcançados.

Os resultados do trabalho são apontados pelo professor. Diz ele:

Vários pontos positivos, crianças que não comiam determinadas alimentos e passaram a comer, percebemos que nós não podemos comer por comer, porque tem um valor nutricional para o nosso corpo, a gente necessita daquilo, principalmente quando a criança esta em formação ela precisa comer alguns alimentos verduras, legumes e vegetais que eles não têm o hábito de comer, então foi muito legal trabalhar essa parte de frutas, muitas crianças mudaram o hábito de trazer lanche para a escola, traziam frutas. (Depoimento de professora, jun/2010).

Nesse sentido, reafirma-se o caráter de resistência e de transformação da educação ambiental (LOUREIRO, 2000), como instrumento importante de produção de novos valores, conceitos que contribuem para a construção de outro modelo de sociedade ou de nexos entre ambiente e sociedade.

Os hábitos de consumo de alimentos decorrem de condições socioeconômicas, do alargamento do imaginário e também de regras e valores culturais estabelecidos nos grupos sociais (LIMA, 2008). As sociedades industriais produziram a geração de consumidores, inserindo no mercado produtos que atendem a diferentes gostos, classes sociais e faixas etárias. Se, por um lado, os consumidores supostamente tornam-se cada vez mais exigentes no que se refere à qualidade dos produtos, por outro lado, muitas vezes desconhecem a forma como os alimentos são produzidos e os riscos que representam para a sua saúde e o bem-estar do planeta.

Nesse particular, é possível fazer referência ao uso abusivo dos agroquímicos, da degradação dos recursos naturais e da propaganda abusiva e enganosa dos produtos para a estética. Entende-se que a escola é o espaço coletivo que favorece a construção de relações de autonomia, onde o educando reconheça a si mesmo enquanto um agente de transformação do meio em que vive (FREIRE, 2001).

- *Programa Municipal de Educação Ambiental “ame sua cidade” ou projeto Cata Óleo*

O projeto foi iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Sinop, cuja finalidade era desenvolver atividades de educação ambiental junto às escolas da rede municipal de ensino da cidade de Sinop, voltadas à preservação do meio ambiente, tendo como foco central a redução de resíduos de gordura utilizados para o preparo de alimentos e por sua vez descartados de forma inadequada na área urbana do município.

A proposta pedagógica inclui atividades de coleta e reciclagem envolvendo os alunos e a comunidade a fim de sensibilizá-los sobre a problemática do descarte do óleo vegetal na natureza e na rede de esgoto doméstico, provocando a obstrução de tubulações e a contaminação do solo, rios e águas subterrâneas. O óleo recolhido seria reaproveitado na produção de biodiesel contando com a parceria da Usina Cooperfeliz.

A metodologia do projeto é composta das seguintes etapas: primeiro, mobilizar os alunos da rede municipal de ensino e a comunidade para contribuírem na coleta do material; segundo, orientar os alunos quanto à qualidade do resíduo a ser recolhido e as condições de transporte; terceiro, receber o kit coleta composto de coletor e funil; quarto, realizar palestras com os alunos e a comunidade sensibilizando-os para que sejam multiplicadores da idéia; quinto, premiar a escola de acordo com o acumulo de pontos atingidos com a coleta do óleo, com prêmios que vão desde materiais pedagógicos até recursos áudio visuais.

As escolas, envolvidas no projeto, foram orientadas a desenvolverem pequenos projetos contemplando as diferentes áreas com a temática da reciclagem do óleo. Na disciplina de matemática trabalharam-se as quatro operações aproveitando a quantidade de litros de óleo arrecadados por sala e na escola toda num determinado período. Incentivou-se a coleta permanente através de jogos e gincanas. Na disciplina de artes, foi trabalhada a temática da reciclagem do lixo a partir do reaproveitamento das garrafas utilizadas para transportar o óleo na confecção de materiais pedagógicos e lembrancinhas para datas especiais.

A metodologia do aprendizado por projetos, na visão dos educadores, é considerada uma estratégia eficiente para fazer interagir as diferentes disciplinas do currículo escolar. Para um dos professores “O trabalho de projeto hoje, dentro dessas linhas de ensino de hoje, o projeto é o que mais tem alcançado resultados. O projeto tem um começo, meio e fim e tem o envolvimento de todas as matérias” (Depoimento de professora). O projeto rompe com a justaposição de conteúdos e a rigidez do conhecimento científico, permitindo que outras formas de conhecimento como o saber tradicional e o senso comum possam fazer parte do processo ensino-aprendizagem.

A interdisciplinaridade na educação possibilita reorganizar o conhecimento para responder melhor aos problemas da sociedade (GAUDIANO-GONZALÉS, 2005). As propostas interdisciplinares na educação ambiental permitem alcançar melhores resultados na aprendizagem porque levam a reflexão sobre os diferentes aspectos que compõem a realidade ou o meio ambiente em que está inserido.

Na visão dos professores, a reciclagem é uma alternativa que permite o acesso de todos os alunos ao material necessário para realizar as atividades propostas pela escola, uma forma de atender uma necessidade e contribuir com a redução de resíduos na natureza e com a preservação dos recursos naturais. Além disso, existe um interessante vai e vem entre o âmbito escolar e o espaço urbano, pois que as questões ambientais são locais e abrangentes.

Dentro do projeto “cata óleo”, foram abordados temas como lixo e reciclagem, que são temas bastante comuns em programas de educação escolar, por representar um grave problema ambiental urbano. Uma professora falou sobre a reciclagem. Diz ela

Dentro da minha área, nós trabalhamos a reciclagem do lixo, os alunos depois que traziam as garrafas, qual o destino delas, foram utilizadas para fazer lembrancinhas para o dia das mães. É um material que o aluno tem acesso, o material de artes é caro, tem varias atividades que podem ser realizadas com material reciclável (Depoimento de professora).

No entanto, a abordagem dos temas muitas vezes se dá de forma reducionista, ou seja, limita-se em discussões em torno da coleta seletiva ou da maneira correta de se proceder ao descarte do lixo, incentivando apenas mudança comportamental. Nesse caso, parece relevante associar a atividade desenvolvida com a interrogação sobre os hábitos de consumo, no caso em particular o valor imaginário e nutricional dos refrigerantes.

Layrargues (2008) chama a atenção para o fato de que é necessário abordar a questão da reciclagem considerando a sua complexidade. A escola geralmente vê um único aspecto do tema, sem produzir uma reflexão sobre as causa e conseqüências da questão do lixo, desconsidera também a reflexão critica em torno dos valores culturais da sociedade de consumo.

No percurso da pesquisa, constatou-se que os temas ambientais abordados por meio da metodologia por projetos têm boa aceitação por parte dos professores, geralmente todos se propõem a participar desses projetos e a desenvolver o tema numa perspectiva interdisciplinar. No caso do projeto “Cata Óleo” houve o envolvimento de todos os professores, mas houve dificuldades na elaboração em conjunto das atividades a serem desenvolvidas em sala de forma a interligar as diferentes áreas do conhecimento. Essas dificuldades decorrem da compreensão do tempo e do espaço por parte dos profissionais da educação e de uma visão fragmentada do conhecimento e da separação entre sujeito e objeto, homem-natureza orientada pelas ciências exatas dentro de uma perspectiva do positivismo (SANTOS, 2005).

Os professores consideram que os objetivos do trabalho com temas ambientais são alcançados, pois se traduzem em mudanças nas atitudes dos alunos e de todos os envolvidos. Diz uma professora que “a criança precisa se conscientizar de manter essa reflexão, que o ato de destruição tem suas conseqüências, tudo volta para o próprio homem”. Processo que não deve se reduzir em conhecer a natureza e ter cuidados para com ela, mas que resulte em modos de agir compreendendo que o ser humano é parte da natureza, e que as transformações da sociedade ocorrem a partir da sua relação com a meio natural que implica mudanças profundas sobre o mesmo (LOUREIRO, 2006).

A educação ambiental crítica acontece de forma contínua e permanente no ensino formal, pois visa à reflexão e conscientização do educando sobre as conseqüências da destruição da natureza provocada pelas diversas atividades e a conjecturar alternativas que venham a minimizar o atual quadro de crise ambiental.

b) *Atividades ambientais na Escola Estadual (E)*

A Escola da rede Estadual está localizada na região central da cidade de Sinop, foi a primeira escola construída na cidade e iniciou suas atividades em 1976. Oferece atualmente as modalidades do ensino fundamental e médio nos períodos da manhã e tarde. No período noturno, a escola cede suas dependências para outra modalidade de ensino. A escola tem 45 professores e 1.112 alunos, oriundos dos bairros próximos do centro da cidade e também da zona rural. As suas instalações são adequadas, pois recentemente passou por reforma, tendo as dependências físicas que comportam os seguintes espaços: Diretoria, secretaria, sala de professores, almoxarifado, videoteca, sala para TV e vídeo, cozinha, cantina, refeitório, biblioteca, quadra de esportes, sala de leitura e sala de hora atividade e formação continuada.

Após consulta ao Projeto Político Pedagógico da escola, foi possível verificar que os temas ambientais se concentram nas disciplinas de Ciências Naturais, no entanto, a escola desenvolve projetos que envolvem questões ambientais e de cuidados com o ambiente escolar. Em 2008, a escola realizou o “Projeto Jardinagem”, cujo objetivo era desenvolver a conscientização em torno da preservação do meio em que vive, tornando este mais agradável e integrado ou tornar a escola um ambiente mais prazeroso.

A escola buscou parcerias externas com a Empaer para orientação sobre as técnicas de plantio, floriculturas para a doação de mudas ornamentais. No mesmo ano, foi desenvolvido o projeto “Horta na escola”, com o objetivo de utilizar os processos de produção de legumes e verduras como ferramenta educativa e complemento da merenda

escolar. Constituem-se objetivos da aprendizagem o valor nutritivo dos alimentos, a valorização e importância do trabalho e cultura do homem do campo, técnicas de manuseio do solo e manuseio sadio dos vegetais, consumo integrando a produção à alimentação dos alunos na escola.

- *Projeto: Coletivos Jovens de Meio Ambiente*

Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) se insere na política pública proposta pelo governo federal voltada para a área da juventude e meio ambiente. O marco inicial para a elaboração do programa foi a I Conferência Nacional do Meio Ambiente promovida pelo Ministério do Meio Ambiente em 2003, que teve como lema “Vamos Cuidar do Brasil”. Pela iniciativa, abre-se um espaço para a participação dos jovens buscando sua mobilização e organização em prol da questão socioambiental.

Em 2004, surge, por parte do MMA, a iniciativa de implantar políticas públicas de educação ambiental no ensino formal, desenvolvidas pela ECAD/CGEA/MEC¹, em escolas e secretarias de educação, as quais se desdobram em outros programas e projetos. A partir daí foi criado um conjunto de ações que envolvem a mobilização de atores jovens e a formação de educadores ambientais. Os CJs integram e agregam jovens com idade entre quinze e vinte nove anos, busca envolver a juventude na discussão e engajamento na temática ambiental.

Os CJs atuam ancorados em três princípios. Primeiro, “Jovem Educa Jovem”, no qual se assume o protagonismo juvenil frente aos desafios de compreender o mundo; segundo, “Jovem Escolhe Jovem”, pois acredita-se que todos são agentes dos nossos próprios atos; terceiro, “Uma Geração Aprende com a Outra”: o mundo é social e historicamente construído, pois dialoga-se com ele para não ter que reinventar a roda

O projeto Coletivo Jovens de Meio Ambiente em Mato Grosso (CJMT) tem o apoio do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental da UFMT, e atua na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (EA) do estado – CIEA e na Rede Mato-grossense de EA – REMTEA, na (re) formulação de políticas públicas referentes à EA no estado e na sensibilização da população a cerca das questões socioambientais. O CJMT está presente em sete municípios do Estado e se constitui numa estratégia para a implantação da educação ambiental.

Em 2009, a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), em parceria com o CJMT em Cuiabá, lançou convite às escolas de Sinop para dar incentivos, apoio e orientação para que as unidades escolares interessadas pudessem criar o projeto CJs. A escola estadual que participou desta pesquisa foi a única a enviar representantes e isso resultou na criação do projeto. Os trabalhos iniciaram em 2009 como um projeto piloto com ações voltadas para o interior da escola, o qual conta com a participação de alunos dos 2 e 3 anos do ensino médio, atividades que tem como objetivos envolver os alunos em ações que proporciona qualidade de vida no ambiente escolar e na comunidade.

Os temas ambientais abordados foram escolhidos pelo conjunto de professores e alunos nas reuniões de planejamento e avaliação realizadas mensalmente. A metodologia utilizada para sensibilizar e envolver a juventude local foi a divulgação das ações por meio de vídeos, artigos e fotos relacionados às atividades ambientais desenvolvidas pelo grupo, na comunidade escolar e no município, por meio do site, rádio do grêmio, banners, no jornal da escola e mídia local. Estão previstas a realização de seminário, palestras e a constituição de parcerias externas com órgãos ambientais e instituições escolares para expandir o projeto de forma que as atividades de conservação do meio ambiente beneficiem a comunidade local.

Ao indagar os alunos sobre o motivo que os levou a participar do CJ, foi possível verificar diferentes posicionamentos, os quais, de modo geral, demonstram o interesse de jovens e adolescentes em conhecer os temas e participar das discussões que envolvem as temáticas ambientais em função da crise ambiental que vivenciamos. Há uma identificação com a proposta do programa acreditando que jovem educa jovem no sentido de promover o fortalecimento e instrumentalização de grupos, organizações e movimentos de juventude que atuam com as questões socioambientais.

Em 2010, foram realizadas três atividades voltadas para a organização e conservação do ambiente escolar que serão descritas a seguir. A primeira atividade foi denominada de “Mutirão de limpeza” do pátio da escola, cujo objetivo era sensibilizar a comunidade escolar para a importância de se manter o ambiente limpo e organizado como forma de obter mais qualidade de vida. Consistiu em retirar o mato do pátio da escola, podar a grama e as árvores, recolher e separar o lixo e resíduos como garrafas e copos. A separação de resíduos não é uma atividade permanente na escola em decorrência da não existência de coleta seletiva no município, somente papéis são reciclados e reutilizados em outras atividades. Uma das professoras fez esta observação:

Nas primeiras reuniões foram lançadas as propostas e objetivos do projeto e depois foram estabelecidas as metas, de acordo com a necessidade da escola, a primeira meta foi a limpeza do pátio da escola que estava sujo, visa a organização da escola. Se conseguissem manter a escola limpa e organizada automaticamente conseguiriam manter a limpeza em suas casas, bairro.

Em outra etapa foi realizado o plantio de mudas com para arborização do ambiente escolar, proporcionando mais espaços com sombra. A fala de um aluno é bastante significativa. Diz ele que

No caso do reflorestamento e plantio de pequenas árvores, o que mudou é que antes estávamos numa escola com mato ou com poucas árvores, hoje já temos as mudas prontas pra replantar, vai trazer sombra e beneficiar a escola toda, ou seja, o que não tinha antes era esse ar limpo e de colaboração com o meio ambiente e hoje temos.

A percepção de que o ambiente interfere na qualidade de vida das pessoas denota conhecimento relacionado ao saber ambiental. Para Leff (2009), esse conhecimento emerge da necessidade de transformação do ambiente excluído, oprimido e degradado, por um novo saber fundado em novas práticas de apropriação do mundo. E como última atividade do ano foi proposta o “Mutirão da pintura”, atividade em que os alunos se envolveram na tarefa de pintar as salas de aula, canteiros e calçada da área externa. A escola, a partir de recursos do projeto e do PDE, disponibilizou os materiais como tintas e pincéis para a realização das atividades.

Os depoimentos evidenciam que esse tipo de projeto encontra percalços e dificuldades na sua efetivação relacionadas à falta de participação e envolvimento nas atividades, tanto de alunos quanto de professores. A dificuldade maior está em criar estratégias que possam sensibilizar os demais alunos, não participantes diretos do CJ, a contribuírem para a manutenção da limpeza e organização do espaço escolar. É o que salienta um dos alunos. Diz ele que

Mesmo quando teve o projeto de limpeza da escola, as pessoas não tiveram a consciência de manter limpa a escola, que a gente queria uma escola melhor, já tem carteiras quebradas, paredes rabiscadas, as pessoas não cuidam, é uma coisa delas e elas não cuidam.

As constatações do aluno poderiam ser estendidas a outras do tipo “as pessoas desmatam, poluem os rios, degradam as nascentes, usam agrotóxicos indiscriminadamente sem se atentar para o fato de que ao destruir a natureza contribuem para destruírem a si próprios”. Esses são posicionamentos que refletem uma concepção de natureza enquanto externalidade, mercadoria e recurso que na sua inferioridade foi negada pelo homem (SANTOS, 2008).

A partir da reflexão sobre a relação entre crise ambiental e educação, pode-se construir o caminho que visualize uma contribuição efetiva do processo educativo para os problemas ambientais. Lima (2008) sugere que é no contexto da irracionalidade da razão moderna que sustenta um projeto social que destrói e ameaça suas bases de sustentação e sobrevivência, por isso contraditória e insustentável, que podemos buscar a compreensão da questão ambiental através do processo educativo.

Práticas de educação ambiental nas escolas por vezes são implantadas por meio de projetos propostos pela iniciativa privada ou por órgãos estaduais em parcerias com o poder público municipal. As dificuldades relatadas são com relação à continuidade das atividades por falta de renovação dos convênios e problemas com recursos financeiros que acaba por inviabilizar as propostas, o que de certo modo contribui para desmotivar os alunos, enfraquecendo assim as iniciativas de propor e participar de novas atividades.

O grupo de alunos que efetivamente participou das atividades desenvolvidas no projeto CJ é considerado pequeno (35 alunos) diante do universo de alunos da escola, no entanto são atuantes, demonstram grande interesse pelos temas ambientais e estão sensibilizados com a problemática ambiental da região. Para os próximos anos, há interesse pela inclusão de novos temas, diretamente ligados a problemática ambiental da região como os agrotóxicos, o Trânsito, qualidade da água, entre outros.

Percebeu-se que o desafio do CJs da escola estadual é encontrar a forma de envolver os demais alunos e a comunidade para inserir a cidade de Sinop num projeto de sustentabilidade socioambiental, e o melhor caminho na visão do aluno é:

A base é a informação, o nosso projeto tem que passar informação para os outros alunos, mostrar a realidade, o que está acontecendo, pra pessoa poder se conscientizar, aí sim ela vai se interessar e vai procurar saber o que é o CJ, e como beneficiar o meio ambiente.

Percebe-se que a informação deve gerar conhecimento sobre a realidade, no sentido de questionar as bases econômicas e políticas, suas ideologias, saberes e conhecimentos que levaram ao atual estado de crise ambiental, por meio de espaços de interlocução que possibilitem a formação de opinião que gere comprometimento e o envolvimento de todos os interessados com a causa ambiental.

Do ato educativo espera-se mudança na vida do indivíduo, a partir da reflexão sobre o meio em que está inserido, gerando compromisso com a sustentabilidade da vida. Nesse sentido, a educação é emancipação, é o instrumento capaz de preparar o indivíduo para

enfrentar as situações concretas do cotidiano, optando com liberdade pela construção do ambiente com respeito à natureza (LOUREIRO, 2006).

Portanto, cabe aqui atribuir à educação o papel de luta em defesa da biodiversidade, levando à compreensão dos riscos presentes nas agressões ou degradação do meio ambiente. Nessa ótica, desenvolvendo nos sujeitos uma leitura crítica das atuais circunstâncias lhes permitirá contrapor-se ao contexto socioambiental hegemônico pelo mercado, como suporte para os embates travados na luta por direitos ambientais. Assim, o processo educativo pode contribuir para problematizar o tipo conhecimento socialmente validado a partir das questões ambientais e sociais da realidade vivenciada pelo educando.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar uma leitura da realidade socioambiental da região norte de Mato Grosso tendo como pano de fundo os conflitos gerados no processo de colonização e desenvolvimento local. Na proposição de uma análise sociológica das interfaces entre as questões dos conflitos ambientais, das políticas públicas e da educação ambiental privilegiou-se a visão dos atores sobre alguns problemas detectados na região. No centro desta visão, estão as suas práticas na observância da legislação ambiental e as práticas educativas na gestão dos bens naturais e no ensino formal envolvendo temas relativos ao ecossistema.

Na sociedade capitalista, em particular, os recursos sociais e ambientais não são distribuídos igualmente, assim como o acesso a serviços de saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e distribuição de água potável para o consumo não são homogêneos. Essa desigualdade integra a lógica que impede alguns segmentos da população de ter uma vida digna e um relacionamento dialógico com os mesmos bens naturais. Sob essas condições, instauram-se os conflitos que são a expressão de uma relação assimétrica de poder, dando origem às tensões entre interesse coletivo, espaços públicos e negócios privados.

No contexto analisado, observou-se que as tensões sociais e conflitos socioambientais têm sua origem nas formas de ocupação dos espaços orientados inicialmente pelas políticas de colonização. O objetivo fundamental era a expansão da ocupação do território nacional, inserindo a Amazônia numa política desenvolvimentista de adequação à economia capitalista. Nesse processo, transformam-se progressivamente os elementos constitutivos do ecossistema em matéria prima para a industrialização de produtos nas regiões sul e sudeste. Os conflitos se estendem nos dias atuais em torno do desacordo a respeito de diversas práticas espaciais que revelam as contradições desse modelo desenvolvimentista.

O modelo político-econômico, imposto à região, levou a mercantilização da natureza como resultado do processo de globalização da economia; a natureza submetida às normas do mercado, conduzidas pela ciência e tecnologia, dá claras evidências de saturação e colapso, diante do que se requerem medidas emergenciais na busca de alternativas para a sustentabilidade socioambiental. Considera-se, acima de tudo, um passivo ambiental objetivamente dado, promovido pelo desmatamento, pelas queimadas, pelo uso de agrotóxicos, pelos resíduos sólidos que são os principais fatores de agravamento na questão ambiental.

Existem também os impactos sociais e os riscos socioambientais decorrentes do modelo econômico que produz a concentração da posse da terra e das riquezas produzidas nesses espaços e dos resultados perversos do progresso, como os efeitos da degradação. O agronegócio, na mesma proporção que gera divisas e riquezas na região, produz passivos sociais relacionados à concentração da renda, à proletarianização dos trabalhadores, ao aumento dos problemas urbanos - falta de infraestrutura, violência, precarização dos serviços de saúde, educação e habitação.

Verifica-se que a legislação e as políticas ambientais têm sido consideradas barreiras ao desenvolvimento pelos agentes hegemônicos no estado do Mato Grosso. A dimensão dos conflitos visualiza-se pela progressiva predominância da defesa dos interesses econômicos em detrimento dos ecológicos e sociais, isto é, o progresso com expansão econômica precederia o bem-estar socioambiental.

As ponderações sobre os conflitos socioambientais, na região mencionada, aparecem no cenário da opinião pública local como uma questão recente, ao mesmo tempo em que envolvem atores sociais em circunstâncias de grande tensão. Nessas circunstâncias, os espaços legítimos de contestação e de resistência têm sido espezinhados, somando-se inúmeros casos de perseguição e ameaças as vidas de ambientalistas, militantes de movimentos sociais diversos.

Os bens naturais expostos a diferentes interesses têm sido manipulados a favor da classe produtiva e as grandes empresas nacionais e internacionais expandiram seus negócios. Ao mesmo tempo em que se devastam as matas e se agride a integridade dos ecossistemas, a ação, viabilizada pela mão-de-obra barata, garantiu a abertura dos espaços que viriam a abrigar as grandes plantações e o agronegócio. Os demais atores e as suas atividades - que compõem o arranjo espacial da região - têm se sentido ameaçado ao verem os recursos naturais se tornar escassos e degradados e a biodiversidade sendo reduzida. Para esses grupos, a natureza representa mais que recursos materiais, pois esta possui um significado sociocultural ou significa um patrimônio cultural.

As políticas ambientais e a educação se fazem presentes nessa confluência dos conflitos expressos por tensões e disputas em torno da apropriação dos bens materiais e culturais. No contexto investigado, elas se dão em torno da discussão da problemática ambiental e dos descompassos gerados no processo ocupação dos espaços que promoveu o desenvolvimento regional. A partir das ciências sociais, atribuiu-se as políticas ambientais o papel de promover os mecanismos que abrirão espaços para a discussão sobre a natureza dos

modelos de desenvolvimento, suas contradições e suas implicações em termos sociais e ambientais.

Considera-se que, em face da crise ambiental, as ciências sociais têm papel relevante de promover a compreensão sobre as origens da problemática ambiental e os impactos que as práticas sociais causam ao meio ambiente. A crise socioambiental é antes de tudo uma crise civilizatória, pois tem suas origens em processos sociais.

Considerando os artifícios de socialização, pode-se inferir que esses elementos conflitivos destacados, permeando o processo de desenvolvimento da região, são incorporados ao processo educativo. Dessa maneira, geram um posicionamento diante da realidade socioambiental que pode contribuir tanto no sentido de crítica e da transformação e também de legitimação e permanência das relações sociais de dissipação dos bens naturais.

As práticas de educação ambiental na região se constituíram a partir da atuação conjunta de diversas instituições, órgãos governamentais, instituições de ensino superior e setor privado que possibilitaram a construção e reelaboração de políticas públicas de gestão e de educação ambiental considerando estratégias de sustentabilidade ambiental desta região. A FEMA é responsável pelo acompanhamento de todas as atividades de educação ambiental no Estado em consonância com as orientações da Política Estadual de Educação Ambiental. À SEDUC e às Secretarias de Educação do Município, por meio das Coordenadorias de Educação Ambiental, cabe a função de promover a educação ambiental no ensino formal como prática educativa integrada em todos os níveis e modalidades.

As práticas de educação ambiental, analisadas neste estudo, demonstram que há muitas lacunas a serem preenchidas para que a questão ambiental se faça presente no fazer educativo de forma a ser um agente de mudanças individuais e coletivas. Aponta-se como entrave a uma prática efetiva e contínua da educação ambiental nas escolas, a estrutura curricular que concentra as temáticas ambientais nas disciplinas de ciências naturais e geografia, somando com as dificuldades de se organizar esses temas de forma transversal, sem desprezar os obstáculos para modificar a visão de mundo desenvolvimentista.

Nas instituições escolares pesquisadas neste estudo, verificou-se que as questões ambientais costumam ser abordadas através de projetos desenvolvidos pelos professores, ou proposto pelos órgãos governamentais, em que há a tentativa de envolvimento dos professores, o que nem sempre ocorre, dificultando a interdisciplinaridade. O planejamento escolar reconhece como prioridade pedagógica trabalhar os temas ambientais, mas estes não encontram o suporte técnico-metodológico que promova de forma contínua e permanente as

atividades de educação ambiental. Além disso, constatou-se que há deficiências quanto à elaboração de políticas de educação ambiental, a inexistência de coordenadorias ou programas de acompanhamento das atividades por parte do poder público.

Outro fator relevante a ser considerado no que diz respeito à promoção de uma educação ambiental de qualidade ou com a respectiva inserção social está no aspecto “formação de professores”. Por um lado, os educadores envolvidos na pesquisa apontam deficiências na estruturação de uma política educacional e de investimentos na formação continuada, dificultando assim uma ação profissional como agentes mediadores dos conhecimentos e saberes ambientais. De outro lado, importa igualmente se referir ao processo de alteração da legitimação atribuída ou ao papel social da docência, tanto um profissional entre outros, quanto à multiplicação das fontes de informação.

Observando detalhes do campo de pesquisa, menciona-se também a falta de estrutura física das escolas, ou a deficiência em termos de oferta de um espaço adequado que proporcione conforto e bem-estar ao aluno como refeitório e horta, quadra de esportes com cobertura e a arborização no pátio considerando-se uma região tropical. Esses são aspectos secundários, mas que interferem no desempenho das atividades propostas nos projetos que tratam das questões ambientais.

Os dados levantados expressam que a problemática ambiental local tem sido objeto de debate por parte de políticas ambientais e da educação que geram ações no sentido de minimizar seus efeitos sobre os indivíduos e o meio ambiente. No entanto, percebe-se que são ações pontuais e localizadas limitando-se a combater os efeitos da degradação ambiental, ou proposições de mitigação sem haver um comprometimento com o questionamento das causas. Diante desse fato, entende-se que tais características se aproximam de um enquadramento conservador, isto é, tende a manter os mecanismos de reprodução das relações sociais; ratifica a estrutura de uma sociedade hierarquizada em que os interesses da classe hegemônica se sobrepõem aos da coletividade; deixa de questionar os fatores fundamentais que vem gerando os conflitos socioambientais e que vem dizimando a biodiversidade.

As percepções dos atores responsáveis pela execução das políticas ambientais e da aplicação da legislação ambiental demonstram que as medidas de conservação dos bens naturais são largamente fortalecidas na medida em que estiverem permeadas pelo processo educativo. Pelo discurso dos atores, percebe-se reiteradamente que a EA é uma importante aliada da gestão pública ambiental e um instrumento por meio do qual se constrói a

conscientização e a responsabilidade ambiental dos sujeitos. Os gestores compreendem que as medidas de fiscalização, e mesmo a aplicação de multas de forma isolada, contribuem pouco para a eficiência no controle e mitigação dos danos ambientais. O processo educativo, como um fenômeno legitimado coletivamente, é fator fundamental para se criar uma responsabilidade ambiental em que os atores se comprometam a fazer o uso racional dos bens naturais.

Os problemas ambientais no contexto urbano têm se avolumado na dimensão dos impactos que produzem, sem a devida responsabilização dos setores públicos responsáveis pela sua resolução. No âmbito municipal, constatou-se que uma gestão eficiente das cidades esbarra nos trâmites burocráticos, com a retórica da falta de recursos financeiros e na ausência de efetivação de políticas públicas minimizadoras ou preventivas, contribuindo para o agravamento da degradação do ecossistema. Todavia, em meio às lacunas, verificou-se que o poder público municipal tem implantado programas de educação para a gestão como, educação para a gestão da cidade, educação para a gestão da saúde e trânsito. Além disso, nota-se que as ações estão quase que totalmente restritas ao ensino informal, portanto há uma inoperância no sentido de estabelecer a conexão entre o processo de gestão ambiental da cidade e o ensino formal.

Do ponto de vista sociológico, entende-se que as políticas ambientais tendem a orientar os cidadãos para a busca de uma compatibilização dos usos dos múltiplos bens naturais em face de um alicerce para a construção da cidadania, para a atual e as gerações futuras. Portanto, cabe aos órgãos ambientais tanto nas esferas federais quanto estaduais e municipais agenciar a resolução de conflitos e gerenciar prioridades sociais, em uma ótica política que garanta os direitos e o bem-estar do cidadão, já previstos na Constituição, como parâmetros básicos.

As dificuldades em engendrar, programar e efetivar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico, a proteção ao meio ambiente e a promoção da inclusão social da população tem nexos diretos com a concepção de democracia, que inclui direitos ambientais e a distribuição equitativa das riquezas tornando-se requisito da sustentabilidade. O teste, em face das consequências resultantes dos conflitos ambientais, consiste em programar políticas socioambientais que promovam a inclusão social por meio de estratégias de desenvolvimento econômico compatíveis com a busca da equidade social e a justiça ambiental.

Nesse contexto, o processo educacional tem conduzido as práticas pedagógicas relacionadas às questões ambientais a partir de uma pluralidade e diversidade de proposições no sentido de alcançar a sustentabilidade. Processo que, ao reorientar os valores e produzir novos conhecimentos e saberes com a finalidade de criar a consciência ambiental, reflete os diferentes posicionamentos e interesses dos diversos atores com a causa ambiental.

As propostas trazem mudanças de caráter reformista e mitigador na medida em que permanece nos aspectos superficiais dos profundos e extensos conflitos socioambientais. De fato, trabalha-se a conscientização e sensibilização de alguns aspectos da relação sociedade e meio ambiente sem chegar ao cerne da questão mantendo inalteradas as relações que estruturam a sociedade no contexto da hegemonia do mercado e do capital. A leitura, operada pela prática pedagógica, tende a fragmentar a realidade e a focalizar suas ações no indivíduo produzindo atitudes notadamente individualistas e comportamentalistas.

Talvez uma abordagem de viés crítico permita afirmar que as políticas públicas ambientais estaduais e municipais tendem a uma adequação da compreensão do meio ambiente às diretrizes derivadas do crescimento econômico. Os interesses do setor privado têm sido mesclados na esfera estatal, vindo a se estampar como o interesse público. Isto é, na medida em que a ação, defendida por instituições governamentais, abrindo espaços de discussões para a participação da sociedade civil, procura conduzir o diálogo em torno de acordos e negociações que levem ao consenso em torno da adequação da sociedade e da natureza ao projeto proposto.

A construção de políticas ambientais e do processo educativo, para a constituição de uma perspectiva crítica e contestadora, resulta de uma intensa reflexão em torno da dinâmica da acumulação gerada pelas atividades econômicas, da distribuição das riquezas numa sociedade desigual e das formas de ocupação dos espaços e recursos naturais. Nessa ótica, as práticas de EA vivificam um questionamento à defesa da produtividade e aos benefícios sociais promovidos por uma determinada atividade, bem como a distribuição e do uso do espaço urbano. Por exemplo, no caso da monocultura, a que custos ela tem promovido o desenvolvimento da região? A custa da expulsão dos pequenos agricultores, tomada de territórios indígenas, inviabilizando diversas atividades de grupos nativos, pela poluição de rios e destruição de ecossistemas e seus recursos.

O processo urbano, ao concentrar tecnologias de produção para atender necessidades e estilos de vida diferenciados, promove a crise ambiental através da superexploração dos recursos naturais, da poluição do ar, da degradação de nascentes e do lençol freático e do

acúmulo de lixo, exigindo processos de mitigação e planejamento no sentido de diminuir os custos ecológicos. A educação ambiental marcada pelo contexto histórico e sua diversidade tende a orientar sua prática e a intervir na formação e socialização dos indivíduos assumindo posicionamentos políticos frente à crise ambiental em torno de uma disputa que marca o conservadorismo e a emancipação.

Estas questões têm sido negligenciadas no processo social, de forma que a educação ambiental, no contexto estudado, apresenta dificuldades em estabelecer relação e comunicação com a realidade socioambiental, especialmente no sentido de incorporar à aprendizagem a realidade da problemática ambiental vivida pelos atores. A possibilidade de haver uma educação ambiental em conexão com os conflitos socioambientais, cujo alicerce situe-se na preparação dos sujeitos para intervir na realidade com o sentido de transformá-la, requer que a ação educativa aprofunde os conhecimentos em relação às questões socioambientais locais. Conhecimento que, ao problematizar a noção de ambiente, compreende-o como objeto complexo que envolve processos ecológicos, econômicos, tecnológicos e culturais, fazendo emergir o saber ambiental que reorienta as relações sociedade-natureza.

A ação educativa, enquanto práxis social possui inerente a si mesma a tendência de incidir sobre a transformação da realidade dos sujeitos em objeto de reflexão do fazer pedagógico cotidiano desvelando as contradições, reconhecendo no conflito um elemento fundante da possibilidade de uma releitura da realidade a ser transformada. A educação ambiental, inserida no movimento contracultural, tem um posicionamento crítico em relação ao modelo social desigual que submete a natureza e os sujeitos às estruturas dominantes e de poder.

A ação pedagógica, sob essa ótica, está comprometida com a produção de conhecimentos e saberes que promovam uma atuação consciente e autônoma dos atores frente aos problemas que emergem da crise ambiental. A práxis educativa capaz de transformar a realidade, os sujeitos e a coletividade, concretiza-se a partir de experiências concretas mediadas pelo meio físico e social, relativas ao cotidiano e ao local onde se insere os atores.

Nesse sentido, as políticas ambientais e a educação ambiental são os canais a partir dos quais se promove a negociação por meio de mecanismos de expressão política e por meio de estratégia na busca de uma sociedade que tenha como base a perspectiva sustentável. As políticas ambientais, incluída aí algumas tendências da EA, em face de forças

sociais e vontade política favorável, permitem um comprometimento com as transformações que resultem em ações vinculadas e viabilizadas com o intuito de uma sociedade sustentável.

Apesar de todos os percalços constatados na pesquisa de campo, ainda parece ser apropriado compreender a educação ambiental como um dos fundamentos ou mecanismos históricos da sustentabilidade. Nesse rumo, volta-se à formação e capacitação dos atores de forma que venham se apropriar de conhecimentos e técnicas que lhes permitam atuar de modo consciente nos processos de produção e gestão do desenvolvimento, mas acima de tudo na gestão dos bens ambientais e dos espaços onde circulam os cidadãos.

Concluí-se que o desafio da educação em Sinop está em debater as questões ambientais de forma transversal e interdisciplinar, reconhecendo a complexidade dos processos ecológicos, interligando os diferentes saberes sob a ótica da diversidade, tornando possíveis ações que auxiliem na mediação dos conflitos. A partir do planejamento, como um procedimento em meio ao conflito para definir metas, a escola pode trabalhar temas da educação ambiental que se interligam as diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, considerando o contexto social, ecológico e cultural dos atores envolvidos.

Um projeto de sustentabilidade requer mudanças nos padrões de produção e consumo da sociedade responsável pela destruição ecológica. Entretanto, requer mudanças substanciais nas relações produtivas incorporando normas ecológicas ao processo econômico, novas técnicas para diminuir os impactos e os efeitos da ação antrópica e criar alternativas para uma gestão participativa dos recursos ambientais.

Assim, é possível afirmar que a eficiência das políticas públicas, em consonância com a construção de um projeto de sustentabilidade para o município de Sinop, está em estabelecer padrões de regulação e de não-desperdício no uso dos recursos ambientais e em orientar tanto as atividades econômicas, quanto as negociações em espaços públicos de participação social, no sentido de diminuir a assimetria na apropriação social da natureza que é a geradora de desigualdades e injustiças.

A sustentabilidade socioambiental evoca o compromisso com a mitigação dos processos de uso e exploração dos recursos naturais nos ecossistemas da região composto pelo cerrado e a floresta amazônica. As atividades produtivas e de uso do solo exploradas na modalidade do agronegócio, que envolve a agricultura e pecuária, requer procedimentos baseados na racionalização técnica de uso sustentável dos recursos florestais pela indústria madeireira de forma que não comprometa a capacidade de suporte na oferta da matéria prima.

Da mesma forma, uma proposta de sustentabilidade deve abranger os problemas sociais decorrentes do projeto de desenvolvimento proposto à região ligada à concentração da terra, a proletarização da população rural, e aos problemas urbanos oriundos do crescimento desordenado das cidades.

Para tanto, a compreensão da tarefa de educar implica almejar um cidadão ciente das formas de organização da sociedade, com capacidade de fomentar e participar das políticas públicas, conquanto obtenha informações sobre projetos de uso dos recursos naturais e sobre a construção de um habitat em meio aos riscos ambientais. Nesse sentido, é possível entender que a sustentabilidade, como paradigma sociológico, deve estar comprometida com a construção de sociedades sustentáveis, que tenham como parâmetro a justiça social. Processo que exige o envolvimento da sociedade como proponente de políticas públicas voltadas para a inclusão social acrescida de proposições voltadas para a conservação e proteção da biodiversidade local.

O estudo aponta para a possibilidade de a problemática ambiental, que constitui a realidade do norte de Mato Grosso, convergir para a construção de uma pauta social, gerando demandas que subsidiem políticas públicas e programas de educação ambiental com o objetivo de instrumentalizar um projeto de sustentabilidade socioambiental. Nesse sentido, pode-se compreender que o papel da educação ambiental, no contexto investigado, possui a árdua tarefa de promover a ampliação do espaço político de participação e a defesa dos interesses coletivos de bem-estar e de proteção ambiental.

A região norte de Mato Grosso está diante do desafio de implantar ações de intervenção no plano político, econômico e social, as quais possam promover alterações significativas nos padrões de relação do homem com a natureza. A sustentabilidade socioambiental, ancorada na racionalidade ambiental, pressupõe a superação da visão antropocêntrica do desenvolvimento caminhando para uma sociedade e as respectivas relações sociais fundadas em bases ecológicas.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental. In: JUNIOR, Luiz Antonio Ferraro (org.). **Encontros e caminhos:** formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

AMORIM, Antonio C. R. de. Educação. In: JUNIOR, Luiz Antonio Ferraro (Org.). **Encontros e caminhos:** formação de educadoras (ES) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som; um manual prático.* 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BAUMAN, Zygmund. **Vida líquida.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERNARDES, Julia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, José T. (Org.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; Müller, Geraldo. **Amazônia:** expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARVALHO, Isabel C. M. A Questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos F.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo S. (Org.). **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental e debate. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53-64.

_____. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: Sauv , L. Orellana, I. Sato, M. **Textos escolhidos em educa o ambiental:** de uma América   outra. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I. p. 85-90. (versão em português).

CASTRO, S. Pereira et.al. **A coloniza o oficial em Mato Grosso:** "a nata e a borra da sociedade". Cuiabá: EdUFMT, 2002.

COLONIZADORA SINOP S.A. Mapa Município de Sinop, Mato Grosso, 2011. 1 mapa, color. Escala: 1:8. 0000

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2003.

CNUMAD. Conferência das na es unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

CRESWELL, Jonh W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.* 2. ed.- Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Luis H; COELHO, Maria C. N. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, José T. (Org.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. Tradução de Laura Natal Rodrigues. São Paulo: Ática, 1978.

UNESCO. Organización de las Naciones Unidas para l'Educación, la ciencia y la cultura. **Educación para um futuro sostenible: Una Vision Transdisciplinaria para uma accion Concertada**. Conf. N.401. EPD, noviembre de 1997. P.1-48.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 9. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

GAUDIANO-GONZALEZ, Edgar. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EdUEP, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GUIMARAES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, José T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. Educação ambiental critica. In: LAYRARGUES, Philippe P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

HANNIGAN, John. Sociologia ambiental. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. A construção social dos problemas ambientais. In: _____. (org.) **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p.47-78.

HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília: Secad/MEC, 2007.

HERCULANO, Selene C. Sociologia ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais**. UFF/PGCA-Riocor, ano I, nº 1, 2000. p. 45-55. Disponível em <<http://theomai.unq.edu.ar/art%20SeleneHerculano%2002.htm>> Acesso em 09 jun. 2010.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- JACOBI, Pedro. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Cedec/SEI, 1999.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro, 1997.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155.
- LAYRARGUES, Philippe P. (Re) conhecendo a educação ambiental brasileira. In: _____ (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p. 7-9.
- _____. **A cortina de fumaça**. São Paulo: Annablume, 1998.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LENZI, Cristiano Luis. Sociologia ambiental e a controvérsia sobre os clássicos. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife (PE): UFPE, 29 de maio a 01 de junho, 2007. P. 1-15.
- LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: EdUSC, 2006.
- LIMA, Gustavo F. da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo S. de, (orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.p. 109-141.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LOUREIRO, Carlos F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.p. 13-51.
- LUSTOSA, M. C. J.; et. All.. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONTEIRO, Roselane Soares. **Educação ambiental em Mato Grosso**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.
- OLIVEIRA, Herman Hudson de. Zoneamento socioeconômico ecológico de Mato Grosso. In: _____(Org.). **Caderno Pedagógico**. Cuiabá-MT, 2009. p. 1-32.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas públicas: avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. In: **Serviço social e sociedade**, São Paulo: Cortez. nº 53. Ano XVIII. Março de 1997. p.80-101.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia ecologia e degradação social**. São Paulo: Alfa-Omega, 1992.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Atores socioambientais In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. 2004. p.51-63.

SCHAEFER, José Renato. **As Migrações rurais e implicações pastorais**: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso. São Paulo: Loyola, 1985.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. **Ambiente & Sociedade**. dez 2004, vol.7, no.2. p.214-216.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos**: exclusão e luta: do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel C. M. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.p. 17-44.

SEDUC /SURF. **Política de formação dos profissionais da educação básica de Mato Grosso**. Cuiabá:, 2010.

SILVA, Sônia A. I. **Valores em educação**: o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Edison Antonio de. **Sinop**: história, imagens e relatos. um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: ICHC, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. n.16, Porto Alegre, jul./dez. 2006.p.20-45.

SIMMEL, Georg (1986, org. 1896). ”La ampliación de los grupos y La formación de La individualidad”,. In: Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización, Editora Alianza, Madrid. 1986, p. 741-808

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Raquel; BRAGA, Tânia. **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Crítica da modernidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIOLA, J. Eduardo. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. **XXI International Congress of the Latin American Studies Association**, Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon; The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, USA, 24-26 de set. 1998.

WANDERLEY, Luis E. W. O enigma do social. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luis Eduardo W; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004. p.163-234.

WEISS, Joseph S.; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A contenda ecossistêmica nacional: as conseqüências das relações entre alianças adversárias e o Estado para as políticas ambientais. **V Encontro Nacional da Anppas**. Florianópolis - SC – Brasil, 4 a 7 de out. 2010.p.1-20.

WEBLIOGRAFIA

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 827 p. Tese (Doutorado Gestão e Política Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, DF,2002.Disponível:www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/M.Allegretti_TeseDoutorado_Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat. Acessado em 11 de set.2010.

ARRETCHE, Marta T. S. **Política nacional de saneamento: a reestruturação das companhias estaduais**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/infraestrutura/saneamento/san_parte3.pdf>. Acesso em: 17 out. 2010.

BÉDARD, Maria do Carmo Bezerra Maciel. **Os impactos ambientais, a consciência ecológica e “A questão amazônica” como problema sócio-político internacional**. Brasília: editora, v.8, n. 82,dez./jan. 2007. p. 112-132. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/revista/Rev_82/Artigos/PDF/MariaCarmo_rev82.pdf. Acessado em: 16 abril 2010.

BRASIL. MEC. **Legislação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option>> Acesso em: 15 set. 2010.

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano DeclaraçãodeEstocolmoDisponívelhttp://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declar_Estocolmo_1972. Acessado em 03 de set.2010

ICV – Instituto Centro de Vida. **Manifesto de Repúdio ao Substitutivo 3 do ZSEE-MT**. Disponível:http://www.icv.org.br/quem_somos/noticias/manifesto_de_repudio_ao_substitutivo_3_do_zseemt.icv Acesso em: 20 nov. 2010.

FERREIRA, L.. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, América do Norte, 10, ago. 2005. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3096>. Acesso em: 09 mar. 2011.

FOLADORI, G. Marx e o meio ambiente reconsiderados. FOSTER, John Bellamy. Marx’s Ecology. Materialism and nature. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, América do Norte, 1, nov. 2004. Disponível em:<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3063/2454>. Acesso em: 09 mar. 2011.

GUIVANT, Julia S. Apresentação do dossiê mapeando os caminhos da sociologia ambiental. **Política & Sociedade**. n.7, out. 2005. p.09-25. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1963/1715. Acesso em: 4 abr. 2010.

GUTIÉRREZ, José; BENAYAS, Javier. Educação para o desenvolvimento sustentável: fundamentos, programas e instrumentos para a década (2005-2014) (I). **Revista Ibero-Americana de Educação**. Editora OEI, N. 40, jan/abril, 2006. p. 25-69. Disponível em: <http://www.rieoei.org/rie40.htm>. Acesso em 22 jun. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Tabela 110:** quantidade diária de lixo coletado. Disponível em: http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/lixo_coletado/lixo_coletado110.sht>. Acesso em: 15 out. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estados/temas>>. Acesso em: 19 de out de 2010. Acesso em: 10 jul. 2010.

INA. Instituto Nacional do Ambiente. **Carta de Belgrado**. Coleção Educação Ambiental – Textos Básicos. Disponível em http://www.esac.pt/EdAmbiental/carta_de_Belgrado.pdf>. Acesso em: 22 out. 2010.

INPE. Instituto de Pesquisas Espaciais. **Desmatamento na Amazônia registrado pelo DETER em agosto foi de 265km²**. Disponível em:<<http://www.inpe.br/noticias/noticia>>. Acesso 20 out. 2010.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. **Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.). Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP, 2003.p. 34. Disponível em: http://www.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf. Acesso em: 16 nov. 2010.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/cp/n118/16834.pdf>. Acessado em: 04 mar. 2010.

LEIS, Héctor R. **A Modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Coscoroba, 2004. p.135-172. Disponível em: www.ambiental.net/claes/leis/index.html. Acesso em: 14 maio 2010.

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Operação da PF no combate a corrupção ligada a crimes ambientais**. Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

MORAES, Sandra R. R. de; TUROLLA, Frederico A. **Visão geral dos problemas e da política ambiental no Brasil**. Informações Econômicas. São Paulo: editora, v.34, n.4, abr. 2004. Disponível em: www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec1-0404.pdf - . Acesso em: 17 out. 2010.

MS - Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. **Relatório de Situação – Mato Grosso**. Brasília Distrito Federal, 2009. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/relatorio_de_situacao. Acesso em: 03 dez. 2010.

PNUD. **Agenda 21 Brasileira**. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. MMA/PNUD, Brasília: 2000. http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=6&canallocal=11&canalsub2=31&id=80&pagina=2. Acessado em: 11 set.2010.

QUEIROZ, Fábio Albergaria. Impactos do comércio internacional de soja sobre a biodiversidade do cerrado. **II Encontro ANPPAS**. GT05, 26 a 29 de maio. Indaiatuba, São Paulo, 2004. Disponível no site: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/fabio_queiroz.pdf. Acessado em 22 mar.2010.

RODRIGUES, Wagner Silva; OLIVEIRA, Gabriel Vitoreli. (org.) MATO GROSSO, Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais. Relatório de Monitoramento de Queimadas – 2008 e 2009. - Cuiabá: SEMA/MT; SMIA, 2010. http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=137. Acessado em 15 mar.2010.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. **Ambiente & Sociedade**. 2004, vol.7, n.2, pp. 214-216. ISSN 1414-753X. doi: 10.1590/S1414-753X2004000200016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reference.php?pid=S1414-753X2004000200016&caller=www.scielo.br&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2010.

SATO, Michelle. Debatendo os desafios da educação ambiental. In: I Congresso de Educação Ambiental Pro Mar de Dentro. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. vol. 4. Rio Grande : maio de 2001, p.14-33. Disponível em: <http://www.ufmt.br/gpea/pub/DesafiosEA.pdf>. Acesso em 26 ago. 2010.

SCHERER-Warren, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. <http://www.npms.ufsc.br/public/Ilse%20UNB.pdf>. Acessado em: 18 jun. 2010.

SEDUC. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes curriculares da educação ambiental para as escolas públicas no Estado**. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo>>. Acesso em: 20 set. 2010.

SEPALN - Secretaria de Estado de Planejamento. **SEPLAN divulga ZSEE**. Disponível em <<http://www.seplan.mt.gov.br/html/internas>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

SIQUEIRA, Leandro de Castro. Política ambiental para quem? **Revista Ambiente & Sociedade**. 2008. vol.11, no. 2. p.425-437. Disponível em <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: editora, v. 31, n. 2, maio/ago, 2005. p. 285-299. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf. Acesso em: 16 nov. 2010.

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde. **Populações potencialmente expostas no Brasil: uma avaliação do Sistema de Informação de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Áreas contaminadas – SISSOLO**. Disponível em <<http://www.Saúde.gov.br/svs>>. Acesso em: 03 dez. 2010.

VIOLA, J. Eduardo. **Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à ecopolítica**. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm>. em: 26 maio 2009.

WARNKEN, Philip. O Setor da Soja no Brasil. **Revista de Política Agrícola**. São Paulo, n.º 2, ano VII, abril/jun. 1999. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/spa>> Acesso em: 04 mar. 2010.

ANEXOS

A - ROTEIRO DE ENTREVISTA/ ÓRGÃOS AMBIENTAIS

Tópicos/Questões: A percepção da problemática socioambiental gerada em decorrência da ocupação dos espaços e dos conflitos advindos da exploração dos recursos naturais na região norte do estado de Mato Grosso e a gestão desse processo através das políticas públicas ambientais.

1. Quais os principais problemas ambientais da região norte do MT?
2. Estes problemas são antigos?
3. E que tipo de conflitos eles têm gerado?
4. Como órgão executor de políticas públicas, quais são as ações desenvolvidas na região?
5. Qual a resolução que se tem adotado até o momento diante desses conflitos?
6. A fiscalização se dá mais especificamente focando o quê?
7. No que se refere ao meio urbano, quais os problemas mais urgentes a serem enfrentados? (resíduos sólidos, saneamento básico, água, poluição)
8. Como esses problemas podem interferir na qualidade de vida da população?
9. Qual é a melhor forma de sensibilizar/conscientizar as pessoas para as mudanças de hábitos e atitudes com relação ao meio ambiente?
10. Qual a percepção que os cidadãos usuários têm em relação à legislação e a sua aplicabilidade?
11. Você considera que os cidadãos estão conscientes dos riscos ambientais provocados pelo tratamento inadequado do lixo urbano, da ausência de saneamento básico e de outras questões?
12. Você considera que os cidadãos estão conscientes dos riscos ambientais provocados pelo tratamento inadequado do lixo urbano, da ausência de saneamento básico e de outras questões?
13. Na sua visão, as políticas ambientais são eficientes como instrumentos que visam a proteção e a conservação do meio ambiente?
14. Há trabalhos voltados para a realização da educação formal ou informal? Como são desenvolvidos?
15. Os sujeitos envolvidos com o uso e exploração dos recursos naturais podem influenciar a construção de políticas públicas ambientais?

B - ROTEIRO DE ENTREVISTA/ PROFESSORES

1. Fale sobre como surgiu a iniciativa de propor e participar de projetos de educação ambiental?
2. Qual o público alvo?

3. Como são selecionados os temas para serem trabalhados com os alunos?
4. Como são desenvolvidas as atividades?
5. Qual a metodologia adotada?
6. Houve o envolvimento de professores e alunos da escola e de que forma se deu esse envolvimento?
7. Na sua visão, a educação ambiental acontece no ensino formal?
8. Qual a importância de se trabalhar temas ambientais em sala de aula?
9. Qual tema considera ser mais importante ou urgente a ser discutido na comunidade ou na região?
10. Qual a melhor forma de se trabalhar os temas? (metodologia e estratégias de aprendizagem).
11. Considera que os objetivos são alcançados?

C - ROTEIRO DE ENTREVISTA/ ALUNOS

1. O que os motivou a participarem do projeto Coletivo Jovem?
2. Na sua percepção, de que forma o jovem pode contribuir para a construção de um ambiente com mais qualidade de vida?
3. Quais as ações que o CJ desenvolveu?
4. Fale um pouco sobre os resultados alcançados.
5. Como se dá o envolvimento dos alunos nas atividades propostas pelo Projeto?
6. Quais temas ambientais consideram ser urgentes trabalhar em nossa cidade ou região?
7. O jovem está preocupado com problemas ambientais? Por quê?